



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

GISELLE DOS SANTOS RIBEIRO

**POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
PARÁ NO PERÍODO DE 1997-2015**

Belém – PA
2017

GISELLE DOS SANTOS RIBEIRO

**POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
PARÁ NO PERÍODO DE 1997-2015**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora com vistas à obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará. Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Jacob Chaves

Belém – PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências da Educação (ICED / UFPA)

- R484p Ribeiro, Giselle dos Santos.
Política de financiamento da Universidade do Estado do Pará no período de 1997-2015 / Giselle dos Santos Ribeiro ; orientadora Vera Lúcia Jacob Chaves. – Belém, 2017.
115 f.
- Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.
1. Ensino superior – Pará – Finanças – 1997-2015. 2. Ensino superior e Estado – Pará. 3. Universidades e faculdades – Finanças. 4. Universidade do Estado do Pará – Finanças. I. Chaves, Vera Lúcia Jacob (orient.). II. Título.

CDD 22. ed. – 378.106098115

GISELLE DOS SANTOS RIBEIRO

**POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
PARÁ NO PERÍODO DE 1997-2015**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, do Instituto de Educação - ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Prof^ª Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Jacob Chaves – Orientadora
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof^º. Dr. André Rodrigues Guimarães
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Prof^ª Dra. Fabíola Bouth Grello Kato
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof^ª Dra. Dalva Valente Guimarães Gutierrez (suplente)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras que não se curvaram ante a perversidade do capital, e ainda, àqueles que não se curvarão ante as teses do fim da história e a crise de direção revolucionária.

AGRADECIMENTOS

À Minha mãe, Nilda Barreto, minha melhor amiga, por todo amor, compreensão e cuidado a mim despendido. Sem dúvida nenhuma, toda luta que travo hoje tem fundamento na sua existência e luta cotidiana de mulher trabalhadora.

À Meu pai, Florito Paraense, pelo amor, dedicação e zelo junto à minha mãe para ofertar condições objetivas aos meus estudos ao longo da vida. Cada “não” dito durante a infância e a adolescência contribuíram sobremaneira para que eu chegasse até aqui... Me pediu que estudasse, agora aguento (risos)!

À Meu irmão Rômulo Ribeiro, por se fazer sempre presente, sobretudo nos momentos de apertado e por cuidar de nossos pais nesse momento em que estive demasiado ausente.

Ao meu Avô e minha Avó, Nicolau e Raimunda, que sempre torceram pelo meu sucesso e ajudaram na medida do possível para que eu chegasse até aqui. E “vó” Odília Feio Paraense Ribeiro (*in memoriam*), muito atenta aos estudos dos netos durante a educação infantil.

À minha orientadora, professora doutora Vera Jacob, pela oportunidade de formação a mim concedida, pelo exemplo de mulher guerreira, militante e acadêmica empenhada nas lutas e no compromisso com a educação pública e gratuita. Agradeço também, por toda a paciência que teve com seus orientandos diante desse cenário político conturbado que tem atribulado nossas vidas.

Às doces professoras queridas, Fabíola Kato e Luciana Ferreira, por aceitarem participar da minha banca de qualificação, contribuindo com o desenvolvimento desse trabalho. E ainda, ao professor André Rodrigues Guimarães pelas valiosíssimas contribuições na banca de defesa deste trabalho.

Aos membros do GEPES. Em especial, Cláudio, João Ribeiro, Valéria, Joselene, João Paulo, Tarcísio, Eduardo, Fabrícia e José pela amizade, preocupação, apoio e contribuições. E, sobretudo, a Tyanne,

Aos amigos de curso, por todo apoio mútuo, com palavras aconchegantes de incentivo, em especial Damásia, queridíssima de todos, com quem dividi muitas angústias.

Ao Emerson Monte, amigo a quem devo muito! Por toda gama de cuidado despendido a partir da construção do verdadeiro companheirismo cotidiano. Sou grata por você existir, por se empenhar em fazer esse mundo mais belo e por impulsionar meu

desenvolvimento nos mais variados aspectos da vida, sobretudo na academia e militância construindo condições objetivas e subjetivas de forma amorosa e fraterna.

À Suziane Nogueira, por ter se mostrado flor em minha vida, tão linda que é. Amiga, com quem dividi descobertas, sorrisos e também lamentações em torno dos amores, da militância e de nossas pesquisas ao longo destes dois anos.

À Jacqueline, mulherzinha, direto da OLX para o meu coração. Por ter confiado em mim todas as vezes que eu disse “vamos conseguir, vamos sair dessa, juntas”, e saímos! E por ter sido tão doce, prestativa e cuidadosa conosco em nossos dois anos de convivência.

À Jessica Paraense, pela amizade divertida de prima e por ter me recebido tão bem quando moramos juntas durante a graduação. Jamais esquecerei.

Às famílias Duarte e Monte. Segunda família de coração, firmada sob os laços de amizade. Sou grata ao carinho e cuidado de mãe que Teresa, Vó Deusa e Irá demonstram por mim.

À família Chaves Nogueira, pastor Alexandre, tia Edicleuma, Joabe e Samara por terem me acolhido na reta final do texto.

À Jennifer Nascimento, Amanda Lima, Anilson Trindade, Jessica Regina, Rogério Freitas, Pedro Brandão, Mayranda Miranda, Carla Loyana, pela amizade, prestatividade, cuidado e por me ajudarem sempre a manter a calma.

Ao Bê, que me sustentou subjetivamente no duro ano de 2016.

Ao Grupo de Pesquisa Resignificar, por ter me acolhido quando iniciei no processo de investigação científica, em especial, Aníbal.

Aos representantes discentes no colegiado do PPGED, pelas discussões importantes, a disposição para a luta e pela unidade em momentos fundamentais. Especialmente a Jennifer Webb, Joana Machado e Michelle Borges.

Às organizações políticas PSTU e MAIS pelo aprendizado e vivências militantes as quais muito ajudaram e ajudam na minha formação como sujeita coletiva.

À CAPES pela concessão de bolsa de pesquisa, que possibilitou o custeio deste estudo.

À coordenação e secretaria do PPGED pela presteza, responsabilidade e sensibilidade com todos os estudantes envolvidos no programa.

Meus mais sinceros agradecimentos.

EPIGRAFE

E nossa história
Não estará
Pelo avesso assim
Sem final feliz
Teremos coisas bonitas pra contar
E até lá
Vamos viver
Temos muito ainda por fazer
Não olhe pra trás
Apenas começamos
O mundo começa agora, ahh!
Apenas começamos.

(Legião Urbana, Metal Contra as Nuvens)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar a política de financiamento na expansão da Universidade do Estado do Pará no período de 1997 a 2015. Parte-se da compreensão de que a expansão da UEPA está interligada às mudanças na estrutura jurídica e política do Estado brasileiro, fruto das reformas implantadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso iniciado em 1995, que teve continuidade nos 13 anos dos governos petistas e que os governos estaduais reproduziram. Tais mudanças estiveram em consonância com as orientações externas dos organismos internacionais que repercutiram sobre a educação superior, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Nesse contexto a pesquisa foi realizada em busca de responder aos seguintes questionamentos: como se constitui a política de financiamento no processo de expansão da Universidade do Estado do Pará no período de 1997 a 2015? No conjunto da educação superior brasileira como as universidades estaduais conseguiram se expandir, a partir da década de 1990, num contexto político e econômico de crise e reformas do Estado? Como se constituiu o movimento de criação da Universidade do Estado do Pará e seu processo de expansão? Qual o montante e a origem dos recursos públicos destinados ao financiamento da Universidade do Estado do Pará? A pesquisa se fundamenta nos pressupostos da teoria marxista, portanto, no entendimento de que as transformações ocorridas na atual sociedade, sejam nos aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais, têm como referência principal a luta de classes, a compreensão do Estado como uma estrutura a serviço da classe social dominante, e a educação como aparelho ideológico do Estado, embora, seja um espaço de disputa. Nos procedimentos metodológicos, optou-se pelo trabalho com dados documentais coletados no INEP, em documentos oficiais da UEPA e nos Balanços Gerais do Estado. Os resultados apontam que, desde a sua criação, a UEPA passa por um processo de expansão acentuado, essencialmente no número de cursos e matrículas. Esse processo não vem sendo acompanhado proporcionalmente por uma ampliação no quadro efetivo de docentes e técnico-administrativos, indicando uma possível intensificação do trabalho docente. No âmbito de financiamento é importante destacar que a UEPA não representa nem 2% da receita corrente líquida do estado e seus recursos são essencialmente constituídos pela Receita Líquida de Impostos. O repasse anual não segue uma lógica crescente em termos percentuais e nesse mesmo parâmetro, não acompanha o processo de expansão, indicando assim, a ausência de uma política de financiamento coerente com a realidade expansionista da UEPA. Os recursos da universidade são alocados essencialmente nas despesas com pessoal enquanto que ano a ano, a despeito da expansão de cursos e matrículas, constantes reduções são realizadas no repasse para investimentos reais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Educação Superior; Universidade Estadual; financiamento.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the financing policy in the expansion of the State University of Pará from 1997 to 2015. It is based on the understanding that the expansion of UEPA is linked to changes in the legal and political structure of the Brazilian State, As a result of the reforms implemented by the government of Fernando Henrique Cardoso that began in 1995, which continued in the 13 years of the PT governments and that the state governments reproduced. These changes were in line with the external guidelines of the international organizations that had repercussions on higher education, after the promulgation of the Law of Guidelines and Bases of Education in 1996. In this context the research was carried out in order to answer the following questions: The financing policy in the expansion process of the State University of Pará from 1997 to 2015? In the set of Brazilian higher education as the state universities managed to expand, from the 1990s, in a political and economic context of crisis and state reforms? How was the creation movement of the State University of Pará constituted and its expansion process? What is the amount and the origin of the public resources destined to the financing of the University of the State of Pará? The research is based on the assumptions of Marxist theory, therefore, in the understanding that the transformations occurred in the current society, whether in economic, political, social and educational aspects, have as main reference the class struggle, the understanding of the State as a structure In the service of the dominant social class, and education as an ideological apparatus of the state, although it is a space of dispute. In the methodological procedures, we opted for the work with documentary data collected in the INEP, in official UEPA documents and in the State General Statements. The results indicate that, since its creation, UEPA has undergone a process of marked expansion, mainly in the number of courses and enrollments. This process has not been accompanied proportionally by an increase in the effective cadre of teachers and technical-administrative, indicating a possible intensification of the teaching work. In terms of funding, it is important to highlight that UEPA does not represent 2% of the state's net current revenue and its resources are essentially made up of Net Income from Taxes. The annual pass-through does not follow an increasing logic in percentage terms and in this same parameter, does not accompany the expansion process, indicating, thus, the absence of a financing policy coherent with the expansionary reality of UEPA. The university's resources are essentially allocated to personnel expenses, while year-on-year, despite the expansion of courses and enrollments, constant reductions are made in the transfer to real investments.

KEYWORDS: Expansion, State University, financing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Vinculação de impostos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) por Estado da Federação.....	18
Quadro 1 -	Subvinculações Constitucionais à Educação Superior Estadual..	21
Quadro 2 -	Os campi da UEPA e o espaço territorial que ocupam na capital.	61
Figura 2	Mapa do estado do Pará por regiões de integração em 2015.....	62
Figura 3 -	A localização dos campi da UEPA no interior do estado do Pará.....	63
Figura 4 -	UEPA Demonstrativo de despesa por fonte, conforme vínculo de recursos 2015.....	79
Figura 5 -	Codificação dos Grupos de Fontes de Recursos.....	80
Figura 6 -	Codificação da Especificação de Recursos vinculados por fonte.....	81
Gráfico 1 -	Evolução das matrículas na UEPA, graduação presencial, período de 1997 a 2015.....	86
Gráfico 2 -	Evolução dos cursos, funções docentes e técnicos administrativos na UEPA, período de 1997 a 2015.....	89
Gráfico 3 -	Evolução dos cursos na UEPA, período de 1997 a 2015.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	BRASIL – Alíquotas da vinculação de recursos para a Educação no Brasil.....	17
Tabela 2 –	BRASIL – Número de Universidades e outras IES públicas em 2014.....	19
Tabela 3 –	BRASIL – Número de Universidades estaduais por região e estado, em 2014.....	20
Tabela 4 –	UEPA - Evolução de cursos, das matrículas e das funções docentes em exercício e afastados na graduação presencial - 1997 e 2006.....	24
Tabela 5 –	BRASIL/NORTE - Evolução do número das IES, públicas, privadas e universidades estaduais – 1995/2000/2005/2010/2015.....	38
Tabela 6 –	BRASIL - Evolução das IES e das matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por setor público e privado – 1995/2000/2005/2010/2015.....	51
Tabela 7 –	PARÁ - Evolução das IES e Matrículas das universidades públicas, privadas, de 1995 a 2015.....	66
Tabela 8 –	UEPA - Evolução dos cursos, matrículas na graduação presencial, funções docentes e técnicos administrativos - 1997 a 2015.....	67
Tabela 9 –	PARÁ - Evolução dos Programas, Docentes e Matrículas na Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	71
Tabela 10 –	PARÁ - Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, em R\$ 1,00 – valores atualizados a preço de janeiro de 2017 (IPCA).....	75
Tabela 11 –	PARÁ/UEPA - Receita Líquida de Impostos e despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação em, em R\$ 1,00 – Valores atualizados a preço de janeiro de 2017 (IPCA).....	78
Tabela 12 –	PARÁ/UEPA - Variação orçamentária anual de 2001 a 2015, em R\$ 1,00 – Valores atualizados a preço de janeiro de 2017	82

	(IPCA).....	
Tabela 13 –	UEPA – Execução orçamentária da de 1997 a 2015 por Grupo de Natureza de Despesa , em R\$ 1,00 – Valores atualizados a preço de janeiro de 2017	
	(IPCA).....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRUEM – Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

ALEPA – Assembleia Legislativa do Estado do Pará

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

BGE – Balanço Geral do Estado

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CACEF – Centro Acadêmico de Educação Física

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CFE – Conselho Federal de Educação

DETRAN-PR – Departamento de Trânsito do Estado do Paraná

EC – Emenda Constitucional

EUA – Estados Unidos da América

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

FDO – Frente Democrática das Oposições

FEP – Fundação Educacional do Estado do Pará

FES – Fundo Estadual de Saúde

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATS – Acordo Geral de Comércio e Serviços

GATT – Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias
ICMS-QPE – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - Quota Parte do Estado
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEES – Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISEP – Instituto de Educação Superior do Pará
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MARE – Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MDE – Manutenção e Desenvolvimento da Educação
MEC – Ministério da Educação
MTO – Manual Técnico do Orçamento
NUPES – Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior
OMC – Organização Mundial do Comércio
PCCS – Plano de Carreira, Cargos e Salários
PDRE – Plano Diretor da Reforma do Estado
PEE – Plano Estadual de Educação
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE – Plano Nacional da Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
RLI – Receita Líquida de Impostos
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento
SINDUEPA – Sindicato dos Docentes da UEPA
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE – Tribunal de Contas do Estado
UECE – Universidade do Estado do Ceará

UEPA – Universidade do Estado do Pará
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPA – Universidade Federal do Pará
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

SUMARIO

INTRODUÇÃO	16
1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990....	33
1.1 O processo de expansão das universidades brasileiras: as estaduais em foco	33
1.2 O neoliberalismo e a sua influência para educação superior.....	40
1.3 O neoliberalismo e as políticas dos organismos internacionais de financiamento no Brasil.....	45
1.4 A Reforma do Estado e a expansão da Educação Superior	50
2 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO PARÁ E A CRIAÇÃO DA UEPA	54
2.1 O processo de criação da Universidade do Estado do Pará	54
2.2 A expansão da Universidade do Estado do Pará	61
3 O QUE EXPRESSOU O FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 1997 A 2015?.....	74
3.1 A capacidade de arrecadação do estado do Pará	74
3.2 Os recursos para a educação básica e para a educação superior públicas – origem dos recursos para a UEPA	78
3.3 O movimento de financiamento da UEPA no período de 1997 a 2015	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta resultados da pesquisa realizada no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) que teve por finalidade analisar a política de financiamento da Universidade do Estado do Pará (UEPA), desde sua estruturação organizacional em 1997, período contextual de reforma do Estado e pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), até o ano de 2015, quando se completou 18 anos de sua organização institucional.

A aproximação com a temática se dá em virtude de ser egressa da referida instituição, tendo a formação inicial concluída em Educação Física. A atuação política como membro do Centro Acadêmico de Educação Física (CACEF) - Gestão 2012-2013 – durante o qual participamos apoiando o comando de greve dos docentes da UEPA, em 2012, também foi um fator que nos aproximou da temática.

Naquele momento de greve se discutia a pauta salarial, a infraestrutura dos campi e as condições de trabalho, todos os temas subordinados situação financeira da universidade que vivenciava uma crise de redução de verbas para sua sobrevivência, mas, ao mesmo tempo, expandia seus cursos e vagas tanto na capital como no interior

Ao ingressarmos no Mestrado, nos inserimos no Projeto de pesquisa “Política de Financiamento da Expansão da Educação Superior no Brasil – uma análise dos Planos Nacionais de Educação” que integra o Projeto Integrado de pesquisa: “Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil” financiado pelo Observatório da Educação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A inserção nesta pesquisa nos oportunizou a articulação entre o movimento político e o conhecimento teórico, uma vez que este projeto integra a rede de Universitas/Br que congrega pesquisadores de mais de 30 Universidades do país que investigam sobre as políticas adotadas para a educação superior no Brasil cujos produtos tem sido referência na área.

Dentre as pesquisas realizadas no âmbito do Projeto sobre Política de Financiamento da expansão das Universidades Brasileiras, nos interessou investigar a situação de financiamento das universidades estaduais. Nesse sentido, torna-se importante analisar como esse processo se constituiu historicamente, ou seja, levantar os marcos legais criados para garantir o financiamento da educação superior pública

estatal. Assim, destacamos a Constituição Federal (CF) de 1934 como um momento importante para a história educacional brasileira, pois esta inaugurou a atual forma de arrecadação e destinação de recursos para a educação: a vinculação de um percentual mínimo da receita resultante de impostos do Estado.

Essa medida, mesmo tendo passado por diversas modificações ao longo do tempo, de 1934 a 1996 (conforme quadro 1, abaixo), manteve-se até os dias atuais, com ausências em alguns períodos da nossa história, e está estabelecida no artigo 212 da Constituição Federal de 1988. Portanto, na atual Constituição Federal do Brasil (CF-1988) a União ficou obrigada investir pelo menos 18% e os estados e Distrito Federal pelo menos 25% da Receita Líquida de Impostos (RLI) na Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE)¹.

As diversas modificações no que tange o financiamento da educação ao longo do século XX, vão desde percentuais subvinculados à educação no meio rural até a remuneração de profissionais do magistério. Tais transformações podem ser observadas por meio da tabela 1 a seguir, que expõe as normatizações ao longo dos anos:

¹ São despesas destinadas ao alcance dos objetivos básicos das instituições de ensino em todos os níveis., tais como: a) remuneração e aperfeiçoamento dos trabalhadores da educação, b) aquisição, construção e manutenção dos espaços e equipamentos de ensino, c) uso de bens e serviços vinculados ao ensino, d) estudos com vistas ao aprimoramento do ensino, e) realizações de atividade meio, f) concessão de bolsas de estudo, g) amortização e custeio de operações e crédito desde que estejam destinadas a atender as necessidades do disposto no artigo 70 da CF, h) compra de material e manutenção de programas de esporte escolar. (BRASIL, 1996)

Tabela 1. BRASIL – Alíquotas da vinculação de recursos para a Educação de 1934 a 1996.

Ano	Dispositivo Legal	Esfera de Vinculação		
		União	Estados e DF	Municípios
1934	CF de 1934, art. 156	10% ¹	20%	10%
1937	CF de 1937	-	-	-
1942	Decreto de Lei nº 4.958	-	15 a 20% ²	10 a 15%
1946	CF de 1946 art. 169	10%	20%	20%
1961	Lei Federal nº 4.024/61 (LDB, art. 92)	12%	20%	20%
1967	CF de 1967	Suprime a vinculação de recursos para a educação		
1969	EC nº 01/69, art. 15, § 3º, alínea f	-	-	20% ³
1971	Lei Federal nº 5.692 (LDB, art. 59, § único)	-	-	20% ⁴
1983	EC 24/83, art. 176, §4º e Lei nº 7.348/85	13%	25%	25%
1988	Constituição Federal 1988, art. 212 ⁵	18%	25%	25%
1996	EC 14/96, art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei nº 9.424/96.	-	Cria o FUNDEF e estabelece subvinculações ⁶ .	

Fonte: Construído com base em Oliveira (2001, p. 98 *apud* PINTO; ADRIÃO, 2006, p. 26) e Wagner (2001, p. 31-32).

Notas:

¹ 20% desse montante deveriam ser aplicados na educação rural;

² Estes valores (15% para estados e 10% para os municípios) cresceriam 1% ao ano, a partir de 1942 (por meio do Decreto-Lei [DEL] 4.958), até atingir, respectivamente 20 e 15%;

³ Na emenda de 1969 estipula-se a aplicação de 20% da receita tributária municipal no ensino primário.

⁴ Na Lei 5.692 de 1971, estipula-se a aplicação de 20% da receita tributária municipal e de 20% do Fundo de Participação dos Municípios, no ensino de 1º grau.

⁵ Aplicação do percentual estipulado da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

⁶ Vinculações onde 60% dos 25% devem ser destinados ao ensino fundamental, e 60% dos recursos do Fundo devem ser destinadas à remuneração dos profissionais do magistério.

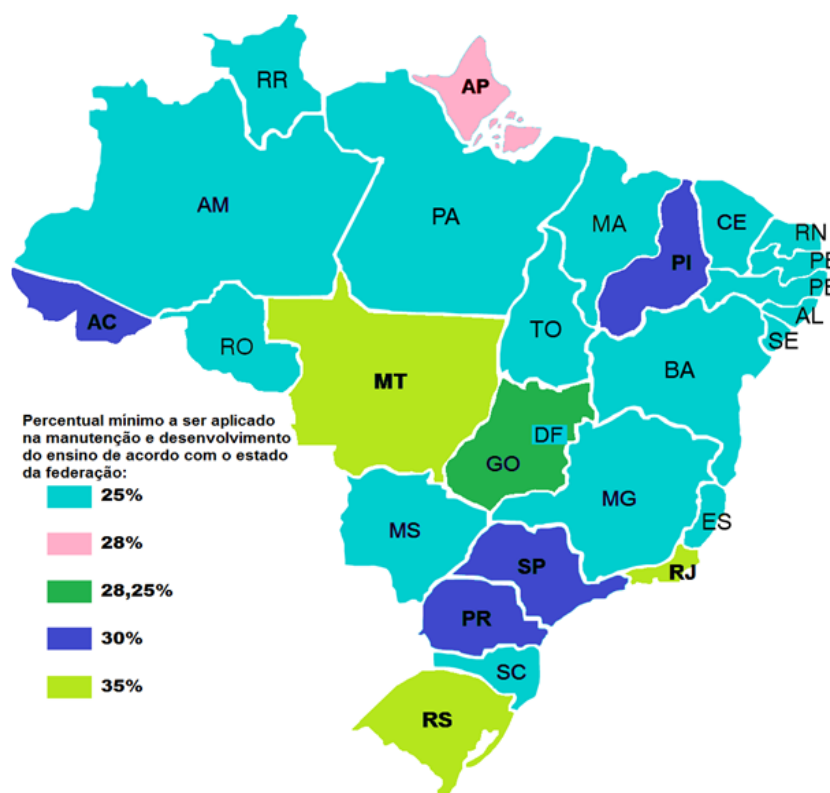
Pode-se perceber que, desde quando criada, em 1934, a vinculação de um percentual de impostos para a educação só foi interrompida em dois períodos marcantes da história da república do Brasil, ambos nos marcos do regime ditatorial: 1937 com a instalação do Estado Novo que durou até 1945 e, em 1967, quando o país vivia a ditadura civil-militar que durou de 1964 a 1984. Com o final desses regimes ditatoriais o país passou pelo processo de redemocratização restabelecendo constitucionalmente a obrigatoriedade da vinculação de impostos para o financiamento da educação brasileira.

Nacionalmente o percentual constitucional mínimo de 25% da Receita Líquida de Impostos (RLI) é aplicado por 18 (dezoito) estados da federação (ver figura 1) e pelo o Distrito Federal. Apenas 8 (oito) estados regulamentaram a ampliação deste percentual variando entre 28% e 35% tais como: Amapá 28%, Goiás 28,25%, Acre

30%, Piauí 30%, São Paulo 30% e Paraná 30%, Rio Grande do Sul 35%, Rio de Janeiro 35% e Mato Grosso 35%.

A figura 1 a seguir, mostra os percentuais vinculados nas Constituições Estaduais.

Figura 1 – Vinculação de impostos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) por Estado da Federação



Fonte: Constituições Estaduais brasileiras. In: CARVALHO, 2014, p. 14.

Podem ser ainda, destacados na Figura 1, os estados de São Paulo e do Paraná, que estão entre os que ampliaram o mínimo da RLI a ser destinado à MDE, no caso destes para 30%. No que diz respeito à subvinculação para a educação superior, entretanto, esses estados se diferenciam.

No estado de São Paulo a subvinculação, existente desde 1989, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é renovada ano a ano. A luta da comunidade acadêmica é pela ampliação deste percentual subvinculado o qual desde 1995 está estabelecido em 9,57% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços-Quota Parte do Estado (ICMS-QPE). Ainda assim, sem

reajuste, tal subvinculação garantiu autonomia financeira e de gestão patrimonial às estaduais paulistas (CORREIA; MINTO; MIRÁGLIA, 2015).

No estado do Paraná, o governo encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de subvinculação de 9% do ICMS (parcela estadual), similar à subvinculação de São Paulo, no entanto, o projeto de conceder “autonomia plena” às estaduais paranaenses, vinha arraigado de uma série de reformas no interior organizacional das universidades que conduziria na verdade para a total perda de autonomia universitária conforme a avaliação de Reis (2014).

De acordo com este autor, tal subvinculação conduziria as universidades paranaenses à busca de fontes privadas de financiamento, submetendo inclusive as universidades a metas e indicadores de desempenho como condição para receber os recursos do Estado. Ou seja, a questão da subvinculação percentual para a educação superior nos estados é controversa e requer vistoria minuciosa. Por outro lado, é importante ressaltar que as Universidades públicas estaduais representam quase 35% do número de Universidades públicas do país como pode ser observado na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2. BRASIL – Número de Universidades e outras IES públicas, em 2014

Públicas	Universidades	%	Outras IES	%	TOTAL
Federais	63	56,8	44	23,5	107
Estaduais	38	34,2	80	42,8	118
Municipais	10	9,0	63	33,7	73
TOTAL	111	100	187	100	298

Fonte: INEP, 2014.

Das 195 Universidades existentes no Brasil em 2014, 111 eram públicas e dessas, 63 eram da rede federal e 38 universidades vinculadas aos estados e 10 municipais. Das 298 IES públicas existentes no Brasil em 2014, a maioria possuem outras formas de organização acadêmica (187) e nos estados predominam as IES não universitárias (80).

De acordo com os microdados do Censo da educação Superior (INEP, 2015), dos 26 estados da federação, 22 possuem universidades estaduais, contabilizando o total de 38 universidades estaduais em todo o Brasil, demonstradas na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3. BRASIL – Número de Universidades estaduais por região e estado, em 2014

Região	UF	N. de Universidades estaduais	Região	UF	N. de Universidades estaduais
Norte	AM	1	Centro Oeste	GO	1
	AP	1		MT	1
	PA	1		MS	1
	RR	1			
	TO	1			
Nordeste	CE	3	Sudeste	MG	2
	MA	1		RJ	2
	PI	1		SP	3
	AL	2			
	BA	4			
	RN	1	Sul	RS	1
	PB	1		SC	1
	PE	1		PR	7
TOTAL					38

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior (2015)

A tabela 3 demonstra que existem universidades estaduais em todas as regiões do País, sendo que o maior número delas está concentrado no nordeste com 36,8%. Dos estados da federação, apenas Acre, Sergipe, Rondônia e Espírito Santo, que não possuem universidades estaduais.

Dos 22 (vinte e dois) estados acima demonstrados que mantêm universidades públicas próprias, somente 9 (nove) apresentam nas constituições estaduais subvinculação percentual destinada ao ensino superior. O conteúdo das subvinculações estão demonstradas no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Subvinculações Constitucionais à Educação Superior Estadual

Estados da Federação	Artigo	CONTEÚDO
Amazonas	Art. 200 § 10	O Estado destinará, anualmente, ao ensino público estadual de terceiro grau uma dotação orçamentária, em percentual nunca inferior a cinco por cento do limite mínimo fixado pela Constituição da República para aplicação em educação pelos Estados e Municípios.
Ceará	Art. 224	O Governo Estadual aplicará, mensalmente, nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal para despesas de capital do sistema de ensino superior público do Estado do Ceará, respeitada a proporcionalidade dos recursos repassados às universidades públicas estaduais nos últimos dois anos anteriores à promulgação desta Constituição.
Goiás	EC ° 43 12.05.09 Art. 158.	O Estado aplicará, anualmente, no mínimo, 28,25% (vinte e oito e vinte e cinco) da receita resultante de impostos, inclusive transferências, em educação, destinando 25% (vinte e cinco por cento) da receita na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, na educação básica, prioritariamente nos níveis fundamental e médio, e na educação profissional, , os 3,25% (três e vinte e cinco centésimos por cento) restantes, na execução de sua política de ciência e tecnologia, inclusive educação superior estadual, distribuídos conforme os seguintes critérios: I. 2% (dois por cento), na Universidade Estadual de Goiás - UEG;
Mato Grosso	Art. 246	O Estado aplicará, anualmente, um por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive transferências constitucionais obrigatórias, na manutenção e desenvolvimento do ensino público superior estadual.
Minas Gerais	Art. 199 § 1	O Estado destinará dotações e recursos à operacionalização e à manutenção das atividades necessárias à total implantação e desenvolvimento da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES –, no valor de, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita orçamentária corrente ordinária do Estado, repassados em parcelas mensais equivalentes a um doze avos do total, no mesmo exercício
Piauí	Art. 224	O Estado distribuirá os recursos remanescentes do artigo anterior do seguinte modo: II - cinco por cento das receitas destinados a instituições de ensino superior mantidas pelo Estado.
Rio de Janeiro	Art. 314	O Estado aplicará, anualmente, no mínimo, 35% (trinta e cinco) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, incluídos os percentuais referentes à UERJ (6%). * Eficácia suspensa pelo STF na ADIN 780.7 de 19.03.93.
Rio Grande do Sul	EC nº 66 19.12.12 Art. 201 § 3.º	O Estado aplicará 0,5% (meio por cento) da receita líquida de impostos próprios na manutenção e desenvolvimento do ensino superior público e, através de crédito educativo e de bolsa de estudos, integral ou parcial, no ensino superior comunitário, cabendo à lei complementar regular a alocação e fiscalização deste recurso.
Santa Catarina	Art. 170	O Estado prestará anualmente, na forma da lei complementar, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina. Parágrafo único. Os recursos relativos à assistência financeira não serão inferiores a cinco por cento do mínimo constitucional que o Estado tem o dever de aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Fonte: (CARVALHO, 2014, p. 15)

Carvalho (2014) apresenta e comenta que tais subvinculações tem forma bastante diversa, pois, em alguns estados, fica garantido que o percentual seja destinado à educação superior pública, em outros se destina apenas à assistência estudantil, abrindo a possibilidade para assistência estudantil do setor privado.

No caso do estado do Pará que não amplia os 25% da RLI obrigatórios destinados a MDE por meio da constituição estadual ou lei complementar, e nem subvincula um percentual de algum imposto, como no caso de São Paulo, para Universidade do Estado, o financiamento da Universidade do Estado do Pará fica na dependência do planejamento anual e aprovação por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Vale ressaltar, conforme antes explicitado, que os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do ensino, segundo o disposto no artigo n.70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), podem ser aplicados em todos os níveis de ensino. O que compreende que o gasto com as universidades estaduais podem fazer parte dos recursos destinados à MDE. É importante destacar, no entanto, que a CF/1988, no seu art. 212, estabelece que a distribuição dos recursos públicos deve assegurar o ensino obrigatório, disposto no artigo 211 da mesma CF: no caso dos estados e distrito federal, a prioridade dos 25% dos recursos oriundo dos impostos devem ser destinados à manutenção do ensino fundamental e médio.

Apesar dessa vinculação mínima obrigatória calculada sobre os impostos arrecadados pelos entes federados, ainda é preocupante a situação da educação no Brasil. Os noticiários que anunciam protestos, manifestações, paralisações e greves de servidores municipais, estaduais ou federais da educação são recorrentes, e as reivindicações diversas, perpassando por autonomia, carreira, salários, segurança, saneamento e estrutura física e pessoal dos espaços de trabalho.

Os exemplos de que nos últimos anos o processo de luta dos servidores tem se intensificado são diversos. Em 2012, os docentes das Instituições Federais de Ensino (IFES) protagonizaram a maior greve da história da categoria, em número de adesão de seções sindicais, reivindicando a reestruturação da carreira e melhorias nas condições de trabalho. (ANDES, 2012)

No ano seguinte, conforme notícia divulgada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), a partir de dados da

Associação Contas Abertas, os valores gastos com a construção dos estádios da Copa foram superiores ao investimento em educação no ano de 2012 (ANDES, 2014e), o que exemplifica a não priorização da educação por parte do governo federal. Tal fato conduziu, entre outras coisas, ainda em 2013, que os docentes de uma faculdade particular deflagrassem greve devido o não pagamento de seus salários. Isto se deu em decorrência do atraso na folha de pagamento do repasse do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). (ANDES, 2014f)

No ano de 2014, os docentes das universidades estaduais do Ceará fizeram uma greve de mais de três meses de greve solicitando nomeação e concurso público em virtude do déficit de aproximados 600 professores. (ANDES, 2014a). Nas estaduais paulistas (USP e UNESP) a greve de 2014 que durou 118 dias, reivindicou o reajuste salarial que estava há meses atrasado. (ANDES, 2014c). Ainda nesse mesmo ano, marcado pela Copa do Mundo e pela aprovação do novo Plano Nacional da Educação (PNE) foi encerrado, em nível nacional, com cortes de verbas para o investimento em educação nos planos orçamentários para o ano de 2015. As universidades estaduais da Bahia e do Rio de Janeiro são exemplos concretos. No caso da Bahia o corte no orçamento do ano de 2015, referente a custeio e investimento, foi de mais de sete milhões mesmo quando as reivindicações da comunidade acadêmica solicitavam a ampliação percentual da Receita Líquida de Impostos (RLI) destinada as estaduais baianas. (ANDES, 2015c)

No Rio de Janeiro, a emenda parlamentar que garantiria de investimento para as universidades estaduais a aplicação mínima de 6% da RLI a partir de 2015 foi vetada pelo governador do estado, Luiz Fernando de Souza, o Pezão, do PMDB. (ANDES, 2014b). Desde 2016 até os dias atuais, a situação das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro é extremamente grave, com o não pagamento dos salários dos servidores e não repasse de verbas para a manutenção dessas IES, o que tem provocado diversas manifestações de protestos em âmbito nacional.

No início de 2015, o grande destaque foi para a greve dos docentes e técnico-administrativos das sete Universidades do Estado do Paraná que fez unidade com outras categorias de servidores da educação básica, da saúde, do judiciário e com os trabalhadores do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN-PR). A principal reivindicação dos trabalhadores é a revogação do “pacote de maldades” do

governo Beto Richa (PSDB) que seria votado no dia 10 de fevereiro do mesmo ano, quando a Assembleia Legislativa do Estado foi ocupada pelo conjunto de servidores. (ANDES, 2015b; ANDES, 2015d)

Quanto às universidades estaduais do Paraná a autonomia universitária configurou-se ameaçada, pois, dentre outros malefícios, o projeto propunha o congelamento de seus orçamentos, com base na estimativa de 2013, e uma redução orçamentária contínua até 2019. A aprovação de tal medida implicaria, sobretudo, na redução de pessoal em pelo menos cinco das sete universidades estaduais, acarretando a sobrecarga de trabalho dos servidores permanentes. (ANDES, 2015b; ANDES, 2015d)

Esta sucessão de crises que as universidades estaduais enfrentam representa a fragilidade inerente à educação que, mesmo protegida pela vinculação constitucional de um percentual da RLI dos entes federados, sofre com o descaso e constantes ataques. Coube questionar como estes ataques poderiam se configurar na UEPA.

A despeito das incertezas que permeiam o financiamento da UEPA, desde a sua criação, os dados mostram que a cada ano ela vem expandindo seus cursos e matrículas como pode ser observado na tabela 4, a seguir com dados da graduação presencial no período de 1997 a 2015:

Tabela 4. UEPA - Evolução de cursos, das matrículas e das funções docentes em exercício e afastados na graduação presencial - 1997 e 2006

Ano	Cursos	Matrículas [A]	Funções Docentes [B]	A/B
1997	17	3.852	752	5,1
2015	104	12.604	1.316	9,5
Δ (%) 97-15	511,7	227,2	75	3

Fonte: INEP (1997; 2015).

A Tabela 4 evidencia que o número de funções docentes não acompanhou o movimento de expansão de cursos e matrículas na graduação presencial. Enquanto o número de cursos aumentou em 511,7% e o de matrículas em 227,2%, a quantidade de funções docentes (em exercício e afastados), apresentou um crescimento de 75%, no período de 1997 a 2015, ou seja, não acompanhou a expansão da universidade.

Considerando a problemática exposta, pretende-se responder a seguinte questão central:

Como se constituiu a política de financiamento no processo de expansão da Universidade do Estado do Pará no período de 1997 a 2015?

Como desdobramentos desta pergunta apresentam-se as seguintes questões norteadoras:

- No conjunto da educação superior brasileira como as universidades estaduais conseguem se expandir, a partir da década de 1990, num contexto político e econômico de crise e reformas do Estado?
- Como se constituiu o movimento de criação da Universidade do Estado do Pará e seu processo de expansão?
- Qual a composição, o montante e a origem dos recursos públicos destinados ao financiamento da Universidade do Estado do Pará, no período de 1997 a 2015?

As perguntas apontadas consolidaram os seguintes objetivos de pesquisa:

- **Analisar a política de financiamento do processo de expansão da Universidade do Estado do Pará, no período de 1997 a 2015.**

Sendo este nosso objetivo principal, definiram-se objetivos específicos, a saber:

- Analisar a expansão das universidades estaduais a partir da década de 1990 no conjunto da educação superior brasileira, num contexto político e econômico de crise e reformas do Estado;
- Investigar como se constituiu o movimento de criação da Universidade do estado do Pará e seu processo de expansão;
- Levantar dados sobre a composição, o montante e a origem dos recursos públicos destinados ao financiamento da Universidade do Estado do Pará, no período de 1997 a 2015 estabelecendo relação com a expansão dessa instituição.

A escolha da UEPA para a realização dessa pesquisa se deu em virtude desta ser a única universidade sob responsabilidade do governo estadual no Pará, criada em um contexto de reforma do Estado, portanto desde a gênese imbricada da lógica neoliberal e

que se manteve uma relação empírica no contexto da nossa formação inicial, quando vivenciamos a falta de recursos básicos, a deterioração do espaço físico, escassez de bolsas de iniciação científica e de políticas de assistência estudantil, ao mesmo passo em que se anunciava a abertura de novos cursos e se enfatizava o discurso da gestão superior como “uma das universidades mais interiorizadas do país”.

A realização de pesquisas específicas sobre as instituições estaduais é escassa, ainda que tenham relevada importância para a produção do conhecimento sobre a educação superior, afinal existem em 22 estados da federação e são responsáveis por quase 35% das Universidades públicas do país.

A busca pela produção científica acerca da temática se constituiu num passo fundamental, pois revelou a incipiência de estudos sobre o financiamento das universidades estaduais. A procura de textos foi realizada no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) onde se identificou quatro estudos que trataram de financiamento em universidades estaduais, a saber:

- a) *O financiamento da Universidade Estadual de Goiás (UEG): o Programa Bolsa Universitária e o custo aluno* (MAGALHÃES, 2009), o qual examinou o cumprimento do percentual estabelecido na Constituição Estadual e estabeleceu uma vinculação entre um Programa de Bolsa Universitária e o custo-aluno. O estudo demonstrou dentre outras coisas, que não houve o cumprimento constitucional de 2% dos impostos líquidos no financiamento da UEG no período analisado (1999-2010).
- b) *Universidade Estadual de Goiás: histórico, realidade e desafios* (CARVALHO, 2013), o qual objetivou averiguar as condições acadêmicas e materiais em que a Universidade Estadual de Goiás (UEG) buscava construir e realizar o tripé universitário ensino-pesquisa-extensão. Para tal, dissertou sobre o panorama das universidades estaduais brasileiras, apontando para o fato das muitas assimetrias nesse conjunto existentes. Acerca da UEG apontou que passa por diversos desafios. Desde a concepção de se fazer universidade, perpassando pela infraestrutura precária até o processo de expansão desordenado atrelado a interesses eleitoreiros.

c) *Educação superior pública na Bahia pós LDB/96: expansão e financiamento: 1995-2009* (OLIVEIRA, 2011), foi um estudo que teve como objetivo avaliar as políticas de expansão e financiamento da educação superior pública no Estado da Bahia, ou seja, ultrapassou as universidades estaduais abrangendo as federais e privadas estabelecendo relações entre estas. Especificamente sobre as estaduais o estudo indicou que no período de 11 anos o percentual da RLI destinados à educação superior ampliou apenas 0,3%.

Os três estudos, no âmbito de dois Estados, apontaram para as condições em que se encontram estas universidades no que diz respeito ao financiamento, o que compromete, portanto, os projetos de desenvolvimento das instituições. Além disso, indicam o comprometimento dos governos estaduais em cumprir com a agenda proposta pelos organismos internacionais de transferência da responsabilidade financeira do ensino superior para o setor privado. As medidas adotadas centram-se no contingenciamento de verbas forçando as universidades recorrerem à captação de recursos externos aos governos estaduais, vide agências de fomento, taxas e contribuições da sociedade civil e convênios com o setor privado.

Estes elementos justificam a necessidade da realização de novas pesquisas que contribuam para a ampliação da produção científica acerca do financiamento das universidades públicas no conjunto dos estudos sobre políticas para a educação superior no país.

O referencial teórico metodológico que fundamenta a presente investigação tem como base os parâmetros marxianos de compreensão da realidade. Nesse sentido, o entendimento das transformações ocorridas na atual sociedade, sejam nos aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais, têm como referencia principal a luta de classes.

Tendo clareza do conjunto de elementos que cercam nosso objeto e sobre ele exercem influencia é que o apoio no Materialismo Histórico-Dialético se faz indispensável para analisar o movimento real do objeto em investigação já que para esta matriz teórica interessa apreender a essência da coisa: sua estrutura e dinâmica, tal como alude Netto (2011). Por isso, corrobora-se aqui com Frigotto (2006) na opção pelo

método marxiano, pois este é apreciado e entendido para além de uma opção metodológica de pesquisa, mas como forma de compreender o mundo e de manter uma postura e uma práxis frente à realidade complexa e contraditória da sociedade capitalista.

Nesse sentido, as fases da pesquisa tem por base as orientações de Dussel (2012) quando explica o método da economia política de Marx. Elas caracterizam-se, inicialmente, pelo contato inicial com o objeto em que se obtém uma representação difusa, seguida pelo processo de identificar as determinações que incidem sobre o objeto (o financiamento da expansão da UEPA) por meio do movimento de abstração. Nesse momento é necessário tomar essas partes como um todo e compreende-las no seu particular. É possível exemplificar indicando possíveis determinantes a serem estudados para este objeto: orçamento do Estado Pará, a expansão da universidade e os recursos financeiros destinados a esta.

Estudados no seu particular segue-se ao que Dussel (2012) denomina de elevação dialética, que consiste em partir dos determinantes abstraídos e construir uma totalidade concreta e abstrata ao mesmo tempo. Isso significa situar as partes no todo, conectá-las, relacioná-las mutuamente entre si como o ato inverso da abstração das partes e consolidar uma totalidade articulada, concreta em relação às partes e abstrata em relação a realidade concreta, e assim partir para a construção sintética do todo concreto, contudo um concreto no pensamento que será convertido em forma de texto para conclusão desta pesquisa.

Tratou-se de uma pesquisa documental que contou com dois tipos de fontes de dados: bibliográficos e documentais. A seleção do material bibliográfico contribuiu para a construção do suporte teórico de base para análise dos dados e seguiu as orientações de Masson (2013) para as pesquisas científicas sobre políticas educacionais ancoradas no marxismo.

A posteriori, no estudo mais detido da política da educação superior, selecionamos um referencial específico para a compreensão sobre: política econômica, formulação e desenvolvimento das políticas (forças que as elaboram, condições para implementação, atores que contribuem para a obstacularização ou promoção delas) e articulação com outras políticas. Com base nesse aporte teórico buscamos analisar a política de expansão e financiamento da Universidade do Estado do Pará.

Os documentos analisados foram fundamentalmente os Balanços Gerais do Estado (BGE), por meio de onde extraímos os dados das receitas e despesas do estado, com centralidade para as despesas com MDE e com a UEPA e ainda, dados do Censo da Educação Superior – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Para analisar os dados coletados nos Balanços Gerais do Estado, realizamos a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA para janeiro de 2017. Amaral (2012) explica que o IPCA é o índice oficial que verifica a inflação, portanto atualizar os valores utilizados por meio do IPCA significa desconsiderar a desvalorização que a moeda sofre ao longo dos anos e apresentar os dados financeiros em números reais para o período em que finalizamos a pesquisa, o ano de 2017.

A dissertação se consolidou em três capítulos. O primeiro aborda a expansão das universidades estaduais, a influência dos organismos internacionais para as políticas de educação superior e o novo marco de relação entre estado e mercado traduzido como neoliberalismo, que teve repercussão efetiva no Brasil a partir da década de 1990. No interior da concepção dos organismos internacionais aglutina e difunde o ideário da educação como elemento de ascensão social, a partir da Teoria do Capital Humano, portanto a educação com um elemento que possui valor agregado e pelo qual é coerente investir. Com estes elementos o capítulo expõe como a educação é entendida como mercadoria.

Entretanto, estes organismos, bem como o ideário neoliberal, a serviço do modo de produção capitalista, que não possibilita a massa populacional condições de “comprar” a educação, destaca a educação superior como eixo o qual deve ser comercializado, pois remete a capacitação profissional, e a educação básica como eixo garantido pelo estado, o qual garante a formação básica da mão de obra barata.

O capítulo finaliza adentrando propriamente no que se tratou a Reforma do Estado e como ela construiu as bases para o conjunto de reformas na educação superior que se traduziu, de início, na LDB.

O capítulo segundo tratou mais propriamente do *locus* nosso objeto de estudo, elucidando os embates entre os governos estaduais em torno da criação da UEPA. Para tanto localizou para onde é voltada a economia do estado do Pará, e que apesar desta

economia ter recebido grandes projetos industriais no decurso de sua historia, tal elemento não se converteu em melhoria de vida para a população regional.

O fim da ditadura, a nova constituinte, eleições diretas, a organização social por meio de manifestações populares, o impeachment de Collor de Melo foram fatos que antecederam a criação da universidade e que colocaram o país em um estágio propício ao conjunto de reformas que elaboradas e implementadas a nível internacional para a América Latina.

Nesse contexto o segundo capítulo aborda a transformação da FEP em UEPA ainda no governo Hélio Gueiros por meio de decreto, a destituição do decreto por parte do Governador Jader Barbalho, desmembrando a universidade novamente em instituições isoladas de ensino, para conseqüente nova submissão de projeto de Lei a ALEPA com vistas à criação formal da Universidade do Estado do Pará, tudo isto sob a justificativa da ilegalidade no processo de criação da UEPA enveredado por Gueiros em 1990.

Neste ensejo adentramos na estruturação da universidade bem como seu processo de expansão que aconteceu, sobretudo interiorizado tendo a UEPA atualmente 20 *campi* (5 na capital e 15 no interior), pois desde o governo Almir Gabriel estava no planejamento do Estado “descentralizar e interiorizar as atividades educativas, culturais, desportivas e artísticas” (PARÁ, 1995, p. 37). Por este motivo, fazemos a relação com as regiões de integração do estado do Pará, afinal é por meio desta divisão regional que se pensam as políticas públicas por parte do governo do estado em estreita relação com os projetos industriais em parte delas presentes.

A segunda seção tratou ainda de situar o perfil de cursos e o perfil dos docentes da UEPA e a localização desta dentro da expansão da educação superior no estado do Pará antes de explicitar por meio dos dados do censo da educação superior como a UEPA expandiu em números ao longo de sua história. No ensejo, trata da pós graduação *stricto sensu* na UEPA, que em termos percentuais viu enorme expansão, porem em termos nominais é possível afirmar que não possui tanto impacto, quanto as federais as quais somam 75 cursos e a UEPA somente 8 em 2015.

No terceiro e ultimo capítulo apresentamos os dados referentes a arrecadação do estado, seja a receita corrente líquida como a receita líquida de impostos. Fazemos a discussão sobre a capacidade de arrecadação do estado que é reduzida por meio da Lei

Kandir, e que impacta os recursos destinados à educação tendo em vista que a referida lei trata de desonerar impostos e são estes que compõem o percentual destinado a educação.

Apresentamos também os dados transferidos a MDE no estado, onde o governo do estado gaba a ampliação dos 25% mínimos obrigatórios, porém a ampliação implementada, demonstramos, é irrisória. Ainda por meio dos BGE, expusemos de que forma se dá a composição de recursos do orçamento da UEPA, confirmando que a UEPA se enquadra no dado já apontado por Chaves e Amaral (2015) quando expõem que as universidades estaduais possuem na composição do seu orçamento ampla maioria dos recursos oriundos do governo do estado.

Por fim, apresentamos o gerenciamento dos recursos da UEPA na série histórica composta desde 1997, quando a universidade delimita sua estruturação organizacional, até 2015, fazendo a relação com a expansão ocorrida na universidade, com o movimento mais geral de avanço do capitalismo e sua repercussão no Brasil por meio das políticas públicas para a educação superior pós Reforma do Estado.

Nas considerações finais apresentamos nossas conclusões sobre a pesquisa realizada respondendo as questões de estudo e apresentando novas questões as quais serão necessários investir novos estudos

1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

O desenvolvimento da educação superior brasileira a partir da década de 1990, quando o neoliberalismo se legitima no Brasil, é relocalizado. A partir da reforma do Estado e da promulgação da LDB, o papel da educação é reafirmado como agente para a valorização do capital, sendo destacado, a partir das orientações dos organismos internacionais, como um serviço.

O presente capítulo a princípio aborda a expansão das universidades brasileiras, com enfoque nas universidades estaduais e desenvolve alguns aspectos históricos do século XX que foram determinantes para a definição da política educacional brasileira no contexto de crise estrutural do capital.

Assim trataremos de analisar a expansão das universidades estaduais a partir da década de 1990 num contexto político e econômico de crise e reformas do Estado.

1.1 O processo de expansão das universidades brasileiras: as estaduais em foco

O contexto das universidades estaduais sobre o processo de expansão se deu num movimento paralelo ao desenvolvimento das universidades federais.

De acordo com Sampaio, Balbachesky e Peñaloza, (1998) o desenvolvimento das universidades estaduais passou por três fases: o movimento de expansão, arrefecimento e novamente expansão. Tal trajeto esteve diametralmente associado a forma como se comportou a expansão do segmento público federal ao longo do século XX.

No início do século XX, alguns estados brasileiros se anteciparam em relação à política do governo federal e com alianças políticas, apoio do governo do Estado e impulso de grupos locais, criaram suas próprias instituições universitárias. Esse processo teve início em 1912, com a criação da Universidade do Paraná. Compreende ao primeiro período de expansão que perdura até a década de 1940. (SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA, 1998)

Sampaio, Balbachesky e Peñaloza, (1998) afirmam que em 1930, dentro deste primeiro período de expansão, a regulamentação sobre o ensino superior foi pendular, ora indicava a organização de universidades regionais federais, observável por meio do decreto n. 19.851 de 1931, ora remetia os sistemas de ensino ao cargo dos estados, conforme presente na Constituição de 1984, podendo ser instituições públicas ou particulares coordenadas pelo governo onde a União teria apenas papel suplementar financeira ou tecnicamente.

As autoras afirmam ainda, que em 1937 estas regulamentações foram suprimidas e em 1938 um novo conjunto foi estabelecido. A Universidade do Brasil foi mantida a cargo da União, entretanto as demais foram transferidas para os estados por meio de acordos e condições. Ainda assim a União manteve acordo de cooperar com recursos para a manutenção destas instituições de ensino superior.

O segundo momento compreendeu do início dos anos 1940 aos anos 1960 do século XX, onde diminuíram as iniciativas locais e regionais de criação de universidades em virtude do processo de federalização das instituições de ensino superior. Foi entre 1945 e 1965 que, segundo Martins (2009), o ensino superior público se destacou por um crescimento aligeirado. Durante esse intervalo várias estaduais foram federalizadas, e instituições privadas incorporadas às novas universidades federais, porém esse processo se encerrou em 1964, com o regime militar, sendo que seu ápice se deu entre 1960 e 1961.

Desde a constituição de 1934 o movimento pela federalização das universidades já era discutido com os setores interessados prevendo a anexação das universidades estaduais e privadas ao sistema federal. Deste modo, com a democratização do país, em 1946, o movimento se consolidou. Foi nesse período, que a Universidade do Paraná, funcionando de forma oficial desde 1912, foi reconhecida.

No interstício de 4 anos, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco e mais vinte e quatro escolas e faculdades isoladas já haviam sido federalizadas. (SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA, 1998)

O movimento sofria as contradições do quadro político nacional e, alguns estados resistiam à federalização se baseando numa legislação vigente que visava restringir o número de universidades federais, enquanto outros eram favoráveis à política de federalização. Os favoráveis contavam com pressão política de duas ordens,

uma do movimento estudantil que lutava por gratuidade e ampliação de vagas nas universidades e outra dos escassos orçamentos apresentados pelos Governos de Estado para atender as necessidades das instituições.

As federalizações continuaram até o início dos anos sessenta. Em 1960, foram federalizadas mais três universidades: a do Rio Grande do Norte, criada em 1953, e as universidades de Juiz de Fora e Paraíba, ambas criadas em 1955. (SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA, 1998, p. 7)

O Conselho Federal de Educação, criado em 1962, se opôs claramente as federalizações por entender que a ampliação de vagas deveria se dar nas instituições de ensino superior públicas já existentes e não por meio de incorporação das escolas estaduais e particulares.

Martins (2009) destaca que o início da década de 1960 foi marcado por um forte movimento pela reforma do sistema universitário brasileiro. Deste movimento participaram os docentes, pesquisadores e o movimento estudantil em conjunto, sobretudo aspirando pela priorização da produção do conhecimento científico, pela universidade como lugar desse saber, pois muitos destes tiveram suas formações no exterior de onde trouxeram esse ensejo.

O autor afirma que a Reforma Universitária de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Ao mesmo tempo em que modernizou parcela das universidades federais, estaduais e confessionais, que se abriram as reformas propostas. Foram dadas as condições para o desenvolvimento do ensino articulado à pesquisa, que era muito incipiente, desconectados. Ainda no campo das reformas:

Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. (MARTINS, 2009, p. 16)

Salvos todos os aspectos positivos da reforma, cabe destacar que por outro lado essa foi a reforma que abriu também condições para a abertura de um segmento de ensino privado voltado unicamente para o ensino profissional, distanciado da pesquisa.

Esse novo ensino privado surge entre outras coisas em resposta do contexto político nacional que o Brasil vivia de um regime militar instaurado em 1964. As medidas de contenção dos movimentos sociais perpassavam por dirimir o movimento estudantil que se organizava no seio das universidades. À repressão e vigilância estavam condicionados os docentes e alunos que se contrapusessem, nesse contexto deveria se aceitar que a partir de então:

A educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional. O sistema de ensino superior não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo. Propunha-se assim sua expansão, assinalando, no entanto, a falta de recursos financeiros, o que levou à introdução do princípio da expansão com contenção, que seria reiterado pela política educacional. O objetivo a ser alcançado era obter o máximo de atendimento da demanda com o menor custo financeiro. A reformulação do ensino superior deveria pautar-se por uma racionalização dos recursos e orientar-se pelo princípio de flexibilidade estrutural, evitando a duplicação de meios para as mesmas finalidades acadêmicas. (MARTINS, 2009, p. 20)

Assim se deu a primeira grande reforma no ensino superior, construindo as condições para o próprio sucateamento das universidades que expandiam a partir da lógica dos menores custos para tal, que não existiu sem resistência, pelo contrário, a resistência existiu paralelamente à luta por redemocratização e reestruturação do ensino superior.

O período seguinte foi marcado por um novo crescimento das universidades estaduais, com novas criações no início da década de oitenta e ápice entre 1991 e 1996 quando foram reconhecidas mais oito. “No total, em 16 anos, um número de vinte novas universidades estaduais passaram a integrar o sistema nacional de ensino superior”. (SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA, 1998, p. 5)

Com o processo de federalização iniciado na década de 1940, o quantitativo de universidades estaduais diminuiu substancialmente. A diminuição deste processo nos anos 1960 não culminou com a retomada da expansão das universidades estaduais, pois apenas em 1980 esse processo reiniciou de forma intensa, embora na década de 1970 algumas universidades estaduais no estado de São Paulo, Paraná e Ceará tenham sido criadas como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1976; a Universidade

Estadual Paulista (UNESP), 1976 - SP), a Universidade Estadual de Londrina (UEL), 1971; a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 1973; a Universidade Estadual de Maringá (UEM), 1976 - PR e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), 1977-CE.

Com a retomada desta política de criação de universidades estaduais na década de 1980, em dezesseis anos, 22 novas universidades foram criadas, passando de 9 (nove) antes existentes para o quantitativo de 31 representando uma ordem de 178% de crescimento, que não supera o crescimento das universidades privadas, na ordem 195%.

O marco da década de 1980 para a expansão das universidades estaduais foi a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu o princípio da autonomia universitária. No período de 1980 a 1996 a expansão do número de universidades estaduais quase triplicou, passando de 9 para 31, uma ampliação de 244,4% e o número de matrículas registrado neste segmento de ensino, neste mesmo período, passou de 81.525 para 204.389. (SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA, 1998)

As autoras afirmam que, mesmo em meio a trajetórias diferentes:

Existe uma grande heterogeneidade neste conjunto de instituições. Ao lado de universidades de grande porte, que desenvolvem pesquisas de ponta em diferentes áreas do conhecimento, que apresentam estruturas administrativas e acadêmicas complexas, que contam com aportes governamentais de grande monta, há universidades criadas recentemente, muitas vezes até ignoradas no cômputo realizado pelo órgão federal de governo e sobre as quais muito pouco ou nada se conhece. (SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA, 1998, p. 11-12)

A despeito disso, as universidades estaduais possuem um traço comum: a maioria é originária de instituições de ensino com mais de 30 anos de existência. Com exceção da USP e da UERJ, a maioria das instituições só foi reconhecida como universidade após 1970 e boa parte transformada em universidade após 1990. No caso da USP, foi criada em 1934 já como universidade, e da UERJ teve seu primeiro curso em 1950 e seu reconhecimento como universidade em 1953.

Conforme Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998), a maioria das universidades estaduais em nível nacional se organiza administrativamente em pró-reitorias e Centros e/ou Institutos e/ou Faculdades; oferta prioritariamente cursos de graduação e majoritariamente na área das Ciências Humanas, fato que se torna indicador negativo da

capacidade de investimento da instituição, pois os cursos das ciências humanas exigem menor grau de infraestrutura que os das outras áreas do conhecimento, portanto menor dispêndio financeiro.

A UEPA, por exemplo, é uma das Universidades estaduais que está fortemente orientada para a oferta de cursos na área de formação de professores, nessa perspectiva com menor custo.

Em se tratando da política de financiamento das Universidades Estaduais como já tratamos na introdução desse texto, apenas as três Universidades estaduais de São Paulo possuem subvinculação dos recursos de imposto para o financiamento. A principal vantagem da subvinculação é a de reduzir a imprevisibilidade na fixação anual do orçamento. O ponto negativo é que trata-se de uma medida que mantém segurança apenas em períodos de crescimento e estabilidade econômica. Em um período de recessão, ela se converte em elemento de dificuldade orçamentária, devido ao acompanhamento das receitas.

A solução para esta medida que os reitores entrevistados na pesquisa de Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998, p. 58) é “acoplar a vinculação ao global e [...] manter com o Estado uma negociação que permita um fluxo mais estável na liberação de recursos”. De fato a saída apontada, se na perspectiva de acoplar uma vinculação suficiente e em casos de dificuldades orçamentárias, ou urgência, a negociação estiver aberta, seria um mecanismo interessante de financiamento das IES estaduais.

Guimarães (2014) ao analisar o processo de expansão no número de IES na Região Norte como um todo e no Estado do Pará em particular, esclarece que o crescimento de IES na Região Norte e no estado do Pará foi superior aos índices nacionais como pode ser conferido na tabela 5 a seguir.

Tabela 5. BRASIL/NORTE - Evolução do número das IES, públicas, privadas e universidades estaduais – 1995/2000/2005/2010/2015

ANO	BRASIL				NORTE			
	Total	Pub	Priv	Univ. Estaduais	Total	Pub	Priv	Univ. Estaduais
1995	894	210	684	27	31	12	19	2
2000	1.180	176	1.004	30	46	11	35	2
2005	2.165	231	1.934	33	122	16	106	3
2010	2.378	278	2.100	38	146	25	121	5
2015	2.364	295	2.069	38	150	24	126	5
1995/2015 Δ (%)	164,4	40,5	202,5	40,7	383,9	100,0	563,2	150,0

Fonte: INEP, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015.

Os dados expostos na Tabela 5 evidenciam que, no período de 20 anos (1995-2015) a expansão das IES no Brasil foi, predominantemente, do setor privado que atingiu 202,5% enquanto o setor público expandiu 40,5% e as Universidades Estaduais apresentou o mesmo índice de crescimento público (40,7%).

Ao se analisar a expansão na região Norte o percentual de crescimento do setor privado é muito mais expressivo, com aumento de 563,2% enquanto o setor público dobrou o número de IES nesse período (100%). Por outro lado, observa-se que a maior expansão das IES públicas na região Norte está concentrada nas Universidades Estaduais que apresentaram um crescimento de 150% no período.

De acordo com Guimarães (2014) esse crescimento fez parte do contexto mais geral de expansão da educação superior registrada pós LDB nº 9.394/1996, sobretudo, da expansão do setor privado que registrou ao longo desses 20 anos uma ampliação de quase 600% no estado do Pará.

As universidades estaduais por sua vez, como é possível observar, ampliam seu número no Brasil e no Norte, entretanto, no estado do Pará, apenas a UEPA foi a única criada e ainda se mantém. Embora no Pará exista apenas a UEPA, esta tem se expandido para o interior do estado.

A expansão das universidades é um elemento que faz parte de um processo mais geral de mudanças que o Brasil veio sofrendo desde a década de 1990. Tais mudanças tem a ver com a influencia da lógica neoliberal sobre o conjunto da legislação brasileira que impactou também a educação e a educação superior, debate que trazemos na subseção 1.2, a seguir.

1.2 O neoliberalismo e a sua influência para educação superior

Na década de 1990, entrava em curso o projeto de “reconstrução nacional” dos governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, que previa entre outras coisas, adequar a educação superior “aos desafios da economia globalizada” (LIMA, 2007, p. 131), em conformidade com as políticas definidas pelos organismos internacionais. Se antes a marca da educação superior possuía um caráter de privilégio social que não transpassava os limites da burguesia, com o desenvolvimento do capitalismo, tornou-se uma exigência do capital a ampliação do acesso à educação. (LIMA, 2007)

O ensino superior se constituindo “num potencial campo de exploração para o capital em crise” (LIMA, 2007, p. 135), a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e das fontes de financiamento foram exemplos de estratégias para a introdução do projeto neoliberal para a educação superior no Brasil.

O uso da educação para o favorecimento de uma classe sobre outra remonta ao próprio surgimento da educação sistematizada e institucionalizada no espaço escolar. Saviani (2007) ao analisar os fundamentos ontológicos e históricos da relação entre trabalho e educação, problematiza e trata do uso ontológico da educação sistematizada como elemento de segregação da educação para o trabalho manual e intelectual cumprindo um papel de reprodução das classes dirigentes enquanto dirigentes.

A concordância com Saviani (2007) e também com a tese defendida por Althusser, de o sistema escolar fazer parte do Aparelho Ideológico do Estado, como instrumento de “reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas.” (ALTHUSSER, 1970, p. 63) constituem os elementos iniciais para explicar o que se construiu e consolidou desde a década de 1960 com as elaborações de Shultz sobre a Teoria do Capital Humano, que tem repercussão direta sobre o que Lima (2007) aponta sobre a educação superior.

Uma demarcação, entretanto, é necessária antes adentrar no mérito da teoria de Shultz: é sobre o caráter de classe do Estado. Marx em *A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado* explica de onde parte a necessidade de se criar uma instituição aparentemente superior às classes sociais, e sua razão de existir seria justamente se colocar como entidade neutra capaz de sanar a luta de interesses antagônicos de classe. Lênin (2011, p. 37) traduz a concepção de Estado em Marx em poucas palavras:

Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes.

Um órgão de dominação de classe, que serve à burguesia e que, Althusser aprofunda, articula seus aparelhos de dominação, sejam eles ideológicos ou repressores. Por aparelhos repressores tem-se: as polícias, o exército e as forças armadas, já os ideológicos são: o sistema escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, religioso e cultural.

Portanto, a educação como aparelho ideológico do Estado, a serviço de um Estado de classe, burguês, tem no seu bojo um conjunto de teóricos que elaboram sobre o sistema social capitalista, suas perspectivas de condução, manutenção e reprodução. Nesse conjunto, destaca-se a elaboração de Theodore W. Shultz, que inaugura o termo “capital humano”, o qual diz respeito ao valor agregado ao ser humano pelo conjunto de conhecimentos, técnicos, tecnológicos, práticos, instrumentais, adquiridos por meio da educação. Esse conjunto de conhecimentos é compreendido como valor econômico para o capitalista e embutido como qualidades que geram a capacidade empregatícia. Capacidade esta, da responsabilidade individual de empregar-se e assim manter-se em virtude da alta produtividade garantida pelas suas qualidades. (FRIGOTTO, 1995)

Esta teoria se baseou na experiência de reconstrução japonesa após o abalo que o país sofreu durante a Segunda Guerra. O investimento na capacitação humana tornou-se meio para o desenvolvimento econômico. Tratou-se de subordinar a educação, a qual deveria ser instrumento para o desenvolvimento humano e dotar-lhe de uma ideologia que supõe a educação exclusivamente para o mercado.

O ser humano, portanto ao ampliar o seu capital humano estaria mais bem qualificado para, tanto garantir sua empregabilidade, como contribuir com o desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, a educação cumpre função de capacitação para o mercado e responsabilização do indivíduo por seus problemas (falta de emprego) e pelos problemas coletivos (desenvolvimento econômico e social).

Posto que a desigualdade social é colocada como responsabilidade do indivíduo, aqueles que investissem em seu capital humano, teriam possibilidade de ascensão social, a obteriam pelo mérito de buscar sua capacitação, o que em tese justificaria a

pobreza dos demais indivíduos que “não buscaram”, portanto não mereciam melhores remunerações.

A educação vista então como um bem a ser conquistado, podia ser compreendido como um bem a ser comprado. Ou seja, a Teoria do Capital Humano constrói as bases para a educação como mercadoria, base para a afirmação de Lima (2007), quando aponta a educação superior um campo de exploração.

Para compreender melhor tal afirmação e a repercussão que a teoria do capital humano teve, cabe analisar a educação no marco da Organização Mundial do Comércio (OMC) a partir de Haddad (2008).

Criada em 1995, a partir das rodadas do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras (GATT), acordo que objetivava criar regras internacionais de comércio as quais permitissem preços mais acessíveis aos países destruídos pela guerra, a OMC vem substituí-lo para cumprir o papel real de organização que vai regulamentar e liberalizar os serviços internacionalmente a partir de uma sistematização técnica, administrativa e judiciária.

Seu interior é composto por diversos acordos, dentre eles o General Agreement on Trade in Services (GATS), em português, Acordo Geral de Comércio e Serviços, o qual dispõe sobre o comércio dos seguintes serviços: comércio, comunicação, construção e engenharia, distribuição, meio ambiente, serviços financeiros, saúde, turismo e viagens, lazer cultura e esporte, e **educação**, entre outros. Dentro da organização, os serviços elencados acima são negociados num sistema de pedidos e ofertas, onde os países decidem quais serviços irão liberalizar e como.

A educação localizada no âmbito dos serviços comercializáveis conforme demarcação da OMC aponta internacionalmente como a educação deve ser compreendida: em uma concepção contrária a educação como direito humano. Este paradoxo faz parte das contradições brasileiras quando o Brasil, membro fundador da OMC, aponta em sua constituição a educação como direito de todos.

Tal paradoxo não é à toa e coaduna com o desenvolvimento da educação no Brasil em sua história mais recente. As políticas educacionais aplicadas no Brasil estão em articulação com as concepções apresentadas pela OMC e pelo Banco Mundial, embora isso pareça contraditório, não é, pois estão em níveis distintos.

Haddad (2008) aponta que enquanto a OMC concebe a educação como serviço, o Banco Mundial reafirma a educação como direito na Cúpula Mundial de Educação

para todos, ocorrida em Dacar no ano 2000. A aplicação diversa das concepções apontadas acima, se dá quando a comercialização dos serviços educacionais a partir da OMC é solicitada majoritariamente no campo da educação superior e outros serviços educacionais, e quando o Banco Mundial, que por sua vez atua junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir das condicionalidades pactuadas por meio dos empréstimos, “orienta”, dentre outras coisas, que os governos privilegiem seus investimentos no ensino fundamental.

Os mecanismos de influencia do BM chegavam às orientações das políticas educacionais sempre em complementaridade às orientações macroeconômicas estabelecidas pelo Brasil nos seus acordos com o FMI. Assim, por exemplo, enquanto as orientações macroeconômicas determinavam o corte de despesas e os ajustes estruturais, as orientações do BM na educação, para ser coerentes, focalizavam os recursos no ensino fundamental, preocupavam-se mais com a eficácia do sistema do que com o aumento dos gastos, operando sob a lógica do custo-benefício. (HADDAD, 2008, p. 11)

Ao tomar uma perspectiva histórica da fase imperialista, chega-se a década de 1990 com o aprofundamento da dependência de diversas economias em relação aos países desenvolvidos², e as políticas subsequentes é a conjunção do que o capitalismo acumulou ao longo do século XX para manter sua reprodução. Não podendo conter as crises intrínsecas ao seu próprio interior, o capitalismo avança teoricamente no quesito novas formas de explorar.

Assim, o que outrora serviu ao capitalismo conceber como direito social (entre outras coisas, a educação) garantido pelo Estado para a o desenvolvimento social e econômico a partir da teoria Keynesiana e repercutiu no Brasil como Estado desenvolvimentista nas décadas de 1950 a 1970, quando o Brasil intensificou seu processo de industrialização, não serviria mais a partir da virada que deu a economia mundial com a crise instalada na década de 1970.

Destarte, a forma de gerenciamento do Estado passa a ser pensada para dar respostas a crise e nesse novo modelo, neoliberal, tudo passa a ser mercadoria, ficando a cargo do Estado apenas o controle sobre os setores que atuam pela sua própria manutenção.

² Nomenclatura atribuída pelo Banco Mundial após o término da Guerra Fria, quando se dissipou a denominação “países do Primeiro Mundo”.

A partir da década de 1980 o Brasil passa por um retrocesso no perfil de suas atividades. O setor industrial do Brasil está cada vez mais produzindo bens que são considerados quase *commodities* (alta escala de produção, baixo preço unitário, simplificação tecnológica e rotinização das tarefas). Mas não se trata somente disto o fato de o país estar sofrendo um retrocesso no perfil de suas atividades. Trata-se de um arrefecimento exacerbado da importância do setor industrial brasileiro. O fato de o emprego industrial nacional ter representado 4,2% do emprego industrial mundial, nos anos 1980, e de essa participação ter chegado hoje à casa dos 3,1% (POCHMANN, 2001 apud PAULANI, 2008), é um indício desse arrefecimento.

É nesse sentido que o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) de 2003 classifica o Brasil como país em vias de desindustrialização, pelo fato da economia se caracterizar “queda ou estagnação dos investimentos e participação da produção manufatureira no PIB em declínio” (PAULANI, 2008, p. 86), afinal:

[...] as décadas de 1980 e 1990 as décadas de 1980 e 1990 presenciaram no Brasil um processo de desindustrialização relativa, com o rompimento dos nexos interindustriais das principais cadeias de produção e com a redução substantiva do setor de bens de capital, movimento esse que, em termos macroeconômicos e de contabilidade nacional, significa uma redução do valor agregado interno sobre o valor bruto da produção. (BELLUZZO, 2005 apud PAULANI, 2008 p.86)

Tal explicação do retrocesso brasileiro se explica também adicionando, “à questão das transformações maiores por que passa o capitalismo, um fator sociopolítico interno, já que, como observou Marx, na articulação das formas econômicas inclui a política como seu elemento estruturante.” (PAULANI, 2008, p. 87) Pois nos países dos grupos de industrialização madura (Coréia e Taiwan) e nos de os de industrialização rápida (China e Índia) citados pelo relatório da Unctad houve e há uma preocupação em constituir políticas industriais e de estímulos às exportações que fomentem o investimento e o acréscimo do conteúdo tecnológico das manufaturas, admitindo a assimilação da ampliação das vendas externas pelo circuito interno de renda.

Então desde as eleições presidenciais de 1989 o discurso neoliberal adentra o Brasil. Fernando Collor de Melo (1990-1992) eleito chega a apontar uma série de transformações por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND), porém o contexto tumultuado que cercou seu governo não permitiu que fossem levadas ao cabo

as medidas propostas. Só com as eleições de 1994 e a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que a implementação do neoliberalismo por meio da reforma do Estado é que as medidas propostas no Consenso de Washington vão se implementar com maior rigor sob o discurso da necessidade de modernizar o país.

No governo antecessor, de Itamar Franco (1993-1994), o pontapé inicial começou a ser dado. Buscou-se converter a dívida externa em títulos para torná-la comercializável internacionalmente no mercado financeiro, ou seja, o foi-se em busca de securitizar a dívida do Brasil para implementar sua “inserção no circuito internacional de valorização financeira” (idem, p. 90), por isso ao governo vigente foi necessário então valer-se também da desregulamentação financeira. Era uma medida central para a implementação das orientações de Washington.

A abertura comercial, o controle dos gastos públicos e privatizações. Tudo foi um processo. Porém em 1995 Com a entrada de Fernando Henrique Cardoso, implementando a reforma do estado por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), as alterações no campo da educação vão se mostrar de forma mais evidente. Tudo isto, fruto de uma política externa a qual o Brasil está subordinado, assunto tratado na subseção seguinte que explica a influencia dos organismos internacionais.

1.3 O neoliberalismo e as políticas dos organismos internacionais de financiamento no Brasil

O cenário brasileiro da década de 1990 foi imbricado pelas transformações dadas no contexto internacional. O processo de “concentração da produção tendo como consequência os monopólios; fusão ou interpenetração dos bancos com a indústria” (LENIN, 1982, p. 46) residiu o conteúdo e a história da formação do capital financeiro, fator predominante segundo Lênin (1982) no imperialismo, fase superior do capitalismo, que se desenvolveu no século XX e exerceu impacto sobre a educação superior.

O início da fase imperialista, de predominância do capital financeiro sobre todas as demais formas de capital, significou a formação de poucos grupos privilegiados que vivem de rendimentos e Estados financeiramente influentes, com maior poder em relação aos outros, pois a dominação financeira, resultado de uma sólida maturidade do

capitalismo em determinados Estados, conduziu a exportação de capitais àqueles onde o capitalismo resultava atrasado e carente de investimentos para se desenvolver.

Os países atrasados recorrentemente requeriam importação de capitais e se submetiam aos acordos estabelecidos a partir dos empréstimos concedidos. Empréstimos os quais, via de regra, proporcionavam ainda outras vantagens aos países credores, como o fomento a compra das mercadorias ofertadas por estes, de modo que a exportação de capitais também tornou-se meio para a exportação de mercadorias. (LENIN, 1982)

Um exemplo desse fundamento imperialista é evidenciado por meio da história Banco Mundial (BM) que, criado na Conferência de Bretton Woods, 1944, com objetivo de ajudar na reconstrução das economias devastadas pela II Guerra Mundial, logo alterou seu direcionamento atribuindo novo propósito: estreitar relações com as economias ocidentais não comunistas, pois mediante a escalada da Guerra Fria era necessário ganhar para sua política os países de Terceiro Mundo³. (HADDAD, 2008)

Haddad (2008) explica que tais relações se deram por meio de empréstimos e da criação de programas de assistência, com ênfase nas políticas de industrialização o que possibilitou aos países do Terceiro Mundo uma inclusão, mesmo que submissa, nas relações de comércio internacional. A paridade ouro-dólar – estabelecimento do dólar como moeda de referencia internacional - foi instituída ainda nesta mesma conferência com fim de “facilitar” o desenvolvimento do comércio. (FATORELLI, 2013)

Paulani (2008) afirma que consolidação do dólar como moeda hegemônica, sua própria valorização demasiada somados ao déficit da balança comercial estadunidense constituíram indícios de ameaça à economia americana na década de 1960. Os altos preços pressionavam pela desvalorização do dólar, mas foi o déficit da balança comercial que influenciou sobremaneira a decisão de que em 15 de agosto de 1971 o

³ A nomenclatura Terceiro Mundo expressa o nome atribuído ao bloco de países pós-coloniais (africanos e asiáticos) que surgiram após a II Guerra e que junto a uma ampla maioria da América Latina não se enquadravam na categorização econômica, política e ideológica cunhada àqueles que travavam a Guerra Fria - “Primeiro Mundo’ dos países capitalistas desenvolvidos e o ‘Segundo Mundo’ dos países desenvolvidos comunistas”. (HOBSBAWN,1995, p. 349). Os países do Terceiro Mundo se diferenciavam entre si em termos de simpatia pelas potências em disputa bélica e ideológica, porém o que os unificava era a atuação conjunta frente aos organismos internacionais e defesa de neutralidade durante a Guerra Fria, ou seja, a não intenção de se unir diretamente a qualquer um dos blocos temendo a participação em uma possível Terceira Guerra Mundial.

então presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Richard Nixon, decretasse unilateralmente o fim da paridade ouro-dólar.

No contexto de alavanca do crescimento econômico mundial eram exigidos aos Estados Unidos pesados investimentos, a situação geopolítica da Guerra Fria promovia a manutenção de volumosos gastos militares. Tudo isso significava aumento da sua dívida externa e redução das reservas de ouro. Este segundo fator minava a idéia do dólar ter valor assegurado, lastreado com base nas reservas de ouro.

O fim da paridade ouro-dólar conduziu ao “excesso de liquidez internacional que se transformou em créditos concedidos por bancos privados internacionais a diversos países latino-americanos administrados por ditaduras militares” (FATORELLI, 2013, p. 18). O endividamento dos países dessa região tornou-se ainda maior após grande elevação das taxas de juros internacionais administradas por esses bancos privados.

Viu-se então o fundamento de uma “crise de endividamento dos países do Terceiro Mundo” (HADDAD, 2008, p. 18), crise financeira que atingiu fortemente os países da América Latina e que permitiu ao Banco Mundial assumir papel central no processo de renegociação para assegurar o pagamento das dívidas dos países.

Haddad (2008) coloca que a intermediação do Banco Mundial frente a renegociação das dívidas levou a abertura e reestruturação das economias devedoras, garantiu a instituição de condicionalidades para a aquisição de novos financiamentos. Já ao Fundo Monetário Internacional (FMI), criado também na Conferência de Bretton Woods, porém com direcionamento à supervisão do sistema monetário internacional, coube realizar exigências para uma maior desregulamentação financeira.

A reorientação na política dos organismos internacionais foi instituída a partir de uma reunião em Washington no ano de 1989 estabeleceu uma série de reformas acordadas entre os organismos para o ajuste econômico dos países do Terceiro Mundo. Tal ajuste não se deu concomitantemente em todas as economias afetadas, assim, o conjunto de reformas teve maior execução a partir de 1995 no Brasil (HADDAD, 2008).

Williamson (2002) afirmava que nenhuma medida acerca da dívida dos países da América Latina seria completa sem que houvesse um acordo para que tais países colocassem sua economia em ordem, e para isto seria necessário realizar reformas políticas.

O autor explicita então 10 medidas, tiradas da reunião em Washington, instrumentos de política econômica, em torno das quais se gerou um consenso por

implementar, a saber, a) disciplina fiscal, b) prioridade nas despesas públicas, c) reforma tributária, d) taxa de juros determinada pelo mercado, e) taxa de câmbio competitiva, também determinada pelo mercado, f) política comercial de integração internacional, g) abertura ao investimento estrangeiro direto, h) privatização, i) desregulamentação e j) direitos de propriedade.

Esta reunião, pela síntese que obteve em torno das orientações acima apontadas ficou conhecida como Consenso de Washington. Foi a partir dele que os princípios neoliberais foram difundidos na América Latina. Desdobramento da reestruturação produtiva, que com a assunção da forma flexível de regular os processos necessitava definir um escopo que balizasse conforme seus preceitos àquelas economias endividadas.

Paralelamente, o avanço tecnológico propiciava a mundialização da economia e alterações profundas no mundo de trabalho, substituindo "trabalho vivo por trabalho morto" causando o desemprego estrutural e aprofundando as contradições sociais. Tudo isto somado à crise fiscal e a incapacidade do estado continuar financiando a acumulação capitalista desencadeiam a crise da acumulação fordista e do Estado de Bem-Estar Social. (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006)

A crise do modo de produção capitalista, vivenciada nos anos de 1970, se deveu a incapacidade do modelo fordista keynesiano responder aos problemas do regime de acumulação capitalista. Nesse sentido tal década, juntamente a década de 1980 do século XX, foram marcadas por uma reestruturação econômica que condicionou uma reordenação social e política.

Nesse contexto um novo regime de acumulação, radicalmente diferente da rigidez fordista, surge. Denominado por Harvey (1993) de acumulação flexível, tem como principal característica a flexibilidade, seja no processo de trabalho, no mercado, nos produtos e padrões de consumo.

Mészáros (2011) analisa que, tal crise iniciada na década de 1970, coloca o modo de produção capitalista em um estágio de depressão contínua. A problemática vivida pelos países da América Latina se estabeleceu, então, dentro de uma crise não mais cíclica, possível de ser superada, mas sim estrutural, onde os mecanismos de administração das crises são cada vez mais insuficientes frente às precipitações diversas e frequentes.

Necessitando uma saída para esses eventos críticos, os neoconservadores defendiam o retorno da regulação por meio do mercado, ou seja, a não intervenção estatal na economia e a "diminuição dos gastos públicos e dos investimentos em políticas sociais." (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 39). Em contraposição à política keynesiana, que não respondia mais às necessidades econômicas, a política neoliberal⁴ passou a ser difundida como alternativa única de sociabilidade humana. Isto impôs reordenações ao Estado, que passou de:

[...] interventor a gestor, transferindo funções específicas do setor de serviços para o mercado, privatizando como forma de superação dos problemas que afetavam suas economias e, com tudo isto, alterando significativamente a concepção das relações entre os setores público e privado. (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 39)

O discurso neste momento foi muito bem articulado com o sentido de responsabilizar a gerencia do Estado escondia que a crise é do sistema capitalista.

A principal saída para a crise estabelecida, não era, no entanto, a diminuição do Estado, mas sim:

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, a criação de um exército reserva de trabalho, para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1996, p. 11)

A diminuição do Estado correspondia tão somente ao processo de privatização que se pregava, fator que culminava com a desresponsabilização do Estado pelo desenvolvimento de alguns setores para dar atenção ao fortalecimento e centralização sobre o controle do dinheiro e da reação dos sindicatos às condições criadas com adoção da nova doutrina.

Desta forma, conforme Alves (2011) o neoliberalismo veio construindo um terreno ideológico que adentra o Brasil e que impulsiona a reforma das consciências. O exemplo mais facilmente demonstrável no âmbito brasileiro pode compreendido com o

⁴ A política neoliberal é o instrumento de implementação do neoliberalismo, que é por sua vez o ataque teórico e político ao Estado intervencionista (keynesianista). Um ideário contrário a limitação que o Estado impunha sobre os mecanismos do mercado, então, favorável ao mercado como elemento regulador da economia. (ANDERSON, 1996)

âmbito das privatizações. O documentário “Distopia do Capital”, dirigido por Silvio Tendler (2014), expressa bem o ideário difundido pela grande mídia na década de 1990 para convencer a população do inchaço do Estado e a necessidade de sua redução.

Assim, a ideologia neoliberal difundida no Brasil como única via de superação da crise instalada, vem reforçar o caráter de classe do Estado, e indicar mais fortemente por meio das orientações internacionais o papel que cumpre a educação no sistema capitalista.

Nesse sentido, educação passa a ser tratada como espaço a ser explorado mais fortemente para a reprodução do capital, a partir do ideário do capital humano, o que vai ressignificar novamente o desenvolvimento da educação superior brasileira. Para tanto, a redefinição do papel do Estado cumpriu papel central, pois foi esta redefinição que possibilitou a criação das bases legais para o conjunto de reformas educacionais iniciadas na década de 1990.

1.4 A Reforma do Estado e a expansão da Educação Superior

O PDRE explica a década de crise com base no discurso da crise do Estado, o qual teria se afastado de suas funções para atuar no setor produtivo. Isto teria causado segundo o PDRE a degradação do espaço público, pois, o Estado com tantas responsabilidades não conseguia dar respostas aos setores essenciais, quais sejam, os direitos básicos como saúde e educação. (BRASIL, 1995)

Nesse sentido seria preciso avançar na construção de uma administração pública “gerencial”, fundamentada em conceitos tais como eficiência, qualidade, controle de resultados e descentralização.

O intuito de Bresser Pereira, ministro da Reforma do Estado, era, portanto criar a base para uma administração pública em consonância com a forma mais desenvolvida de gerenciamento do Estado na sociedade capitalista, uma administração chamada de moderna e racional. (BRASIL, 1995)

A redefinição do papel do Estado posta pelo PDRE propunha que o Estado deixasse de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para consolidar-se na função de promotor e regulador do desenvolvimento.

O PDRE apontou quatro setores para constituir o aparelho do Estado: 1. Núcleo Estratégico; 2. Atividades exclusivas do Estado; 3. Serviços não exclusivos do Estado; 4. Produção de bens e serviços para o mercado. É sobre o terceiro setor que se situam nossas análises, pois foi neste que se inseriu a educação, para que sobre ela pudessem atuar concomitantemente a outras organizações sociais, fossem elas públicas não-estatais ou privadas. Essa nova forma de organizar o Estado ampliou a abertura para o setor privado e possibilitou ao Estado atuar como agente regulador tal como o receituário neoliberal indicava. (BRASIL, 1995)

De forma sintética pode-se afirmar que a Reforma do Estado se justificou como uma saída alternativa para a crise econômica como uma exigência manifestada pelos organismos internacionais e que objetivava melhorar o desempenho da máquina pública que, dentro da lógica neoliberal, atuava demasiado sobre setores do mercado negligenciando a melhoria dos serviços para a população. Assim, o reordenamento do papel do Estado, juntamente a sua modernização com vistas desburocratização, flexibilização, se faziam necessárias para que o mercado melhor pudesse intervir. (GANDINI; RISCAL, 2002)

Assim, o PDRE formulou as bases para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada no dia 20 de dezembro de 1996, sobre a qual Chaves (2009) afirma que esta pode ser entendida como o principal marco no âmbito legal que subsidiou a reforma educacional implantada no país. A partir da LDB o Estado passou a assumir maior papel na condução das políticas educacionais e liberalizou a oferta da educação à iniciativa privada. Conforme o artigo 7º:

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da Educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Tal excerto evidencia os indicativos do novo modelo de gerenciamento do Estado que adentra o Brasil na década de 1990. Onde no caso da educação, percebe-se a indução do Estado como regulador do serviço educacional que nesse momento é aberto ao setor privado o qual a partir de então deve ser autofinanciado. Entenda-se: pago pela sociedade civil, pelas famílias.

Ristoff e Giollo (2006) destacam a LDB como marco legal como fator básico para se compreender a reformulação pela qual passou o ensino superior brasileiro na década de 1990. Os principais impactos segundo os autores foram: o crescimento desse segmento de ensino, com a abertura de novas instituições e, sobretudo novos cursos.

Um crescimento concentrado essencialmente no setor privado visto que o governo federal permitiu às instituições operarem com fins lucrativos ao passo que obstruiu a expansão do ensino superior público, vetando metas que previam esse estímulo; tal crescimento no setor privado não privilegiou a abertura de novas universidades, pois além de as exigências para as universidades serem maiores, as diversas IES são dotadas das mesmas prerrogativas, sendo então o ensino universitário mais oneroso ao setor privado no aspecto administrativo.

Pode se observar tal movimento expansionista na Tabela 6 que apresenta a evolução das IES e das matrículas nos setores público e privado. A variação percentual do período reflete a estrondosa diferença de ampliação que o setor privado teve em relação ao público.

Tabela 6. BRASIL - Evolução das IES e das matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por setor público e privado – 1995/2000/2005/2010/2015

Ano	Brasil					
	IES			Matrículas		
	Total	Pública	Privado	Total	Pública	Privado
1995	894	210	684	1.759.703	700.540	1.059.163
2000	1.180	176	1.004	2.694.245	887.026	1.807.219
2005	2.165	231	1.934	4.453.156	1.192.189	3.260.967
2010	2.378	278	2.100	5.449.120	1.461.696	3.987.424
2015	2.364	295	2.069	6.633.545	1.823.752	4.809.793
$\Delta(\%)$ 1995/2015	164,4	40,5	202,5	277,0	160,3	354,1

Fonte: INEP, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015.

Os dados expostos na Tabela 6 mostram que as IES privadas apresentaram uma expansão de 202,5% em número de instituições e 354,1% das matrículas, no período de 1995 a 2015. Em relação às IES públicas, a expansão foi de apenas 40,5% na quantidade de instituições e de 160,3% no número de estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais. Isso evidencia que a política de expansão adotada no

Brasil é privatista o que atende às orientações dos organismos internacionais, como já exposto anteriormente.

Chaves e Amaral (2014) afirmam ser possível considerar que a partir da década de 1990, as políticas governamentais, em sua ampla maioria, acabaram trilhando os caminhos presentes nas “orientações” externas: diversificando as instituições, expandindo o setor privado, reduzindo os recursos públicos que se dirigiram às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ampliando o crédito educativo, incentivando a captação de recursos externos no mercado por parte das instituições públicas, em busca de recursos financeiros por meio da criação de fundações de apoio, criação do Programa Universidade para Todos (ProUni); implementação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), etc.

Abrucio (2010, p. 39) “defende a ideia de que é muito difícil entender o atual modelo educacional e buscar seu aperfeiçoamento sem compreender a dinâmica federativa, tanto a mais geral quanto a que atua especificamente no setor.” Por isso a questão geográfica tanto interessa. Entender as contradições das diferenças regionais é importante para analisar os aspectos da expansão.

Chaves e Amaral (2014) expõem como tais medidas revelam o caráter da política de expansão do ensino superior no Brasil, a qual se fundamentou numa concepção economicista privilegiando a “racionalização de recursos no âmbito público e o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento desse nível de ensino no país, adequando-se às diretrizes defendidas pelos organismos multilaterais de financiamento, em especial o Banco Mundial”. (CHAVES; AMARAL, 2014, p. 46)

Tal análise é complementada por Mancebo (2015), a qual avalia que expansão da educação superior não escapou de seguir os trilhos do reordenamento mais geral do capital, nesse sentido ocorreu no mesmo compasso das mudanças mais atuais ocorridas na produção capitalista, de reestruturação produtiva, com vistas ao seu atendimento.

Portanto, existe uma lógica de expansão na educação superior brasileira e investigar a expansão da UEPA como parte deste todo, faz parte de nossos esforços por responder que influencia as tensões mais gerais da crise do capital e da reforma do estado, tem sobre as universidades estaduais. De tal modo, no capítulo seguinte, nos detemos à tratar da educação superior especificamente no estado do Pará e na única universidade da qual o estado se encarrega, a UEPA.

2 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO PARÁ E A CRIAÇÃO DA UEPA

O presente capítulo tem por objetivo analisar a política de expansão da educação superior no estado do Pará, em especial da UEPA. Foi analisada a estrutura acadêmica e organizacional da Universidade do Estado do Pará e como ocorreu o movimento de criação da UEPA, que foi um processo permeado tensões em virtude das mudanças na legislação no final da década de 1980, e dos entraves políticos travados pelos governantes em transição neste período.

O capítulo é finalizado apresentando a expansão da educação superior no estado do Pará e a expansão da própria UEPA. No estado, observa-se a continuidade do movimento mais geral de expansão do ensino superior brasileiro, de expansão centralmente do setor privado e a UEPA, em particular, segue a lógica expansionista, sobretudo para o interior do estado e também com um caráter desregulado, apresentando dissonâncias proporcionais entre expansão de cursos, matrículas, funções docentes e técnicos administrativos.

2.1 O processo de criação da Universidade do Estado do Pará

A UEPA está inserida em um estado que é imerso em riquezas naturais – o Pará. Que é o segundo maior em extensão territorial do país com 1.247.960 km² e em 2014 teve a população estimada em 8.104.880 habitantes. Possui a economia voltada para a mineração e exportação, a qual foi desenvolvida por grupos empresariais nacionais e estrangeiros que se instalaram na região por meio de grandes projetos de desenvolvimento industrial abrigados na Amazônia na década de 1980 (CHAVES, 2005).

Chaves (2005, p. 155) aponta que o crescimento econômico evidenciado no estado do Pará desde a década de 1980 até meados da década de 1990 não promoveu mudanças substanciais no que diz respeito à multiplicação de empregos e geração de renda para a população, ou seja, “[...] o processo de industrialização da região e os índices de crescimento econômico verificados não beneficiaram a sociedade regional”.

Uma evidência disso era o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado em 1991 com índice de 0,413⁵.

O IDHM já apontava o baixo índice de acesso ao conhecimento, isto porque o Pará possuía um déficit crônico de oferta de vagas nos diferentes níveis de ensino, sobretudo no ensino superior, entretanto suas características de formação territorial marcadas por riquezas naturais e biodiversidade, eram atrativas para os investimentos estrangeiros.

No que tange a educação superior, o estado do Pará acompanhou o desenvolvimento da educação superior nacional no que diz respeito a sua constituição. Primeiramente foram criadas escolas e faculdades isoladas. A partir de 1934, as escolas e faculdades existentes no Brasil começaram a ser federalizadas. A junção das escolas e faculdades já existentes no estado⁶ foi o que possibilitou a criação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Moreira (1977 apud LIMA; CHAVES, 2006) conta que a ideia de uma universidade no estado do Pará surgiu ainda na década de 1920 a partir de intelectuais com projeção acadêmica nacional. Naquele momento, porém, a tentativa encampada não deu certo. Já em 1931 a ideia retoma força. Nasce a Escola de Engenharia e julgando que o estado já tinha um quantitativo suficiente instituições de ensino superior avaliava-se novamente a possibilidade, que foi reincidentemente fracassada.

Apenas no dia 02 de julho de 1957 que o governo Juscelino Kubitschek sancionou a lei n. 3.191/57 que cria a Universidade do Pará (hoje Universidade Federal do Pará). A esta se colocava a perspectiva de acompanhar e contribuir com o desenvolvimento regional, com a possibilidade de cumprir papel estratégico junto às perspectivas que se colocavam sobre o Estado. (CHAVES, 2005)

Nos anos seguintes a idealização de uma Universidade do estado do Pará estava em construção, pois na década de 1960 se deu a retomada de crescimento das

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o nível desenvolvimento humano.

⁶ Faculdade livre de Direito (1902), Faculdade de Farmácia (1903), Escola Livre de Odontologia (1914), Escola de agronomia e Veterinária (1918), Faculdade de Medicina (1919), Escola Livre de Engenharia (1931), Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuarias (1947), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1948), Escola de Química Industrial do Pará (1956), Escola de Serviço Social (1950). (LIMA; CHAVES, 2006, p. 32-33)

universidades estaduais no Brasil que tinha sido contido com o processo de federalização. Em 1961, foi criada a Fundação Educacional do Estado do Pará (FEP), uma instituição com a finalidade de “promover o desenvolvimento e o aprimoramento do ensino e da cultura” mais precisamente nos níveis de ensino médio e superior (MEC, 1991, s/p). A FEP era uma fundação sem fins lucrativos, autônoma administrativa, didática e financeiramente e vinculada a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Em 1981, foi desresponsabilizada pela manutenção do ensino médio, sendo este transferido, por meio de convênio, para a responsabilidade da SEDUC, de modo que coube a FEP a atribuição somente das Instituições de Ensino Superior.

Em meio a um período de intensa turbulência social, no início da década de 1980, se construindo o processo de redemocratização em nível nacional, a situação política no Pará foi marcada pela criação da Frente Democrática das Oposições (FDO). Era um momento em que, segundo Lima (2000), as bandeiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se confundiam com as da esquerda em face da luta social que este partido combatia em torno dos problemas sociais agravados nos duros anos do regime militar no país. No contexto de abertura política nos anos finais da ditadura civil-militar, Jader Barbalho foi eleito governador do Estado do Pará, para o período de 1983 a 1987.

Jader foi substituído por Hélio Gueiros, antes senador, que deixou o cargo para ser candidato numa coligação dirigida, sobretudo pelo PMDB. Era o sucessor apoiado por Jader Barbalho que governou de 1987-1991. Lima (2000) aponta que Gueiros e Barbalho, antes aliados, rompem em meados de 1988 o que causou entre outras coisas, impactos nas medidas em relação a educação face a transição dos governos, porque Jader retornou ao governo do estado em 1991.

A autora explicitou que o governo Barbalho em sua primeira gestão tratou a condução da SEDUC com critérios políticos e não técnicos, designando um secretário de educação interino por falta de opção e que seu programa político para a área educacional era formado por diretrizes genéricas. Lima (2000), destaca, ainda, que um projeto do Ministério da Educação (MEC) em convênio com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) deu a tônica na política educacional implementada nesse governo de Barbalho.

Já no governo Hélio Gueiros, a SEDUC ficou a cargo de sua esposa Therezinha Gueiros. Segundo o governador a decisão de escolher sua esposa para secretariar a educação se deveu ao trabalho desenvolvido por ela em prol da educação no Estado. A educação foi colocada como “prioridade” tendo sido, nesse período, elaborado o Plano Estadual de Educação (PEE) que propunha alguns projetos, dentre eles a “Expansão e Melhoria do Ensino” por meio do qual criou o Instituto de Educação Superior do Pará (ISEP)⁷ e colocou a ele o desafio de “investir na formação do professor com nível superior” sob a justificativa de valorização do professor da educação básica (LIMA, 2000, p. 132).

No Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia do ano de 2006 consta que, em julho de 1990, Gueiros criou a Universidade do Estado do Pará (UEPA, 2006) e que Jader, que o sucedeu posteriormente, derrubou algumas medidas adotadas no governo que o antecedeu, uma delas seria a extinção da Universidade do Estado do Pará fundamentado no discurso da ilegalidade no ato de sua criação. Não existe, porém, lei estadual que comprove tal fato. Existia desde 1974, a lei estadual n. 4.526, que em seu 1º artigo autorizava o poder executivo a criar a Universidade do Estado do Pará. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, no entanto, estabeleceu que somente por meio de lei específica fosse possível criar empresa pública, sociedade de economia mista e autarquia ou fundação pública.

A criação da UEPA, da qual trata o PPP do curso de pedagogia, referia-se então à aprovação do Estatuto da Universidade que foi acatado por meio de um Decreto Estadual de n. 6.753 datado de 05 de abril de 1990, o qual dentre outras coisas, nomeou a esposa de Hélio Gueiros, então secretária de educação do estado, Therezinha Gueiros, para ser reitora. Hélio Gueiros destacou a criação da UEPA na Mensagem Anual do governador no ano de 1991:

No tocante ao 3º grau, foi concretizada a implantação da Universidade do Estado do Pará-UEP, reformulando os cursos e as grades curriculares, adequando-os ao atendimento das demandas do Estado. Hoje, a Universidade conta com o Instituto de Ciências Sociais, o Instituto das Ciências da Saúde e o Núcleo de Conceição do Araguaia. (PARÁ, 1991, p. 38)

⁷ Criado por meio do Decreto Governamental nº 6.740 de 07 de dezembro de 1989 e autorizado a funcionar pela Resolução nº 492 de 18 de dezembro de 1989, do CEE e pelo Decreto Presidencial nº 98.886 de 25 de janeiro de 1990 (UEPA, 2006, p. 28)

Tal documento, decreto n. 6.753/90 foi objeto de análise por parte do Conselho Federal de Educação (CFE) quando o professor Nagib Coelho Matni questionou a validade do vestibular em 1991, dado o desconhecimento da autorização e reconhecimento da transformação das escolas em universidade.

O CFE, por meio de um recorte histórico dos eventos em torno da criação da UEPA manifestou-se apontando os fatos:

a) que anteriormente à Universidade do Estado do Pará, existiam cinco estabelecimentos isolados oficiais estaduais, mantidos pela Fundação Educacional do Estado do Pará (UEP) [sic];

b) com a "instituição" da Universidade, esses cinco estabelecimentos foram integrados em dois Institutos: o Instituto de Ciências da Saúde e o Instituto de Ciências Sociais, e passaram a funcionar conforme os regimentos dos antigos estabelecimentos isolados da FEP, sem qualquer alteração estrutural ou acadêmica, exceto a substituição dos diretores por coordenadores;

c) o Estatuto da Universidade foi aprovado pelo Decreto estadual nº 6753, de 05/04/90, sem nenhuma manifestação do Conselho Estadual de Educação do Pará. Não foi expedido, nenhum decreto autorizando o funcionamento da Universidade;

d) a Universidade funcionou no período de julho de 1990 a março de 1991, período em que foi sua Reitora a profª Therezinha Gueiros e que ocupava, cumulativamente, o cargo de Secretária da Educação e do Estado;

e) o atual Governador, Sr. Bader [sic] Barbalho, empossado em março de 1991, expediu o Decreto nº 0147, em 18/03/91, declarando de nenhum efeito o Decreto nº 6753, de 05/04/90, restabelecendo, nesse mesmo dia, pelo Decreto nº 0148, a FEP (Fundação Educacional do Estado do Pará) e os cinco estabelecimentos de ensino superior por ela mantidos;

f) o concurso vestibular de 1991 foi convalidado pelo CEE; os diplomas expedidos durante o funcionamento da Universidade não foram registrados, mas substituídos por diplomas expedidos pela FEP;

g) objetivando resguardar os alunos e as instituições de ensino de possíveis questionamentos futuros e face ao Decreto do Governo Estadual anulando a criação da Univesidade [sic], decidiu o CEE convalidar os atos administrativos-educacionais praticados pela Universidade (Res. nº 014, de 27/01/92), atribuindo-os à Fundação mantenedora dos estabelecimentos isolados;

h) o atual Governador nomeou uma comissão, integrada pelas pessoas que depuseram no processo com o objetivo de elaborar um anteprojeto de lei de criação de uma universidade estadual, bem como o respectivo estatuto.

i) a Fundação não vem cobrando mensalidades escolares dos alunos.
(PARÁ, 1993, p. 2)

No entendimento do governador Jader Barbalho, a lei estadual n. 4.526/74, que dava autorização para a criação da universidade, estaria revogada a partir da CF 1988. Ele expôs em na Mensagem Anual do governador de 1992 sua compreensão sobre a criação da UEPA:

Ainda no setor da educação, encaminhei Projeto de Lei a esta Assembleia Legislativa, promovendo a legalização da Universidade Estadual que -- como todos são sabedores -- havia sido criada de forma açodada e ao arrepio das disposições constitucionais, apenas para satisfazer vaidades pessoais, atendendo a interesses personalistas.
(PARÁ, 1992, p. 21)

Sob essa justificativa, após os procedimentos expostos, ele dá entrada em 02 de setembro de 1991, no Projeto de Lei n.140/91, o qual criou a UEPA em 1993, após sua tramitação na Assembleia Legislativa do estado do Pará (ALEPA). Fez parte de seus argumentos também o artigo 21 da Constituição Estadual, que ratificava na norma estabelecida em 1988.

O contraditório diante da promulgação da constituição em 1988, é que, mesmo com diversos desafios relativos à ampliação das condições de desenvolvimento humano o governo do Estado é desobrigado da responsabilidade com ensino superior, pois a CF atribuía prioritariamente a responsabilidade aos estados com o ensino fundamental e médio, Jader promoveu a junção da Escola Superior de Educação Física, Escola de Enfermagem Magalhães Barata, Faculdade Estadual de Medicina do Pará⁸, e a Faculdade Estadual de Educação⁹, criando a UEPA por meio da Lei Estadual nº 5.747, de 18 de maio de 1993.

Entendemos a posição do governador de recriar a universidade como um artifício para agregar valor ao seu mandato, afinal, seria danoso ser reconhecido como aquele que destituiu a tentativa da criação de uma universidade voltada para as especificidades do estado. Prova disto é a ênfase que vinte anos após a criação da universidade, o então senador Barbalho, dá para o ato de criação da UEPA:

⁸ Cursos de Medicina, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

⁹ Cursos de Pedagogia, Educação Artística e Licenciatura em Matemática.

A Uepa é um marco. Faz parte da vida paraense, e é uma obra de excelência. **Qualquer jovem formado lá tem referência nacional.** Eu me sinto muito honrado por ter tido a oportunidade de ser eleito por duas vezes, pelo voto popular, governador deste Estado. **E foi como governador que eu criei a Uepa.** O primeiro reitor foi nomeado por mim. A lei de criação está assinada por mim. Eu me sinto feliz em ver que, depois de vinte anos, a Universidade que eu tive a honra de criar está viva e cada vez maior e melhor, com mais presença nos municípios. É um dos meus melhores registros na história da educação do Pará, ao lado de todos os que me ajudaram na idealização da nossa universidade – da minha equipe da área da educação e também de tantos professores e intelectuais da Universidade Federal do Pará. Eu vi a foto no jornal e agradei a Deus e ao povo do Pará que me permitiram fazer parte desta obra de tamanha importância. Pensei que talvez esses 20 anos merecessem uma festa maior, mas lembrei, imediatamente, que houve comemoração, então isso é significativo de muitas maneiras. [...] Todos os profissionais da educação sabem que **eu sempre fui um ferrenho defensor da Educação. Foi o meu governo quem levou o ensino universitário para o interior,** em convênio com a UFPA e por meio de polos nas mais diversas regiões do estado, porque era muito dramático ver tantos jovens concluir o ensino médio e – por dificuldades financeiras – não ter a chance de se graduar na universidade. (BARBALHO, 2013, s/p, grifos do autor)

As palavras do senador Jader reivindicam claramente o ato de criação da universidade ignorando os esforços anteriores que se deram para que a UEPA fosse criada. A lei de criação por ele assinada e a nomeação do primeiro reitor são destaques que dá para enfatizar seu feito, o que demonstra também o interesse personalista que havia por trás de seu feito e que outrora havia criticado.

Ao longo desta pesquisa, nossos esforços por desvelar as tensões que se deram em torno da criação da UEPA evidenciaram que tal história tem sido deixada para trás e que os documentos da UEPA aos quais tivemos acesso não mencionam a história de sua criação como um processo iniciado em 1990 e que culminou apenas em 1993, somente o estudo de Silva (2011) retoma de modo superficial este fato por nós explanado, com base no mesmo documento do CFE emitido como resposta a Nagib.

A necessidade de retomar este processo foi fundamental para perceber como a criação da universidade do estado esteve muito mais permeada por interesses pessoais e disputas políticas do que por uma preocupação com a elevação dos índices econômicos, sociais e educacionais no estado.

2.2 A expansão da Universidade do Estado do Pará

Dirimidos os embates em torno de sua criação, a universidade obteve a autorização de funcionamento por meio do Decreto presidencial um ano depois de criada, em 04 de abril de 1994, e só em 1997 teve sua estrutura organizacional definida por meio da Lei Estadual n. 6.065, em 01 de agosto de 1997.

Sua estrutura é de uma IES multicampi. Por isso, muitos são os núcleos em que a Universidade está instalada ao longo do Estado do Pará. Na capital, a universidade ocupa uma área de precisamente 73.027,00 m², distribuída em sete espaços descritos no quadro 2 abaixo:

Quadro 2: UEPA - Os campi e o espaço territorial que ocupam na capital.

Localização	Área de Terreno	Área Construída (m2)
Campus I	6.426,00	7.185,00
Campus II	26.883,00	10.754,50
Campus III	35.424,00	4.793,00
Campus IV	4.446,00	4.793,00
Campus V	4.387,00	3.872,00
Livraria café	380,00	380,00
Planetário	10.754,50	1.681,00
Total (capital)	4.446,00	73.027,00

Fonte: Setor de Engenharia da UEPA *apud* PDI – UEPA de 2010 2014 a (2009)

A UEPA funciona em Belém em cinco *campi* onde são ofertados os cursos de graduação e pós-graduação e o funcionamento da administração superior. A Livraria café e o Planetário também fazem parte do patrimônio da instituição.

No interior do estado a UEPA possui campus em 15 municípios, perfazendo um total de 20 *campi* (5 na capital e 15 no interior). O campus de Conceição do Araguaia existente desde 1990 foi precursor no processo de interiorização, naquele momento funcionando como núcleo, Marabá e Altamira tiveram suas atividades universitárias iniciadas em 1993 (PARÁ, 1991, p. 33).

A partir de então mais 12 campi foram inaugurados no interior do estado ao longo da história da UEPA: Paragominas s/d, Tome Açú em 1998, São Miguel em 1998, Santarém 1998, Tucuruí em 1999, Mojú 2000, Barcarena 2000, Vigia 2001,

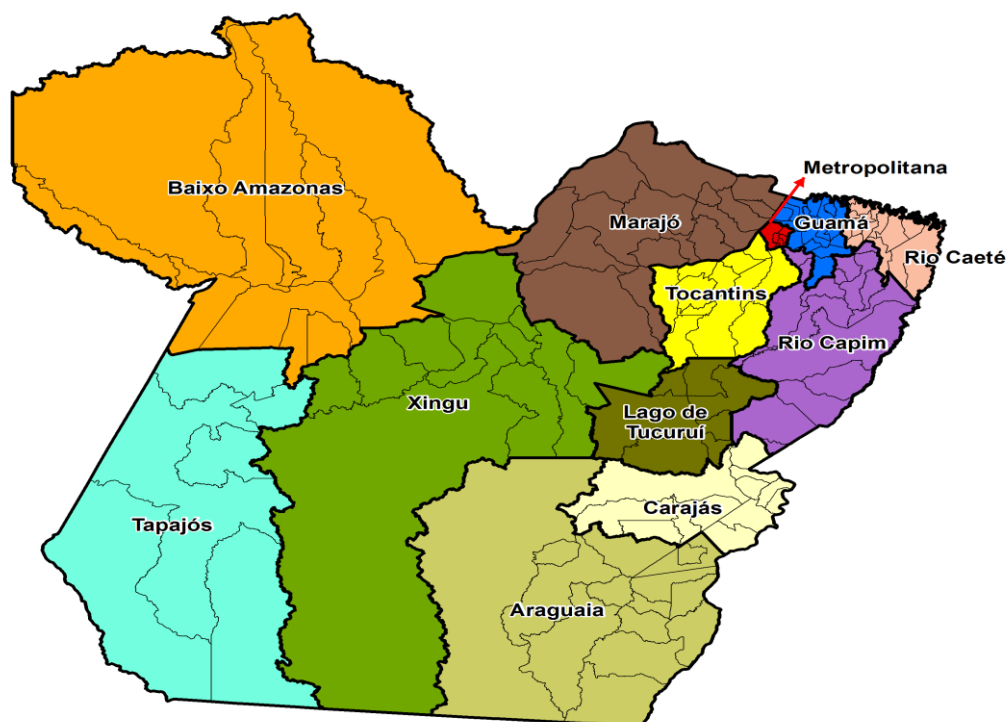
Redenção 2003, Cametá 2005, Salvaterra 2005, sendo o ultimo na cidade de Castanhal em 2010.

Para melhor caracterizar a distribuição da UEPA no estado, é necessário entender como que os governos estaduais tratam a divisão geográfica territorial. Nesse sentido apresentamos o Pará a partir de suas regiões de integração, com base nas elaborações da Fapespa. Conforme a fundação, a síntese das regiões de integração que elabora, tem o objetivo de:

[...] fornecer, através de indicadores econômicos e sociais, informações regionais do estado para subsidiar o governo na elaboração de políticas públicas regionalizadas e, ao usuário em geral, permitindo maior conhecimento das principais características das doze regiões de integração e dos municípios que as integram. (FAPESPA, 2015, s/p)

Segundo a fundação, os municípios aglutinados por suas características regionais comuns é que em tese dão suporte para a consecução das políticas públicas no estado do Pará. A Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do estado disponibiliza os diagnósticos das regiões de integração elaborados pela FAPESPA, elas são 12 e podem ser observadas na figura 2, abaixo:

Figura 2. Mapa do estado do Pará por regiões de integração em 2015.



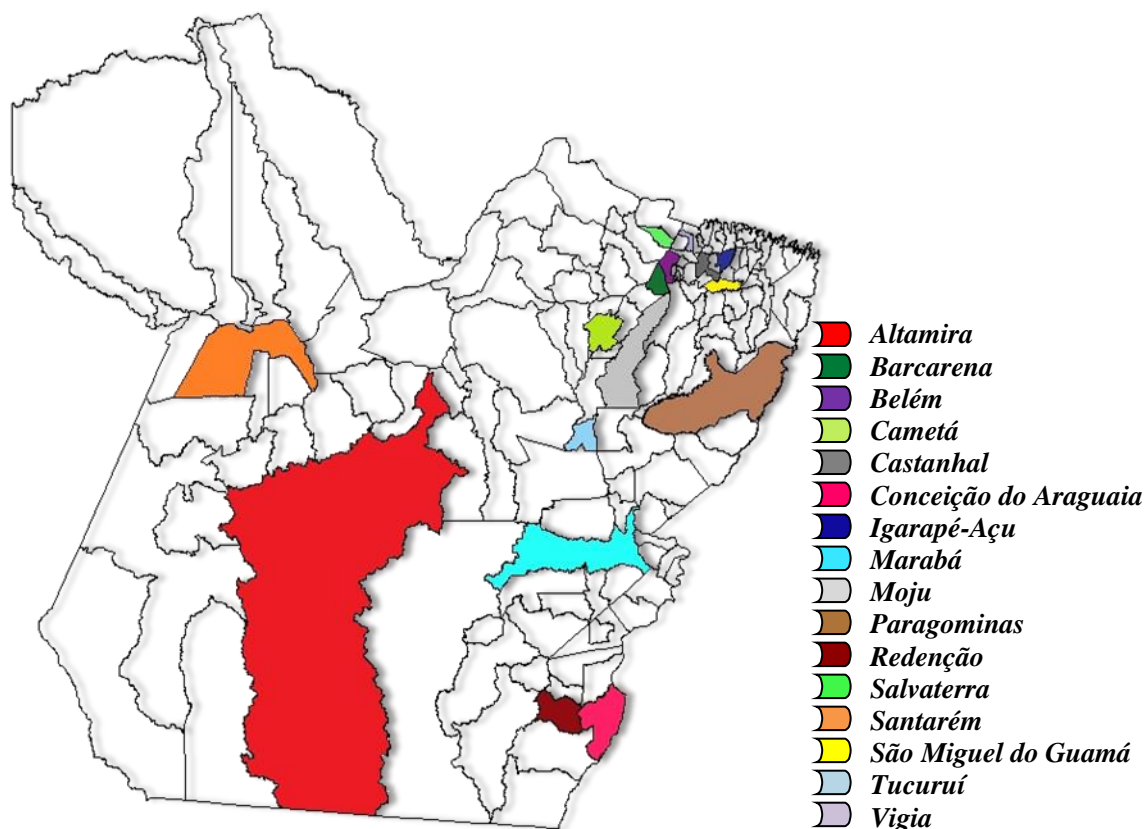
Fonte: Site da Fapespa (2015)

Como se pode observar são 12 regiões de integração, a saber: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingú. A região metropolitana é a menor em expansão territorial, porém a mais populosa. Nas regiões de integração os campi da UEPA se encontram distribuídos da seguinte forma: Tapajós 0, Baixo Amazonas 1, Xingu 1, Araguaia 2, Carajás 1, Lago do Tucuruí 1, Tocantins 3, Metropolitana 5, Rio Capim 1, Marajó 1, Guamá 4, Rio Caeté 0.

Ou seja, a área de menor extensão territorial possui o maior número de *campi*, enquanto que Tapajós, Xingu, Baixo Amazonas e Araguaia juntos não somam os cinco campi localizados na capital, podendo se afirmar então que a universidade do estado está concentrada na região nordeste, fundamentalmente na região Metropolitana, Guamá e Tocantins.

É possível ter uma dimensão dos municípios onde a UEPA se localiza por meio da figura 3 que aponta os *campi* no interior do mapa estadual.

Figura 3. A localização dos campi da UEPA no interior do estado do Pará.



Fonte: SINDUEPA.

Os dados da figura 3 mostram a situação da UEPA no ano de 2015, onde a universidade se faz presente em 10 das cidades mais populosas do estado (Altamira, Barcarena, Belém, Cametá, Castanhal, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí). Observa-se então, uma universidade interiorizada, presente em locais estratégicos de atendimento a população.

Parte destas cidades são destaque por abrigar grandes projetos de desenvolvimento a exemplo de Barcarena (Porto de Vila do Conde, Albras e Alunorte), Altamira (Usina Hidrelétrica Belo Monte), Marabá (pólo sidero-metalúrgico de suporte a Serra dos Carajás) e Tucuruí (Usina Hidrelétrica de Tucuruí). Este fator torna tais cidades atrativas do ponto de vista da busca pelo emprego, portanto mais carentes de políticas sociais de atendimento à moradia, saúde, segurança e obviamente, educação.

Em relação aos cursos que a universidade oferta em tais localidades, tínhamos em 2015, 104 cursos, destes 27 caracterizados como bacharelados, 68 licenciaturas e 9 tecnológicos. Significa então que 65,3% dos cursos da universidade estão voltados a área da educação. Estes, vão ao sentido então de desenvolver os recursos humanos para

garantir necessária a formação de mão de obra às regiões de integração. As licenciaturas predominantemente ofertadas estão voltadas as ciências naturais (20 cursos), matemática (10 cursos) português (7 cursos), geografia (5 cursos) e educação física (5 cursos).

Temos então uma universidade nascida no bojo das reformas neoliberais e que, portanto, constrói um perfil alinhado ao que o Banco Mundial propalava em já em 1990, em Jomtien (Tailândia), na Conferência Mundial de Educação para Todos (1990). Na ocasião o Banco Mundial incentivou políticas destinadas às necessidades básicas de aprendizagem para todos priorizando o que envolve metodologia de ensino, conteúdo intrínseco as licenciaturas no Brasil.

O propósito de tal política tinha como fundamento a teoria do capital humano, onde aqueles que têm acesso a educação, neste caso a escola pública, por meio da aquisição de conhecimentos, tonar-se-iam mais capacitados desenvolvendo, competências, habilidades e destrezas para o mercado e assim contribuiriam com o alívio da pobreza, garantindo a si próprios maiores rendimentos econômicos. Mota Jr (2016) traduz bem como por meio da mudança no uso dos conceitos ao se referir a educação, tal conferência introduziu um novo forma de tratamento que visava enfatizar as necessidades básicas de aprendizado.

[...] a Conferência secundarizou as categorias conceituais mais convencionais, tais como educação primária, secundária, técnica, vocacional e superior, e passou a incorporar os conceitos de “educação básica”, “educação infantil”, “alfabetização infantil”, “habilidades essenciais para jovens e adultos”, e “acesso ao conhecimento através das tecnologias de informação e comunicação”, além da noção de “*basic learning needs*” (necessidades básicas de aprendizado). (MOTA JR., 2016, p. 78)

Este pressuposto, portanto se demonstra incorporado por meio da oferta de cursos da Universidade do estado do Pará, que se volta centralmente para as necessidades básicas de formação da população regional. Uma parcela minoritária se volta ao setor das tecnologias (9 cursos) distribuídos em tecnologia de alimentos, tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas e tecnologia agroindustrial.

O perfil dos docentes da Universidade do estado do Pará também revela características que nos auxiliam a analisar melhor a situação atual dessa universidade.

Os micro dados do censo da educação superior (2015) apontam que em 2015 a universidade possuía um total de 1243 docentes, destes 322 eram substitutos, ou seja, 25,9% do quadro.

Dos 921 docentes efetivos, ampla maioria possui apenas a titulação de mestre, precisamente 48,9%, os doutores na instituição perfazem o total de 32,4%, e especialistas ainda compõem 18,1% o quadro da instituição, graduação aparece como 0,4% (4 docentes). Por outro lado, o quadro de substitutos possui outra lógica. O percentual de professores doutores é mínimo, 6,5%, enquanto que o quantitativo de especialistas predomina com 57,4% do quadro. Mestres e graduados fazem parte do quadro com respectivamente 32,6% e 3,4%.

Entre efetivos e substitutos, ampla maioria se encontra no regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, exatamente 66,2%, apenas 10,6% do quadro possui dedicação exclusiva dedicando seus esforços unicamente ao avanço da universidade. Os demais 12,2% encontravam se vinculados com tempo parcial, ou seja, 20h e outros 10,7% eram horistas.

Porém, nem todo o sempre fora assim, por isso para além de tratar a UEPA na atualidade, foi fundamental perceber como se deu seu processo de expansão, nesse sentido destacamos o ano de 1997, quando a Universidade foi estruturada institucional e regimentalmente.

Contudo, é necessário situar a UEPA no contexto da educação superior no estado do Pará. Desta forma, apresenta-se na tabela 7, a evolução do ensino superior no Pará, tanto público como privado, onde se observa que a UEPA é única universidade estadual existente no estado.

Tabela 7. PARÁ - Evolução das IES e Matrículas das universidades públicas, privadas, de 1995 a 2015.

ANO	IES				MATRÍCULAS			
	Total	Pub	Priv	Univ. Estaduais	Total	Pub	Priv	Univ. Estaduais
1995	8	3	5	1	35.307	25.374	9.933	3.168
2000	9	3	6	1	46.440	29.054	17.386	4.635
2005	25	4	21	1	80.686	44.478	36.208	9.047
2010	31	5	26	1	101.210	50.138	51.072	12.440
2015	41	6	35	1	134.211	62.476	71.735	12.604
Δ (%) 1995-2015	412,5	100,0	600,0	0	280,1	146,2	622,2	297,9

Fonte: Inep. Censo da educação Superior (1995-2015).

Os dados expostos na tabela 7 evidenciam a expressiva expansão das IES privadas no estado do Pará que ampliou em 20 anos, de 5 IES em 1995, para 35 IES em 2015. Em relação as matrículas os dados mostram também que a expansão foi majoritariamente privada com uma ampliação de 622,2% de 1995 a 2015.

É interessante observar que houve uma expansão significativa das IES públicas no período, passando de 3 IES em 1995 para 6 IES em 2015, no entanto, durante o mesmo período o estado continuou possuindo apenas uma Universidade estadual.

Por outro lado, ao se analisar a evolução das matrículas no setor público os dados demonstram que a UEPA foi responsável pela maior expansão de matrículas públicas no estado com uma ampliação de quase 300% no período de 20 anos enquanto todas as demais IES públicas federais apresentaram uma ampliação de 146% das matrículas apesar de terem dobrado o número de instituições desse setor no estado.

Fica explícito que a UEPA passou por um forte processo de expansão nas matrículas dos cursos de graduação. Os dados a seguir expostos na Tabela 8, mostram a evolução de cursos, matrículas, funções docentes e técnicos administrativos da UEPA no período de 1997 a 2015.

Tabela 8 – UEPA - Evolução dos cursos, matrículas na graduação presencial, funções docentes e técnicos administrativos - 1997 a 2015

Ano	Cursos	Δ (%)	Matrículas	Δ (%)	Funções Docentes	Δ (%)	Técnicos Adm.	Δ (%)
1997	17	-	3.108	-	752	-	602	-
1998	18	5,8	3.852	23,9	880	17,02	399	- 33,72
1999	23	27,7	3.960	2,8	-	-	-	-
2000	-	-	4.043	2,0	-	-	-	-
2001	52	-	4.635	14,6	710	-	584	-
2002	53	1,92	5.215	12,5	725	2,11	440	- 24,66
2003	52	- 1,89	7.571	45,1	614	- 15,31	492	11,82
2004	68	30,77	8.950	18,2	587	- 4,40	444	- 9,76
2005	76	11,76	9.047	1,0	587	0	902	103,15
2006	73	- 3,95	10.345	14,3	761	29,64	902	-
2007	72	- 1,37	11.081	7,1	890	16,95	1.764	95,57
2008	71	- 1,39	12.544	13,2	946	6,29	1.069	- 39,40
2009	83	16,90	8.205	-34,2	994	5,07	1.137	6,36
2010	87	4,82	12.440	50,7	1.132	13,88	1.119	- 1,58
2011	103	18,39	15.081	21,2	1.200	6,01	2.052	83,38
2012	131	27,18	10.089	-33,1	1.185	- 1,25	1.199	- 41,57
2013	127	- 3,05	12.515	24,0	1.340	13,08	1.673	39,53
2014	108	-14,96	14.407	15,1	1.250	- 6,72	1.572	- 6,04
2015	104	-3,7	12.604	-12,5	1.316	5,28	1.278	-18,7
Δ (%) 97-15	511,7		305,5		75		112,2	

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior (1997-2015)

A política expansionista evidenciada na ampliação das matrículas (305,5%) e cursos (511,7%) na UEPA não foi acompanhada da ampliação das Funções Docentes (75%) e de técnicos administrativos (112,2%) no período de 1997 a 2015.

As funções docentes e o número de técnicos administrativos não acompanham proporcionalmente a expansão pela qual a universidade passa. Assim, o acúmulo de funções e a extrapolção da carga horária docente tornam-se inevitável, uma vez que a demanda do alunado requer destinação de horário minimamente para ensino e orientação.

Pode-se inferir que essa política de expansão se dá com a intensificação do trabalho docente que desenvolve suas atividades prioritariamente no ensino em detrimento da pesquisa e da extensão. Embora a intensificação do trabalho docente não seja nosso objeto de estudo, os dados apontam para tal fato.

Sobre as constantes reduções de técnicos administrativos, compartilha-se das análises de Reis e Melo Jr. (2015), os quais afirmam tais baixas como indicativos do aprofundamento do processo de terceirização dos serviços.

Pressionados política de expansão adotada na UEPA, que se sustentou na intensificação e precarização dos trabalhadores docentes e técnicos administrativos. Os servidores despertaram para um processo de luta em 2005, quando naquele momento reivindicavam:

[...] a **necessidade de efetivos investimentos financeiros e de Infra-estrutura nas áreas do Ensino, Pesquisa e Extensão, tanto na capital como no interior**. Registrando, que nos *campi* interiorizados, na sua grande maioria não existem bibliotecas, laboratórios, e muito menos a manutenção dos laboratórios de Informática. Havendo urgência em incentivar à política de bolsas para a Iniciação Científica, Monitoria, Campus Avançado, como extensão universitária para o Interior do Estado, em cumprimento ao Art. 207 da Constituição Federal que trata da exigência da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. (SINDUEPA; SINTAUEPA, 2005, p. 03-04, grifos nossos).

Tais reivindicações, desde 2005, perpassaram por condições financeiras ofertadas às universidades estaduais que comprometiam a existência física da universidade como espaço de formação em nível superior, pois, sem a estrutura suficiente para laboratórios, bibliotecas, incentivo à pesquisa e extensão por meio de bolsas, a universidade cumpria um papel majoritariamente de ensino não estando em consonância com o preceito de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Outra observação importante a ser feita com base na Tabela 8 acima é que esse movimento de expansão das matrículas na UEPA não se deu de forma linear ao longo do período, ora ampliando na ordem de 50% as matrículas, ora na ordem de 1%, indicando que a expansão não se deu de forma regular.

É importante analisar o movimento de expansão da UEPA estabelecendo relação com os governos que assumiram o poder no estado do Pará entre 1997 a 2015. Foram 4 gestões nesse período: Almir Gabriel (1995-2002), Simão Jatene (2003-2006), Ana Júlia (2007-2010) e Simão Jatene (2011-2014). No governo de Almir Gabriel, quando a universidade ainda dava seus primeiros passos, uma diretriz englobava a UEPA no Plano Plurianual e traduziu o que se evidenciou na época, o incentivo a interiorização.

Tal diretriz tinha o intuito de “fomentar através do ensino público a formação de mão de obra em consonância com as vocações regionais e necessidades socioeconômicas estaduais” (PARÁ, 1995, p. 36).

Para a formação de mão de obra, se deu a ampliação no número de matrículas. Essa expansão foi norteadada por um Programa de Interiorização do Ensino Superior, conforme o governador destaca na mensagem anual do ano 2000.

No primeiro governo de Simão Jatene, a UEPA apresentou um grau maior de expansão no que diz respeito aos cursos e matrículas, o que não foi acompanhado em mesmo grau pelas funções docentes. Esta problemática, somada à pauta salarial, não proporcionou condições suficientemente necessárias para o desenvolvimento qualitativo das atividades acadêmicas.

A entrada de Ana Júlia Carepa com o partido dos trabalhadores no poder trazia consigo uma expectativa diferencial para o trato com o financiamento da educação superior, porém, uma vez que o PT já estava à frente das ações do Estado em âmbito federal desde 2003, sob a tutela do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e os anos iniciais do governo Lula já demonstravam que este seria marcado por políticas para a educação superior que privilegiavam o fortalecimento da esfera privada na oferta desta via mecanismos como PROUNI e FIES, no governo Ana Júlia não se tinha expectativa de uma ruptura com esta forma de governar.

Tais mecanismos de estreitamento de investimento público no setor educacional privado por meio do PROUNI e do FIES, ainda são defendidos pelo estado sob a ótica da inclusão, faz parte do quadro que compõe a reforma universitária com a defesa da democratização e inclusão social. O discurso da inclusão vem sendo utilizado então, como justificativa para a privatização da educação sustentando a contradição de, ao mesmo tempo, favorecer os mais excluídos cedendo às pressões dos organismos internacionais e do setor privado. (CARVALHO; LOPREATO, 2005 apud SILVA; MACIEL; VELOSO, 2013.)

Assim, os dados evidenciam que, no governo da Ana Júlia a expansão se deu de forma mais comedida, e o quadro de funções docentes amplia em maior grau que o número de cursos e matrículas fechando o período de sua gestão em 27, 1%, desfazendo no panorama geral do período em questão a verificação avaliada no governo Simão Jatene, da intensificação do trabalho docente. Tal dado fez a ampliação geral do período

fechar em 84,3%, fazendo a expansão de o quadro docente ser maior em relação aos cursos e matrículas.

Na análise do período de 2007 a 2011 é possível aferir que a expansão se deu de maneira mais equiparada, ou seja, a expansão entre cursos, matrículas e função docente, no período de 5 anos, apresentou percentuais próximos, mesmo que ligeiramente a menor para as funções docentes. Mas em 2012, um novo processo de luta foi iniciado pelos docentes e teve na greve, fundamentalmente, como pautas: 1. Reajuste salarial, pois conforme a Seção Sindical dos Docentes da UEPA - SINDUEPA (2012) o piso salarial do docente da UEPA estava inferior ao do professor **sem graduação** da educação básica da Secretaria de Educação do Estado do Pará¹⁰; 2. A revisão do conteúdo do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), pois “[...] constava no texto da Lei que a mesma deveria ser revisada a cada dois anos após ter sido sancionada” (SINDUEPA, 2012, p. 03), o que não ocorreu aglutinando até 2012 mais de seis anos de perdas no salário e na carreira e; 3. A realização de novo Concurso Público, pois o crescimento nas funções docentes acima demonstradas se deu por meio de concurso apenas em 2007 e 2010 e ainda havia vagas para serem preenchidas no PCCS, tendo em vista que muitos docentes em 2012 ainda eram substitutos¹¹.

Um outro segmento que sofreu expansão no âmbito da educação superior no estado de conjunto, e na UEPA, foi a pós graduação *stricto sensu*. É importante ressaltar este segmento, pois a medida em que este nível de ensino expande, toda uma estrutura é necessária para acompanhar o movimento, sobretudo no que diz respeito ao quadro docente, que retira carga horária da graduação para dedicar a esse nível de ensino.

Observa-se, portanto, na Tabela 9 a seguir, a evolução dos programas, docentes (total de permanentes e colaboradores) e matrículas em nível de mestrado e doutorado para traçar um panorama da expansão da pós-graduação no estado do Pará e na UEPA.

¹⁰ O vencimento básico dos docentes da UEPA, em 2012, estava fixado em R\$ 1.244,00 (auxiliar I 40horas). No mesmo ano o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, estabelecido por meio da Lei n. 11.738/08, era de R\$ 1.451,00.

¹¹ Os microdados do Censo da Educação Superior indicam que em 2011 a UEPA possuía em seu quadro docente 766 efetivos e 356 substitutos (31,7% do total de docentes). Em 2012, 831 efetivos e 293 substitutos (26,1% do total de docentes) e assim o quadro docente segue de 2013 a 2015, quando encerramos a coleta de dados, cerca de 300 docentes são substitutos por ano.

Tabela 9. PARÁ - Evolução dos Programas, Docentes e Matrículas na Pós-graduação *Stricto Sensu*.

	PROGRAMAS			DOCENTES			MATRÍCULAS		
	FEDERAIS	UEPA	PRIV	FEDERAIS	UEPA	PRIV	FEDERAIS	UEPA	PRIV
2005	37	1	2	688	15	26	1549	15	65
2006	40	1	2	749	15	24	1778	30	58
2007	41	1	2	799	18	31	2003	39	72
2008	42	1	2	835	18	32	2206	49	88
2009	46	1	4	904	18	66	2688	53	114
2010	51	3	3	986	50	44	2978	86	104
2011	59	5	3	1110	76	40	3339	137	123
2012	65	6	4	1217	96	59	3586	165	140
2013	72	6	5	1357	104	84	3900	214	153
2014	78	7	6	1499	120	96	4449	260	179
2015	75	8	7	1508	126	106	4724	333	219
Δ (%) 2005- 2015	102%	700%	250%	119%	740%	307%	204%	2.120%	236%

Fonte: Geocapes. Dados Estatísticos.

A pós-graduação *stricto sensu* na UEPA teve início no ano de 2005, com o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) – Mestrado, do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Tomamos este ano como parâmetro para coletar os dados e comparar a evolução da pós-graduação na UEPA com os demais segmentos presentes no estado, das universidades federais e privadas.

Assim, observamos que em relação aos demais segmentos, em todos os quesitos a UEPA foi a universidade que mais expandiu em termos percentuais, ainda que em valores nominais ela não represente a abrangência que atingem os demais segmentos, pois do total de 5.276 matrículas em pós-graduação *stricto sensu* em todo o estado, as matrículas da UEPA representam apenas 6,3% enquanto que o setor privado concentra 4,1 e o segmento público federal soma 89,5%.

Na UEPA o PPGED/UEPA foi precursor da pós-graduação *stricto sensu*. Credenciado pela CAPES no dia 16 de março de 2005 e reconhecido pela Portaria nº 2642, de 27/7/2005, do Ministério da Educação.

Até 2015, na UEPA somaram sete outros programas, totalizando oito programas de pós-graduação ofertando mestrados acadêmicos e profissionais. Em 2014, também

foi credenciado o primeiro curso de doutorado no programa de pós-graduação em Biologia Parasitária na Amazônia, programa existente desde 2010.

Com o credenciamento do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Matemática em 2015, atualmente são 8 (oito) programas *stricto sensu* na UEPA. Destes, cinco ofertam mestrado acadêmico e apenas três ofertam mestrado profissional. O primeiro mestrado profissional foi o de Ensino em Saúde na Amazônia, iniciado em 2012.

O mestrado acadêmico expandiu de 2005 a 2011: 813%, mas de 2012 a 2014 somente 30%, enquanto que o mestrado profissional em dois anos contados a partir de quando foi criado o primeiro, ou seja, de 2012 a 2014, expandiu suas matrículas em 170%. Tal dado demonstra a inversão no tipo de mestrado em expansão. Outrora a política de expansão estava apenas ligada ao mestrado acadêmico, hoje, o mestrado profissional ganha espaço e privilégio para se desenvolver.

No que tange o quadro docente, todos os percentuais de expansão ultrapassaram 600%, destaca-se que quanto a docentes visitantes houve apenas dois ao longo de todos estes anos. Um em 2013, outro em 2014.

O avanço da pós-graduação nesse sentido tem dupla faceta, é positivo na medida em que se obtém um corpo docente mais qualificado, afinal, docentes vinculados a pós-graduação necessariamente são doutores por formação. Porém, cabe ressaltar que tal ampliação não significa acréscimo no quadro de docentes efetivos, pelo contrário, é possível afirmar que a inserção do professor efetivo na pós-graduação implica em redução no quadro de docentes da graduação. Tal análise é possível em virtude da destinação de carga horária do professor efetivo, da graduação para o *stricto sensu*, a conversão de suas atividades para este outro nível de ensino permite inferir que cada novo docente vinculado a pós-graduação, demanda mais professores efetivos para a graduação.

Desse modo, se evidencia a continuidade da política de expansão da universidade, seja na graduação como na pós-graduação. É indubitável a necessidade de acompanhamento de recursos financeiros para dar suporte a expansão evidenciada. Nesse sentido, analisaremos no capítulo 3, a seguir, como se deu o processo de financiamento dessa expansão pela qual passou a Universidade do Estado do Pará.

3 O QUE EXPRESSOU O FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 1997 A 2015?

Diante do quadro de expansão da Universidade do Estado do Pará, interessou-nos demonstrar como se deu o processo de financiamento dessa universidade para acompanhar a expansão ocorrida. Ou seja, interessou-nos enveredar o estudo do orçamento da UEPA.

Para tanto, foi necessário se apropriar de noções do orçamento público e assim, recorrer aos Balanços Gerais do Estado do Pará no intuito de extrair destes, os dados necessários ao desenvolvimento desta pesquisa, a saber: o montante de recursos executados na UEPA desde 1997 até 2015, e seus desdobramentos, onde optamos por demonstrar os gastos por Grupo de Natureza de Despesa (GND). De tal forma, conseguimos construir um panorama histórico dos recursos repassados à universidade e demonstrar a alocação destes recursos.

Para elucidar de forma mais aprofundada o que significa a Universidade do Estado do Pará, estabelecemos também parâmetros de comparação de seu orçamento com a capacidade arrecadativa do estado e com os recursos vinculados constitucionalmente à educação.

É possível adiantar que os dados em sua aparência primeira sugerem que a UEPA possui um quadro favorável de financiamento. Entretanto, a irregularidade nos investimentos e as constantes reduções nas despesas correntes, quando relacionadas ao quadro de expansão da universidade apontam para o estreitamento dos recursos.

Assim, apresentamos o terceiro capítulo debatendo desde os instrumentos orçamentários até o gerenciamento dos recursos da universidade para traçar então os elementos da política de financiamento da Universidade do Estado do Pará.

3.1 A capacidade de arrecadação do estado do Pará

Tratar da arrecadação significa mensurar o montante de recursos recebidos pelo Estado em forma de impostos, taxas e contribuições. Contabilizar os chamados tributos.

O instrumento por meio do qual é possível ter acesso a esses dados é o orçamento público. O orçamento, segundo o Manual Técnico de Orçamento (2017) é o

instrumento de planejamento de qualquer órgão ou entidade público ou privado, que prevê o fluxo de ingressos e aplicações de recursos em um determinado período.

Em se tratando de orçamento público, este se faz disciplinado por alguns princípios, a saber, de: unidade ou totalidade, universalidade, anualidade ou periodicidade, exclusividade, orçamento bruto e não vinculação de receitas de impostos. Estes princípios visam garantir que a peça orçamentária seja regida por um documento legal único, a Lei Orçamentária Anual (LOA), que disponha da previsão de todas as receitas e despesas da unidade orçamentária a que se refere, em valor total e bruto.

A peça deve versar sobre um período delimitado de previsão de receitas e fixação de despesas, coincidente com o ano civil. É vedado ao documento orçamentário versar sobre instrumentos estranhos a previsão de receitas e fixação de despesas, salvos os casos de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito. É vedada ainda, a vinculação de receita de impostos a determinadas despesas, excetuadas aquelas previstas na Constituição Federal.

A LOA é a peça que prepara a condução da economia ao longo de um ano. A execução da arrecadação e da totalidade de gastos que foram previstos na LOA, encontra-se nos Balanços Gerais, seja da União ou dos estados. Ou seja, nos Balanços Gerais encontram-se as prestações de contas dos governos.

No âmbito do estado do Pará está previsto no inciso XIX da Constituição Estadual a competência do governador de prestar contas anualmente à Assembleia Legislativa em até 60 (sessenta) dias após a abertura dos trabalhos da casa legislativa. (PARÁ, 2011). Tais contas passam por exame prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e estão disciplinadas também na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A partir dos dados dos Balanços Gerais do Estado (BGE) referentes à receita, é possível perceber a capacidade arrecadativa do estado do Pará.

Em nosso estudo por meio dos BGE, buscamos as Receitas Correntes Líquidas (RCL) para ter uma noção da capacidade arrecadativa do estado do Pará. A RCL está deduzida das transferências constitucionais legais e constitui os recursos que financiam as políticas públicas. Assim, na tabela 10 podemos observar desde 2001 como a receita do estado cresce ao longo dos anos. A exposição dos dados a partir de 2001 se deu em função da disponibilidade destes de forma organizada nos Balanços Gerais do Estado.

Tabela 10 – PARÁ - Receita Corrente Líquida do Estado do Pará em R\$1,00 – valores atualizados, a preço de janeiro de 2017.

ANO	Receita Corrente Líquida	Δ (%) Anual	Δ (%) Acum.
2001	7.421.938.974	-	-
2002	8.104.196.856	9,19	9,19
2003	7.722.180.294	- 4,71	4,05
2004	8.412.966.235	8,95	13,35
2005	9.379.828.344	11,49	26,38
2006	10.384.024.242	10,71	39,91
2007	11.242.362.492	8,27	51,47
2008	12.867.152.261	14,45	73,37
2009	12.929.591.660	0,49	74,21
2010	14.034.446.050	8,55	89,09
2011	15.049.602.953	7,23	102,77
2012	17.422.767.162	15,77	134,75
2013	17.196.573.461	- 1,30	131,70
2014	18.302.189.841	6,43	146,60
2015	18.674.305.452	2,03	151,61
Δ (%) 2001- 2015	151,61	-	-

Fonte: Balanços Gerais do Estado do Pará (2001-2015)

Vê-se que a arrecadação do estado esteve predominantemente ascendendo. Com exceção dos anos de 2003 e 2013 que marcaram pequenas reduções de -4,71% e -1,30% respectivamente, o cenário sempre foi positivo, ainda que residual em algum momento. Este fato nos conduz ao indicativo de uma economia que registra majoritariamente crescimento.

Porém, cabe ressaltar que a capacidade arrecadativa do estado do Pará não é demonstrada em todo seu potencial. A Lei Kandir desonera a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre as exportações de bens primários e ainda regulamenta a cobrança do ICMS sobre energia. Em nota técnica emitida pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) no ano de 2016, intitulada, “Estimativa das Perdas de Arrecadação dos Estados com as Desonerações nas Exportações da Lei Kandir (1997–2015)”, a fundação explica que, se contabilizado apenas o ano de 2015, o estado teve uma perda de R\$ 3,969 bilhões de reais, e que nos 20 anos de existência da Lei Kandir, a qual passou a vigorar a partir de setembro de 1996, o estado acumulou um prejuízo de R\$ 44,168 bilhões em arrecadação de ICMS.

Nesse sentido, tomar a RCL como dado oficial do governo do estado, é para nós, um parâmetro de comparação geral que, apesar de não representar a totalidade do que o

Pará é capaz de arrecadar, é importante, pois expõe os recursos reais a disposição do Estado para o financiamento das políticas públicas.

No caso do estado do Pará foi possível coletar dados referentes a RCL apenas de 2001 a 2015. As limitações encontradas para os anos anteriores se deram em virtude das transformações na forma de exposição dos BGE. Nesse período, percebemos que a receita cresce em 151, 61%, um percentual que poderia ser bem superior se a Lei Kandir não desobrigasse que as grandes empresas instaladas no estado exportassem nossos bens primários sem o devido pagamento de tributo para tal transação, o ICMS. Nesse contexto corroboramos com a análise de Eduardo José Monteiro da Costa (FAPESPA, 2016, s/p), presidente da FAPESPA, feita na apresentação do documento quando afirma que não tem dúvidas de que:

[...] a Lei Kandir está na raiz do esgarçamento do arranjo federativo brasileiro, ao mesmo tempo em que a superação da nossa condição de subdesenvolvimento, [...] perpassa pela construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, depende cabalmente da revisão destas distorções federativas, que acabam por consagrar o Pará como mero “almoxarifado” do desenvolvimento alheio.

Isto é, o Pará e o Brasil perdem em arrecadação com a referida lei, e o estado do Pará, sobretudo, se coloca também em condição de mola propulsora ao desenvolvimento de outros estados, quando por meio da Lei Kandir, este ente federado perde a tributação pela energia que gera e distribui, pois ela passa a ser tributada no estado de consumo. Portanto, nos limites do capitalismo, temos acordo que a revisão destas distorções federativas, como são chamadas no documento, são necessárias, para que o estado amplie sua arrecadação e nesse sentido disponha de maiores volumes de recursos para investir nas políticas públicas, em especial as políticas educacionais.

Em outra perspectiva de comparação, para adentrar mais ao conteúdo dos recursos que financiam as políticas educacionais no estado, recorreremos também a Receita Líquida de Impostos (RLI), a partir da qual são calculados os recursos vinculados constitucionalmente, a exemplo do mínimo de 25% que os estados devem destinar a Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE). Os recursos destinados a MDE foram também por nós coletados, a fim de demonstrar como tem se comportado esse repasse.

Na subseção a seguir é possível observar que o recurso destinado a MDE no estado do Pará tem se mantido próximo ao percentual mínimo exigido na Constituição e

que é da Receita Líquida de Impostos vinculados a educação que saem maior parte dos recursos destinados à UEPA.

3.2 Os recursos para a educação básica e para a educação superior públicas – origem dos recursos para a UEPA

Como já foi mencionado na introdução deste estudo existe uma vinculação constitucional mínima de 25% da RLI que deve ser repassada pelos estados para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação.

É conhecido também que o estado do Pará não amplia este percentual por meio de sua constituição estadual e nem subvincula percentual algum para o ensino superior. Nesse sentido, ciente de que os estados têm responsabilidade de aplicar os 25% obrigatórios prioritariamente ao financiamento da educação básica, conforme a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996 “§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.”, entende-se que para subsidiar outro nível de ensino a ampliação desse percentual seria necessária.

Assim, apresentamos por meio da tabela 11 tanto a RLI como o recurso destinado a MDE e percebemos uma pequena ampliação percentual do MDE em alguns anos em relação ao mínimo constitucional estabelecido.

Tabela 11. PARÁ/UEPA - Receita Líquida de Impostos e despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação de 2001 a 2015, em R\$1,00 – Valores atualizados, a preço de janeiro de 2017 (IPCA)

ANO	Receita Líquida de Impostos	Δ% Anual	Manutenção e Desenvolvimento da Educação	Δ% Anual	% da MDE → RLI
2001	6.721.596.016	-	1.941.344.314	-	28,88
2002	7.356.255.296	9,44	2.047.769.209	5,48	27,84
2003	7.200.039.429	- 2,12	1.798.945.100	- 12,15	24,99
2004	7.499.662.174	4,16	1.885.570.102	4,82	25,14
2005	8.437.217.000	12,50	2.114.978.971	12,17	25,07
2006	9.263.315.542	9,79	2.336.061.435	10,45	25,22
2007	9.923.937.076	7,13	2.485.091.537	6,38	25,04
2008	11.201.328.599	12,87	2.800.720.948	12,70	25,00
2009	10.888.698.306	- 2,79	2.841.024.136	1,44	26,09
2010	11.642.079.688	6,92	2.957.047.006	4,08	25,40
2011	12.630.375.831	8,49	3.160.934.740	6,89	25,03
2012	13.903.377.848	10,08	3.501.471.295	10,77	25,18
2013	14.533.551.145	4,53	3.808.995.993	8,78	26,21
2014	15.337.746.120	5,53	3.919.832.478	2,91	25,56
2015	15.013.781.264	- 2,11	3.961.455.645	1,06	26,39
Δ (%) 2001- 2015	123,37%	-	104,06%	-	-

Fonte: Balanços Gerais do Estado do Pará (2001-2015)

Na tabela 11 demonstramos os recursos, em valores atualizados a preço de janeiro de 2017, a variação percentual anual, tanto da RLI como do recurso destinado à MDE. A RLI amplia de forma irregular com maiores saldos em 2005, 2008 e 2012. Observa-se ainda a redução da arrecadação nos anos de 2003, 2009 e 2015 acompanhando a crise financeira das sociedades capitalistas em âmbito mundial.

Do período em destaque, o ano de 2001 foi o que apresentou o maior volume percentual de recursos da RLI para o MDE (28,88%), desde então, os recursos para educação nunca mais foram superiores a 28% mantendo o percentual mínimo de 25% aproximadamente na maioria do período analisado.

Os dados expostos na tabela 11 acima evidenciam ainda que os valores repassados para MDE foram inferiores ao percentual de aumento da RLI na maioria dos anos da série analisada. Apenas nos anos de 2009, 2012 e 2013 o repasse para MDE foi superior ao crescimento percentual da receita.

Destaque ainda para o ano de 2003 quando a RLI apresentou uma redução de - 2,12% e os recursos para MDE foram reduzidos em -12,15%, não atingindo o percentual mínimo de 25% exigido constitucionalmente.

Em comparativo geral percebe-se que, no período destacado para o estudo, a RLI ampliou seus recursos em termos percentuais, a mais do que os recursos de MDE.

A RLI acumulou uma ampliação de 123,37% enquanto que o MDE obteve uma ampliação de 104,06%. Levando em consideração que a vinculação do MDE é no mínimo um percentual fixo, subtede-se que a evolução percentual do MDE no período deveria acompanhar o crescimento da RLI.

Como o governo do estado gosta de destacar que sempre amplia o repasse do mínimo constitucional, obtém-se aí uma diferença. O problema é que a ampliação da qual o governo trata é ínfima e como se pode ver na tabela 11, percentualmente não acompanha o crescimento da RLI. Em tese, tal ampliação dos 25% deveria ser o recurso destinado a educação superior.

Nessa imprecisão é que se enveredou pelo caminho de investigar as fontes de recursos destinados à UEPA. Recortamos essa estratificação do BGE de 2015 para demonstrar tal constituição apresentada por meio da figura 4.

Figura 4. UEPA Demonstrativo de despesa por fonte, conforme vínculo de recursos 2015.

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
74.02.01	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ			
	*** TOTAL DA UG ***	2.955.884,83	249.184.184,68	252.140.069,51
0101	RECURSOS ORDINARIOS	374.900,00		374.900,00
0102	EDUCACAO - RECURSOS RES.IMPOSTOS		236.413.983,40	236.413.983,40
0103	PES - RECURSOS RES.IMPOSTOS		83.600,00	83.600,00
0130	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS		1.962.712,24	1.962.712,24
0260	REC.PROV.TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS E O		656.222,33	656.222,33
0261	REC.PROP.DIRETAMENTE ARREC.PELA ADM.INDI	1.536.020,72		1.536.020,72
0269	SUS / SERVICOS PRODUZIDOS		3.484.292,32	3.484.292,32
0301	RECURSOS ORDINARIOS	102.600,00		102.600,00
0349	PES - SUS/ FUNDO A FUNDO		114.115,58	114.115,58
0660	REC.PROV.TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS E O		4.732.108,23	4.732.108,23
0661	REC.PROP.DIRETAMENTE ARREC.PELA ADM.INDI	942.364,11		942.364,11
0669	SUS / SERVICOS PRODUZIDOS		1.695.593,08	1.695.593,08
6102	EDUCACAO - RECURSOS RES.IMPOSTOS		41.557,50	41.557,50

Fonte: Balanço Geral do Estado do Pará (2015)

O Manual Técnico de Orçamento (MTO) (2017) explica que a classificação por fonte de recursos foi criada para assegurar que a prestação de contas das receitas vinculadas a uma finalidade específica por meio de lei, fosse aplicada ao seu fim.

Na figura três observam-se cinco colunas. Da esquerda para a direita, Código, Especificação, Recurso Ordinário (que significa dizer recurso não vinculado, portanto recurso o qual pode atender qualquer finalidade), Recurso Vinculado e Total.

A primeira coluna numérica, do código fonte, tem papel integrador entre receita e despesa, ou seja, “na receita, indica o destino de recursos para o financiamento de determinadas despesas; na despesa, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.”, desta forma “o mesmo código utilizado para controle das destinações da receita também é utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras.” (MTO, 2017, p. 24)

Tal figura foi recolhida da seção que realiza o demonstrativo de despesa, portanto como foi explicado, por meio dela conseguimos apresentar a origem dos recursos da UEPA.

Este foi o método encontrado para demonstrar o elo entre a fonte de recursos e a destinação dos mesmos, que tem relação direta em demonstrar quais despesas são vinculadas desde a receita e quais não. Para compreendermos a codificação que é constituída centralmente por três dígitos, e ler melhor a figura 4, é preciso saber o que cada número significa.

O primeiro par de dígitos vai indicar o Grupo de Fonte de Recursos, o qual demonstra se o recurso é proveniente do Tesouro e a qual exercício pertence, o corrente, ou se provem de exercícios anteriores. Os dois dígitos seguintes (3º e 4º) detalham as diferentes especificações existentes dentro do grupo de fonte a qual o recurso pertence.

Nas figuras 5 e 6 apresentamos o que corresponde cada numeração, estando presente na figura 5 o primeiro par de dígitos e na figura 5, o terceiro e quarto dígitos.

Figura 5. Codificação dos Grupos de Fontes de Recursos

Cód.	GRUPO da Fonte de Recurso (1º Dígito)
1	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
2	Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente
3	Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores
6	Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores
9	Recursos Condicionados

Fonte: MTO (2017)

Como se pode observar é codificação simples, dividida em recursos do tesouro e recursos de outras fontes, sejam estes do período corrente ou do exercício anterior. Há ainda os recursos condicionados que são recursos incertos, pois dependem de fatores externos, como alterações na legislação, para serem integralizados. Não é o caso da UEPA possuir recursos condicionados.

Ainda para ajudar a aprofundar a análise da Figura 4, apresentamos por meio da Figura 6 a codificação da especificação dos recursos presente no BGE Pará.

Figura 6. UEPA Codificação da Especificação de Recursos vinculados por fonte.

Cód.	Especificação
01	RECURSOS ORDINARIOS
02	EDUCAÇÃO - RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS
03	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS
30	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS
49	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - SUS/ FUNDO A FUNDO
60	RECEITA PROVENIENTE DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS E OUTROS
61	RECEITA PROPRIA DIRETAMENTE ARRECADADA PELA ADM. INDIRETA
69	SUS / SERVICOS PRODUZIDOS

Fonte: BGE (2015). Elaboração própria.

A figura 5 apresenta oito codificações de fontes de recursos que a UEPA utiliza em sua gestão orçamentária anual, a saber, a) recursos ordinários b) recursos da Receita Líquida de Impostos vinculados à educação (chamada de Educação - Recursos Resultantes de Impostos), c) recursos do Fundo Estadual de Saúde (FES) provenientes da vinculação à RLI, d) recursos do Fundo Estadual de Saúde provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS), e) recursos provenientes de operações de crédito internas (que se trata de contratos de financiamento ou empréstimo com credores situados no país), f) recursos provenientes de convênios (que na figura 3 aparece duas vezes, uma se tratando de receitas do exercício corrente e outra do exercício anterior), g) recursos próprios diretamente arrecadados, h) recursos de serviços produzidos pelo SUS.

Facilitada a leitura, é possível conferir na Figura 3 então, que a maior parte dos recursos da UEPA são **vinculados (98,83%), provenientes do exercício corrente do tesouro do estado**. Destes, a ampla maioria é constituída por recursos da RLI vinculada à educação (94,88%).

No ano de 2015, os recursos da RLI totalizaram R\$15.013.781.264 bilhões e a UEPA recebeu R\$236.413.983 milhões, representando 1,5% dos recursos destinados à MDE. Portanto, nesse ano o governo ampliou o recurso em relação a vinculação mínima constitucional de 25% para a educação para 26,3% a fim de garantir recursos para a educação básica e superior. Nesse sentido, inferimos que os recursos para a educação superior estão sendo extraídos também dos 25% que prioritariamente deveriam atender a educação básica, afinal se deduzirmos o montante destinado à UEPA, o recurso do MDE não atingirá os 25% exigidos em lei.

Por meio destas informações é possível extrair duas conclusões: 1) Considerando os recursos da RLI, os valores destinados à UEPA são pífios; 2) Os recursos destinados à UEPA impactam o repasse constitucional de 25% da MDE, subtraindo os recursos que deveriam ser destinados prioritariamente para a educação básica.

Tabela 12. PARÁ/UEPA - Variação orçamentária anual de 2001 a 2015, em R\$1,00 – Valores atualizados a preço de janeiro de 2017 (IPCA)

ANO	Receita Corrente Líquida do estado do Pará [A]	Δ (%)	Recurso Executado Na UEPA [B]	Δ (%)	% B→A
2001	7.421.938.974	-	93.268.036	-	1,26
2002	8.104.196.856	9,19	106.173.605	13,84	1,31
2003	7.722.180.294	- 4,71	104.763.943	- 1,33	1,36
2004	8.412.966.235	8,95	111.100.238	6,05	1,32
2005	9.379.828.344	11,49	121.910.396	9,73	1,30
2006	10.384.024.242	10,71	145.868.535	19,65	1,40
2007	11.242.362.492	8,27	162.829.251	11,63	1,45
2008	12.867.152.261	14,45	198.184.041	21,71	1,54
2009	12.929.591.660	0,49	195.212.699	- 1,50	1,51
2010	14.034.446.050	8,55	210.083.544	7,62	1,50
2011	15.049.602.953	7,23	234.857.465	11,79	1,56
2012	17.422.767.162	15,77	246.368.985	4,90	1,41
2013	17.196.573.461	- 1,30	263.388.025	6,91	1,53
2014	18.302.189.841	6,43	277.795.597	5,47	1,52
2015	18.674.305.452	2,03	280.438.841	0,95	1,50
Δ (%) 2001- 2015	151,61	-	200,68	-	-

Fonte: Balanços Gerais do Estado do Pará (2001-2015)

A comparação estabelecida na tabela 12 entre os recursos destinados à UEPA e a RCL constata-se, novamente que em termos percentuais o financiamento da UEPA representa em média apenas de 1,4% da arrecadação do estado em todo o período analisado (2001 a 2015), o que evidencia não existir uma política efetiva de financiamento dessa instituição por parte do governo do estado.

Em uma análise mais geral, observa-se que tanto em relação a arrecadação do estado como dos recursos destinados à UEPA predominou o crescimento dos recursos na maioria dos anos. Analisando o período de 2001 a 2015 os dados evidenciam que os recursos destinados ao financiamento da UEPA obtiveram um crescimento percentual

de 200,68% enquanto a RCL cresceu 151,61% o que poderia indicar que a UEPA possui uma situação favorável em seu financiamento. É necessário, no entanto, analisarmos os dados em suas especificidades.

Comparando a evolução dos recursos da RCL com os da UEPA, observa-se que em sete anos (2002, 2003, 2006, 2007, 2008, 2011 e 2013) a UEPA obteve recursos percentualmente maiores que a ampliação da Receita Corrente Líquida. Entretanto, durante oito anos (2001, 2004, 2005, 2009, 2010, 2012, 2014 e 2015) os percentuais recebidos pela UEPA foram inferiores ao crescimento percentual da RCL do estado. É interessante destacar que durante os dois anos primeiros anos (2007 e 2008) do governo do Partido dos Trabalhadores no estado (governo Ana Júlia – 2007 a 2010) os recursos da UEPA ampliaram mais que a RCL do estado e nos dois anos últimos (2009 e 2010) os recursos da UEPA foram percentualmente inferiores ao da RCL. O mesmo acontece em relação aos governos do PSDB (Simão Jatene), pois em cinco anos (2002, 2003, 2006, 2011 e 2013) os recursos da UEPA foram percentualmente superiores ao percentual de crescimento da RCL e nos anos de 2001, 2004, 2005, 2012, 2014 e 2015 os recursos destinados à UEPA apresentaram percentual inferior aos da RCL do estado. Ou seja, independente do partido político que esteja dirigindo o estado não existe uma política definida para o financiamento da UEPA e sua expansão ocorre sem que efetivamente seja acompanhada pelo aumento no volume dos recursos.

Os dados da expansão da UEPA evidenciam que no período em análise o número de cursos ofertados pela UEPA ampliou em 100%, passando de 52 cursos em 2001 para 104 cursos em 2015. Em relação as matrículas o crescimento foi ainda maior, atingindo 171,9% no mesmo período, demonstrando que o repasse de recursos para a universidade esta aquém das necessidades que a instituição apresenta.

Em síntese, no período apresentado na Tabela 12, podemos analisar o comportamento de três governos: Simão Jatene (2003-2006), Ana Júlia Carepa (2007-2010) e novamente Simão Jatene (2011-2014). No primeiro governo aqui mencionado houve já no primeiro ano de gestão uma redução brusca de recursos para a universidade, porém nos anos posteriores tal redução foi repostada com ampliação de verbas. A redução mencionada de 2003 acompanhou em menor proporção o movimento de queda das receitas do estado, e a ampliação de recursos que se seguiu, nos outros anos também acompanhou a elevação de receitas, com exceção a 2010, quando, no fim do mandato de

Simão Jatene a UEPA obteve uma ampliação de seus recursos de 19,65%, superior à ampliação das receitas que fechou em 10,71%.

No governo de Ana Julia Carepa os recursos foram os que tiveram uma oscilação mais evidente, indicando a imprecisão dos recursos para manutenção dessa Instituição Estadual de Ensino Superior (IEES). Porém os repasses em 2007 e 2008, assim como o corte em 2009, foram percentualmente maiores que o crescimento, e maior que a redução da receita no caso de 2009.

Com o retorno de Simão Jatene em 2011 e anos seguintes até 2015, é seguida a lógica de crescimento desordenado, ora em maior, ora em menor escala. Tal inconstância dos recursos para manutenção de uma IES pressiona esta a atender uma das orientações dos organismos internacionais que já foi bastante propalada, a diversificação das fontes de financiamento, uma vez que a incerteza no repasse de recursos para a instituição acarreta o movimento da gestão superior pela busca de fonte complementar como o estabelecimento de convênios e parcerias com empresas privadas.

Na comparação entre os três governos os dados levam a acreditar que o governo do PT expressou em certa medida maior esforço quando contabilizadas as variações quadrianuais. O primeiro governo Simão Jatene houve uma ampliação de receitas na ordem de 34,4% e contabilizou 39,2% de recursos para a UEPA no período, mas a expansão das matrículas nesse período foi de 40,3%, apresentando um percentual maior que os recursos. De outro modo, Ana Júlia vivenciou uma elevação de 24,8% na receita, destinaram no período 29% em recursos da RCL para a UEPA e expandiu em 20,8% as matrículas. Já no último governo Jatene (2011 a 2014) os índices foram os piores: elevação de 21,6% na receita líquida de impostos, destinando 18,2% para a UEPA e expandindo apenas 4,8% nas matrículas.

Ou seja, o quadro mais positivo foi quando o orçamento da UEPA foi superior tanto as receitas quanto a expansão de matrículas. Entretanto, este período foi uma exceção, não obstante ao longo desse período, a lógica incoerente de destinação dos recursos não se alterou em relação aos demais governos. É interessante destacar a redução de índices dos quadriênios. Os dados referentes aos três aspectos que mencionamos aqui: receitas, recursos totais da UEPA e matrículas apresentam movimento regressivo entre si ao longo dos três quadriênios analisados.

Diante do exposto, viu-se um movimento contraditório em relação aos recursos da universidade. Em aparência é percebida uma ampliação geral, ainda que inconstante dos recursos da UEPA, na comparação da evolução quadrienal, se percebe que o percentual de aplicação de recursos a cada governo vem reduzindo.

Na análise sobre financiamento de uma instituição é importante investigar onde estes recursos estão sendo aplicados. A este respeito trataremos na subseção seguinte.

3.3 O movimento de financiamento da UEPA no período de 1997 a 2015

Para demonstrar o gerenciamento dos recursos da UEPA por meio dos BGE, havia diversas possibilidades as quais o documento sistematiza, a saber:

- a) Demonstrativo da despesa por função, subfunção e programa, por projeto e atividade;
- b) Demonstrativo da despesa por função, subfunção e programa, conforme o vínculo com os recursos;
- c) Demonstrativo da despesa por fonte, conforme o vínculo com os recursos;
- d) Demonstrativo da despesa realizada por função;
- e) Demonstrativo da despesa autorizada com a realizada,
- f) Demonstrativo da despesa realizada por categoria de gasto e fonte, e ainda;
- g) Demonstrativo da despesa realizada por natureza.

Sobre este ultimo demonstrativo que optamos coletar os dados, pois o Grupo de Natureza de Despesa (GND) é “um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto” (MTO, 2017, p. 58), portanto, de melhor leitura para verificar a destinação dos recursos num aspecto mais geral, quanto ao que diz respeito a pagamento dos trabalhadores, recursos para a manutenção das atividades diárias da universidade e recursos para a própria expansão, constante no quesito investimentos.

Na tabela 13, observam-se os três principais elementos de despesa da UEPA, a saber, destinação a recursos com a) Pessoal, b) Outras Despesas Correntes (ODC) e, c) Investimentos, desde 1997 a 2015.

Tabela 13. UEPA – Execução orçamentária da de 1997 a 2015 por Grupo de Natureza de Despesa, em R\$1,00 – Valores atualizados a preço de janeiro de 2017 (IPCA)

ANO	PESSOAL (A)	Δ (%)	ODC (B)	Δ (%)	INVESTIMENTOS (C)	Δ (%)	TOTAL	Δ (%) A/C
1997	38.750.677	-	17.128.213	-	2.610.240	-	58.489.130	66,3
1998	45.315.691	16,94	26.604.933	55,33	2.914.550	11,66	74.835.175	60,6
1999	50.954.077	12,44	33.602.172	26,30	9.819.494	236,91	96.248.837	52,9
2000	49.986.359	- 1,90	37.204.414	10,72	3.353.714	- 65,85	91.046.088	54,9
2001	45.494.985	- 8,99	39.968.826	7,43	7.804.225	132,70	93.268.036	48,8
2002	52.909.686	16,30	44.666.908	11,75	8.597.011	10,16	106.173.605	49,8
2003	55.459.915	4,82	43.288.931	- 3,09	5.948.964	- 30,80	104.763.943	52,9
2004	58.913.488	6,23	43.840.936	1,28	8.035.614	35,08	111.100.238	53,0
2005	70.051.613	18,91	44.469.994	1,43	7.388.790	- 8,05	121.910.396	57,5
2006	92.623.126	32,22	42.618.601	- 4,16	10.626.808	43,82	145.868.535	63,5
2007	105.752.680	14,18	48.261.472	13,24	8.815.099	-17,05	162.829.251	64,9
2008	115.806.568	9,51	54.713.695	13,37	27.663.778	213,82	198.184.041	58,4
2009	123.668.877	6,79	57.537.660	5,16	14.006.162	- 49,37	195.212.699	63,4
2010	132.089.059	6,81	66.376.828	15,36	11.617.656	- 17,05	210.083.544	62,9
2011	135.373.411	2,49	81.648.910	23,01	17.835.144	53,52	234.857.465	57,6
2012	157.423.190	16,29	78.724.416	- 3,58	10.221.379	- 42,69	246.368.985	63,9
2013	185.624.738	17,91	73.138.420	- 7,10	4.624.867	- 54,75	263.388.025	70,5
2014	199.240.284	7,33	74.194.078	1,44	4.361.234	- 5,70	277.795.597	71,7
2015	214.147.947	7,48	61.385.072	- 17,26	4.905.820	12,49	280.438.841	76,4
Δ (%) 1997 - 2015	452,63		258,39		87,95		379,47	

Fonte: Balanços Gerais do Estado do Pará (1997-2015)

A série histórica, desde a estruturação organizacional em 1997, até o ano de 2015 (18 anos), demonstra que os recursos da UEPA ampliaram de conjunto, nas três dimensões: gastos com pessoal, outras despesas correntes e investimentos, perfazendo aumento de repasse para a universidade na casa dos 379,47%.

É notório que os recursos repassados para as despesas com pessoal foram as maiores, na ordem de 452,63%, enquanto que os investimentos reais tiveram menor ampliação, não atingiram nem 100% em 19 anos, ficando na ordem de 87,95%.

As despesas orçamentárias com Pessoal, segundo o Manual Técnico de Orçamento (2017) compreendem o pagamento de ativos, inativos e pensionistas, ou seja, repasses remuneratórios de qualquer natureza sejam eles fixos ou variáveis, incluindo encargos sociais. Significa dizer que nesse segmento da tabela estão presentes os incrementos advindos de contratações, concursos, atualizações do plano de carreira, e ampliações salariais, quando ocorrem.

Ao longo dos 19 anos de nossa série histórica, a despesa com pessoal foi o segmento que mais apresentou ampliação percentual. Nesse aspecto, há de se destacar momentos importantes da história da universidade em que os servidores travaram diversas lutas por reposição e ampliação salarial, e ainda por melhores condições de trabalho, que estavam relacionadas às condições estruturais da universidade frente a sua expansão.

Ao analisar o que representa percentualmente as despesas com pessoal no conjunto dos recursos da UEPA, observa-se que no período analisado a média ficou em 60,5%, sendo que apenas nos três últimos anos ultrapassou os 70% do orçamento executado pela UEPA. Estudo feito por Reis (2015, p. 201) sobre o financiamento das Universidades Federais mostra que as despesas de pessoal (docentes e técnicos) ultrapassam os 80% do orçamento executado nessas IES, como destacamos a seguir:

Se tomarmos como referência o percentual médio dos recursos destinados ao custeio (Outras Despesas Correntes), investimentos e pessoal, no período de 2003 a 2014, verificamos que a União destinou, em média, 3,43% do total de recursos das universidades para investimentos, 13,83% para o custeio e 82,70% para as despesas com pessoal. Tais números indicam que, apesar do crescimento dos recursos destinados ao custeio e investimentos, especialmente durante a vigência do Reuni, praticamente 83% dos recursos recebidos pelas universidades foram destinados, em média, ao pagamento do pessoal docente e técnico-administrativo.

Dessa forma, comparando as despesas com pessoal executadas pela UEPA observa-se que percentualmente são muito inferiores as praticadas pelas Universidades federais, evidenciando uma política de contenção de gastos com pessoal pelo governo do estado do Pará e sua adesão a política nacional de ajuste fiscal.

As despesas correntes são aquelas que não acrescentam patrimônio a instituição, ou como define o Manual Técnico de Orçamento (2017, p. 57) “as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital”. Isto quer dizer que são despesas com elementos que mantêm a estrutura cotidiana da universidade como material de consumo, limpeza, energia elétrica, água, manutenção de infraestrutura e de equipamentos, entre outras coisas.

É possível observar na tabela 12 que de 1997 a 2001, a destinação de recursos para as despesas correntes da UEPA estiveram ampliando, porém, sempre com recursos

reduzidos. Em 2002, percebe-se uma nova ampliação, seguida, em 2003, por uma redução real demonstrada por menos -3,09% de recursos repassados à manutenção da universidade e em 2006, nova redução real de -4,16%.

Essa lógica segue ao longo dos anos de nossa série histórica, ou seja, recursos ínfimos para manutenção da UEPA. A partir de 2007, no entanto, a universidade teve cinco anos de aumentos reais nos recursos de despesas correntes, ainda que em maior ou menor escala. Somente em 2012, estes recursos voltaram a se tornar negativos, e seguiu essa lógica até 2015, com exceção de 2014 quando a ampliação foi de 1,44%, que não reperia as baixas anteriores e, em 2015, viu-se o maior corte de recursos para a manutenção das atividades na UEPA (-17,26%).

Em relação aos recursos para investimentos, recursos que garantem a ampliação da estrutura física e material universidade como “planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente” (MTO, 2017, p. 58), os dados expostos na tabela 12 evidenciam que foram os que tiveram o menor incremento no período. Observa-se, entretanto, que, ao longo dos anos, sofreu maior irregularidade indo de ampliações grandiosas em alguns anos com destaque para 1999, 2001, 2008 e 2011, onde percentualmente elevou sempre mais que 50% em relação ao orçamento do ano anterior para este segmento, e as vezes até maior que 200%, e reduções bruscas em outros, como os anos de 2000, 2009, 2012 e 2013.

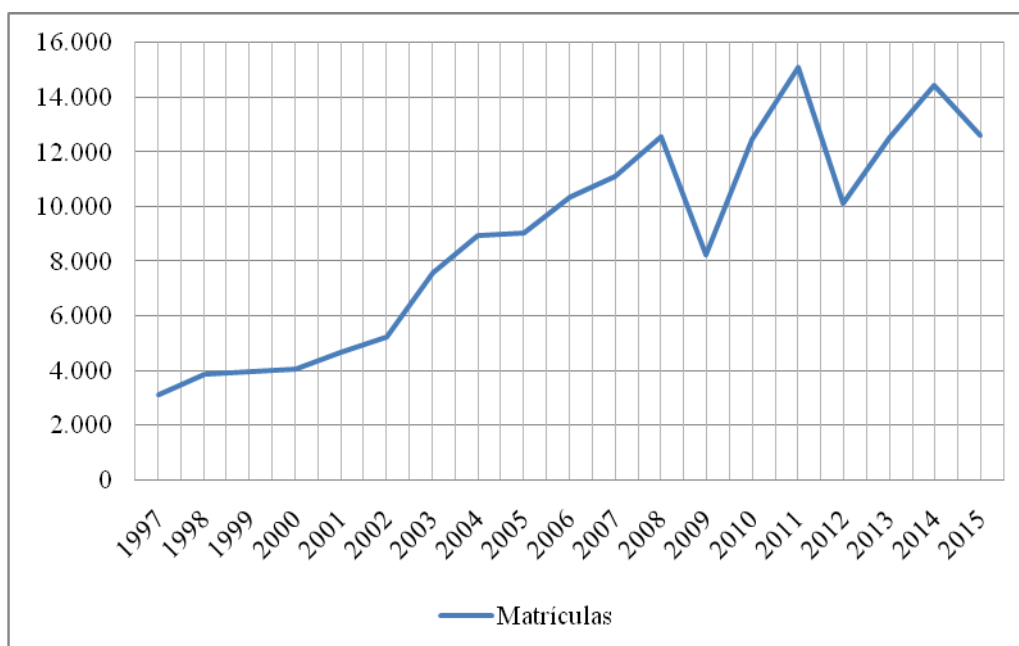
É perceptível que não existe uma lógica de ampliação nos investimentos para a universidade, bem como não há nos demais grupos de natureza de despesa. A diferença é que os recursos para pagamento de pessoal são os que, ao longo desse tempo, sofreram menos cortes, enquanto que os investimentos, contraditoriamente, foram os que aparentemente tiveram mais cortes.

Para compreender esta série histórica do financiamento de forma aprofundada é imperioso relacionar com o movimento de expansão da universidade que apresentamos desta vez por meio dos gráficos 1, 2 e 3. O gráfico 1, mostra a evolução das matrículas e o gráfico 2 mostra a evolução de servidores técnicos e funções docentes, bem como a evolução dos cursos. Isolamos no gráfico 3 apenas a evolução dos cursos, pois o gráfico 2 não permitiu visualizar o movimento realizado por meio da criação e extinção de cursos.

Cabe ressaltar que os anos de 1999 e 2000 não constam em nossa base de dados, portanto a queda que se apresenta no gráfico 2 referente a expansão de docentes e técnicos administrativos, nestes anos mencionados, se justifica pela ausência de dados. Igualmente acontece no ano 2000 no gráfico 3 relativo exclusivamente aos cursos.

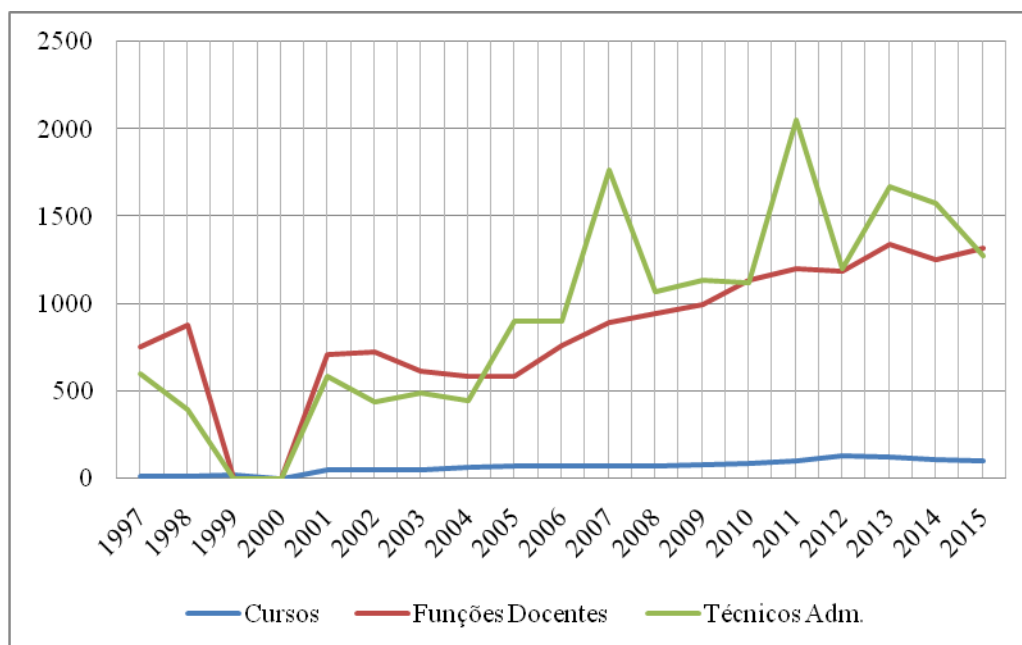
A apresentação dos gráficos 1 e 2 possibilitaram-nos perceber quais anos, dentro do movimento irregular de expansão, destacam de forma mais evidente a relação entre a expansão, o financiamento e o movimento mais geral da condução da economia e seus impactos na universidade.

Gráfico 1. Evolução das matrículas na UEPA, graduação presencial, período de 1997 a 2015.



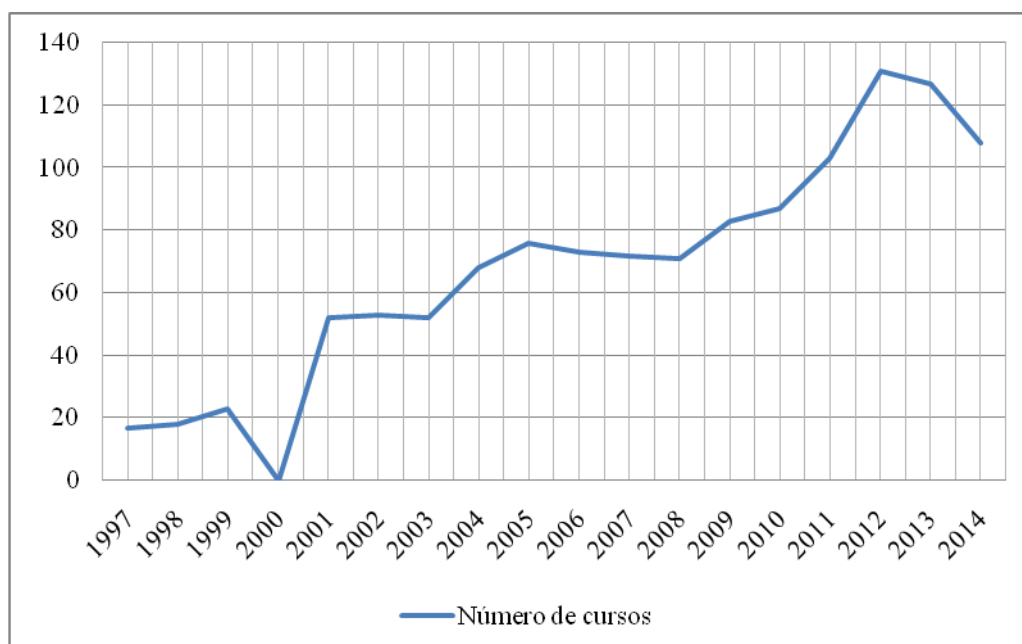
Fonte: INEP. Censo da Educação Superior (1997-2015)

Gráfico 2. Evolução dos cursos, funções docentes e técnicos administrativos na UEPA, período de 1997 a 2015.



Fonte: INEP. Censo da Educação Superior (1997-2015)

Gráfico 3. Evolução dos cursos na UEPA, período de 1997 a 2015.



Observa-se desta vez o movimento de expansão da universidade com destaque para a oscilação ocorrida entre o financiamento e a expansão e o movimento político e econômico mais geral do país e do estado.

Destacamos então que, tanto no que tange o financiamento quanto à expansão, o final da década de 1990, expressa um movimento bastante reticente. Embora vários *campi* tenham sido implantados, a exemplo de Tomé Açu, São Miguel, Santarém, e Tucuruí e o número de cursos tenha se ampliado, as matrículas e os recursos evoluem comedido.

É a partir dos anos 2000 que a UEPA trilha sua história de forma mais característica e expressa o que vamos caracterizar como sua *política de desenvolvimento*.

Por política de desenvolvimento nesse contexto, pontuamos em analogia ao debate tratado na economia em torno da diferenciação de crescimento econômico e desenvolvimento o qual segundo Oliveira (2002, p. 37) “muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos”.

Segundo Vasconcellos e Garcia (1998, apud Oliveira, 2002, p. 37) desenvolvimento se trata em qualquer concepção, do crescimento econômico resultar na melhoria da qualidade [de vida], onde a composição e a alocação de recursos em diferentes setores [da economia] garante melhores indicadores de bem estar [econômico e social].

Para analisar nosso objeto de estudo, o financiamento da UEPA, seria insensato dissociar este da expansão da universidade, pois é esta que nos deu base para o paralelo entre crescimento econômico e desenvolvimento dentro do contexto mais geral da política pública.

Lima (2011, p. 92) a partir das análises dos documentos do Banco Mundial e das políticas implementadas de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva afirma que “está em curso um intenso processo de reforma neoliberal do Estado e da educação superior no Brasil” e que tais reformas no campo da educação tem sua influência não por subordinação externa a partir dos acordos firmados com o BM, mas sim em virtude da concordância no que tange a concepção de educação, convencimento ideológico do projeto. Convencimento esse que ganhou o Partido dos Trabalhadores, o qual esteve a frente do governo federal por 13 anos, de 2003 a 2016. Guimarães (2014), entretanto, aponta que para Lula/Dilma continuarem na esteira do que foi o governo de

FHC, foi necessário ao PT dar uma nova cara ao projeto neoliberal no sentido de “humanizar” os efeitos da política econômica em curso.

Portanto sem romper com a ordem burguesa, e antes mesmo que Lula se elegeisse, tratou-se de propalar o discurso da política focalizada, de priorização ao atendimento à extrema pobreza, e tentou construir um ideário de política neodesenvolvimentista.

Mota Jr (2016, p. 115) sintetiza bem as políticas adotadas pelo governo Lula que mantiveram a bases econômicas de seu antecessor, FHC:

[...] o que se viu nos dois governos de Lula foi o aprofundamento das diretrizes macroeconômicas liberais baseadas no tripé: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário, porém com a diferença em relação aos governos Fernando Henrique Cardoso no tocante à execução de políticas sociais compensatórias mais ampliadas (a partir da unificação de programas já existentes, como o Vale-Gás, o Bolsa-Alimentação e o Bolsa-Escola que se tornaram o Bolsa Família), graças ao crescimento econômico pelo qual o país passou entre 2003 e 2010, com a exceção do ano de 2009 que atingiu duramente a economia, levando o Brasil à recessão naquele ano.

A diferenciação alcançada pelos governos do PT por meio das políticas focalizadas, compensatórias, destaca Mota Jr. (2016) só foi possível em virtude do crescimento que a economia nacional vivenciou até 2009. Nesse contexto, a exposição de Lima (2011) esclarece como a focalização das políticas para os setores mais pauperizados, adotadas no governo do PT, se transvestiu de “democratização do acesso” o que na verdade se constituiu, e vem se constituindo, como a desconstrução da educação superior pública.

Segundo Guimarães (2014), o intuito da “democratização” passou pelo discurso de que a universidade pública atende centralmente setores abastados da sociedade, portanto, tratou-se de apostar instituir/aperfeiçoar políticas de estreitamento com o setor privado, o autor destaca dois exemplos:

[...] para a educação superior, em processo de expansão quantitativa, a opção política foi investir crescentemente em sua tendência privada/mercantil. Com ênfase no discurso de que a universidade pública atende aos grupos economicamente dominantes na sociedade, e com base em políticas “focalizadas”, o governo Lula institui/aperfeiçoa medidas legais para transferência de recursos públicos para as instituições privadas. O PROUNI (Programa

Universidade para Todos) e o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior), constituem-se em ações centrais dessa política. (GUIMARÃES, 2014, p. 110)

O PROUNI e o FIES demarcam centralmente a relação que se estabeleceu de destinação direta (financiamento) ou indireta (isenção fiscal) dos recursos do Estado para o setor privado de educação superior no intuito da expansão. Por outro lado, no conjunto das políticas viu-se também fomento a expansão do setor público por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado pelo Decreto n. 6.096/2007, que visava expandir as IFES e que contou com “adesão de 53 (cinquenta e três) universidades federais, as quais apresentaram projetos de apoio e pactuaram um montante de cargos e uma reestruturação da universidade pública como um todo: graduação, pós-graduação e infraestrutura. (FERREIRA, 2015, p. 24)

Mota Jr. (2016) destacou que tais políticas adotadas no governo Lula entre 2003 e 2010 sucederam graças ao crescimento econômico vigente aquela época. Porém em 2009 o Brasil se viu em recessão, reflexo da crise do mercado imobiliário norte americano. Os EUA por seu peso econômico provocou uma severa retração na economia mundial.

O então presidente Lula afirmava que esta crise não teria reflexo no Brasil, porém Mota Jr. (2016) aponta que desde a quebra do Banco Lehman Brothers, que se considerou o ápice da crise, o que se viu no conjunto de países, desde grandes potencias, ate os emergentes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul foram pequenos ensaios de crescimento econômico.

Ferraz (2013, p. 81) ressalta que a crise reflete no Brasil dentre outras coisas em virtude da redução de fluxos de comercio internacionais que durante a crise financeira chegou a ordem de 40% e ressalta que “dada a sua importância, o comércio exterior foi uma via de transmissão relevante dos efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira” a qual vivencia a partir da:

[...] forte redução no valor das vendas externas brasileiras no imediato pós-crise (primeiro semestre de 2009) resultou de queda acentuada dos preços das exportações, fato derivado, em grande medida, da redução dos preços das *commodities*. À diminuição dos preços de exportação somou-se ainda uma contração das quantidades exportadas, mesmo que em menor proporção. No segundo semestre de

2009, quantidades exportadas e principalmente preços iniciam trajetórias de recuperação, o que possibilitou que o volume exportado em 2010 (US\$ 201,9 bilhões) já ultrapassasse o de 2008 (R\$197,9 bilhões). Mais uma vez o comportamento dos preços das *commodities* foi um elemento relevante nesse processo dado que começaram a se recuperar, ainda em 2009.

Este fato é importante para nós devido a importância da exportação de *comodities* para a economia nacional e regional. A lei Kandir outrora mencionada é uma das medidas de incentivo a exportação de bens primários, segmento de exportação que vem crescendo em movimento contrário a exportação de produtos industrializados. O Pará nesse contexto da economia nacional figura entre os sete maiores exportadores brasileiros, segundo os dados da FAPESPA (2016), e ainda

[...] em média entre 1997 a 2015, contribuiu com 91%, no total dos produtos básicos exportados pela região Norte, sendo em 2015 o sexto maior do país entre as UFs, porém abaixo do registrado nos anos de 2011, 2012 e 2014. Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Espírito Santo foram os estados mais relevantes nesse grupo de produtos, pois entre 2010 e 2015, em média, responderam por 61,5% dessas exportações. (FAPESPA, 2016, p. 10)

Estes elementos da economia nacional estabelecem relação com a economia regional, portanto com a composição das receitas do Estado e a transferência de recursos para a UEPA. As contradições em torno da irregularidade da expansão e do financiamento são visíveis, a exemplo da criação dos campi de Barcarena e de Vigia no ano 2000, em um momento em que a UEPA presencia um corte de - 65,85 sem estagnar a expansão de matrículas.

É fato que a liberação da verba para a construção dos *campi* pode anteceder o ano de inauguração a depender do tempo em que a obra será realizada, com o projeto que se tem para aqueles campi, nesse sentido poderíamos inferir que os investimentos de 1999, na ordem de 236,91% garantiram estes dois campi da interiorização. De modo diferente então figuraria a análise sobre o campus de Vigia, criado em 2001, que viu corte de recurso no ano anterior e incremento no ano de inauguração do campus (132,70%).

No mesmo exemplo de Barcarena e Vigia, encontramos a situação de Redenção, campus inaugurado em 2003, ano que vivencia corte de -30,80% nos investimentos, e a expansão de matriculas segue crescente. O fator diverso nesse caso é que em 2002 os

investimentos na universidade não se mostraram ampliar em grande escala tal qual vimos no caso de Barcarena e Vigia, de modo que torna se pouco compreensível e ao mesmo tempo explicável quando se pensa que o discurso de nossa época da necessidade de “fazer mais com menos”. Outro elemento interessante acerca do ano de 2003 é que se vivencia uma redução de cursos na ordem de -1,89%, em curso contrário a ampliação de matrículas (45,1%) e redução das funções docentes na casa de - 15,31%, nesse caso coerente com a redução de 2002 para 2003 que figurou ampliação se apenas 4,82% para o pagamento de pessoal.

Via de regra nos anos que seguem a inauguração dos *campi*, Cametá em 2005, Salvaterra em 2005, e Castanhal em 2010 a universidade vivencia cortes (- 8,05 e - 17,05 respectivamente). Consideramos que nenhum dos cortes se justifica com base na redução das receitas do estado. O Pará viu em maior ou menor escala de nossa serie histórica, predominantemente o crescimento das receitas do estado. O corte de investimentos na universidade que se alinha a redução de receitas do estado é o de 2009 (- 17,05), pois o movimento de redução de receitas foi geral, tanto nas receitas da União, como do estado e consequente repasse pra UEPA, reflexo da crise econômica instaurada.

Diversos fatores têm influencia no conjunto das políticas educacionais, dentre eles as ações por dentro da gestão que diversos estudiosos assumem a fim de contribuir desde a formulação das políticas. Entretanto, há que se destacar que os ditames da sociedade capitalista encurralam a universidade pública brasileira e a alinham cada vez mais de acordo com o que as grandes potências elaboram e difundem por meio dos organismos internacionais, ditando assim que tipo de formação/trabalhador tais nações querem para os países periféricos. Portanto corroboramos com Lima (2011, p. 92):

O que se evidencia, na primeira década do século 21, é a estruturação de um tipo de universidade adequada à atual etapa de acumulação do capital, particularmente em um país capitalista dependente como o Brasil. Uma estruturação que transita da privatização direta, passando pelo novo modelo de gestão, introduzido pelo padrão gerencial e coroado com a quebra de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a mercantilização do conhecimento. Um processo que configurou a educação superior como um campo de exploração lucrativa para o capital em crise e aprofundou sua função política, econômica e ideo-cultural de reprodução da concepção burguesa de mundo.

Para a segunda década do século XXI não se observa ruptura com as características apontadas por Lima (2011), pelo contrário, a crise do capital que se viu fortemente reiniciada a nível global em 2008 veio refletir com maior impacto no Brasil nesta segunda década. Desde 2013 a receita corrente arrecadada pela União vem reduzindo, a receita do estado do Pará não vê crescimento considerável. Os recursos para a universidade apontam cortes em pelo menos um dos grupos de natureza de despesa, todos os anos, ao mesmo tempo em que matrículas, funções docentes e números de técnicos administrativos vêm apresentando queda. Em aspecto mais geral diante do conjunto de contradições que visualizamos ao analisar o financiamento da expansão na UEPA, fica bastante claro que estes dois segmentos não caminham em consonância um com o outro, indicando a ausência de uma política de financiamento para a expansão ocorrida na UEPA. Por outro lado, percebemos que tal ausência de política é funcional ao sistema, pois conduz a UEPA a adotar práticas orientadas pelos organismos internacionais em consonância com as políticas públicas para a educação superior delimitadas pelo governo federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento é imprescindível retornar ao elo que nos impulsionou a realizar esta pesquisa e refazer o caminho percorrido. Assim, a fim de elencar os limites e os pontos que consideramos fundamentais demarcar como caracterizadores desta pesquisa, podemos também elucidar novas possibilidades, aberturas as quais podem ser abarcadas através de novas pesquisas que visem aprofundar os estudos sobre as universidades estaduais.

Nosso estudo questionou como se constitui a política de financiamento Universidade do Estado do Pará no período de 1997 a 2015, no marco de sua expansão. Para tanto indagou como se constituiu seu movimento de expansão das universidades estaduais no contexto político e econômico da década de 1990, marcado pela crise e reformas do Estado. E ainda em que passo se deu criação da UEPA, bem como composição e gerenciamento dos recursos.

Produto do desenvolvimento de nossos esforços para melhor explicitar a política de financiamento da UEPA, este texto cumpre o papel de aproximar os estudiosos do financiamento, da educação superior, de uma universidade no norte do Brasil que assume, desde a sua gênese, as características voltadas às novas acepções do Estado. Neste contexto, a fim de sermos didáticos quanto aos principais pontos caracterizadores da pesquisa, expomos alguns elementos aos quais chegamos após todo este delineado. Nossas considerações, portanto são de que:

- a) O movimento de expansão das estaduais foi influenciado fortemente pela trajetória de expansão das universidades federais. Ao passo em que se criavam universidades federais (federalização de instituições de ensino) a expansão das universidades estaduais foi contida, sendo retomada somente pós a redemocratização do país com a constituição de 1988.
- b) A expansão da UEPA em particular, foi fortemente orientada para a interiorização, fundamentalmente para os cursos de formação de professores. Tal expansão ocorreu de modo irregular no que tange o percentual de cursos, matrículas, funções docentes e técnicos administrativos.

- c) O estado do Pará não amplia na Constituição Estadual o percentual mínimo de 25% destinado a MDE que é estabelecido pela Constituição Federal e não subvincula um percentual para a educação superior. O estado amplia os 25% mínimos obrigatórios, na execução orçamentária, de forma irregular ao longo dos anos e frequentemente em percentuais inferiores a 2%.
- d) Os recursos destinados a UEPA não acompanham a evolução das receitas do estado. Embora no período a variação percentual dos recursos da UEPA figurem superiores ao crescimento da receita, o movimento é inconstante.
- e) O crescimento de recursos executados na UEPA em relação ao crescimento de receitas do estado não significa a priorização por parte dos governos com a educação superior e nem elevação da qualidade das condições de existência da UEPA, pois é perceptível ao analisar o gerenciamento dos recursos que maior parcela de incremento de recursos está voltada para o pagamento de pessoal.
- f) A elevação dos recursos para pagamento de pessoal também não está diretamente ligada a compreensão por parte dos governos do estado em melhor remunerar seus servidores, pelo contrário, os incrementos ligados a este segmento tem estreita relação com o conjunto de lutas articuladas entre os servidores docentes e técnicos para recomposição e aumento salarial.
- g) O financiamento da UEPA não representa nem 2% dos da RCL do estado e sua composição é essencialmente oriunda dos recursos da RLI vinculada a educação, ou seja, os 25% destinados ao MDE, indicando uma possível transferência dos recursos que devem prioritariamente atender a educação básica para a educação superior.
- h) O gerenciamento de recursos da UEPA possui uma lógica incoerente com o seu processo de expansão. Ao passo que recursos para pagamento de pessoal ampliam no decurso de nossa série histórica, despesas correntes e investimentos sofrem com constantes baixas e cortes mesmo enquanto o número de matrículas e cursos cresce.
- i) Ainda que os recursos para a universidade apresentem evolução no decorrer de nossa série histórica, a taxa quadrienal de investimentos vem reduzindo, o que

contradiz a perspectiva de que os recursos crescem a medida em que a universidade expande e há uma efetiva contração de recursos.

- j) A política de desenvolvimento da UEPA se apresenta como desarticulada, no que tange a definição esboçada por Oliveira (2002) e que analogamente colocamos a este estudo, pois, o incremento de recursos para a universidade não se converte em qualidade, condições estruturais e infraestruturais cotidianas.

Estes fatores nos levam a concluir que não existiu e não existe por parte do governo do estado, uma política de financiamento definida para a expansão da UEPA. A instituição é tratada como um anexo da educação básica (pois concorre com esta na principal fonte de recurso, o MDE) que aguarda ano a ano por meio da aprovação na LOA o incremento de recursos, os quais, ora figuram positivos ora figuram negativos. Este movimento conduz a universidade a um contexto de instabilidade, precariedade e sucateamento, até ponto de apoio político eleitoral como é o caso da UEG, como expõe Carvalho (2013).

Em verdade a lógica da imprecisão dos recursos para a universidade cumpre um papel dentro das políticas para a educação superior que é a da diversificação das fontes de financiamento recomendada pelos organismos internacionais, pois diante da incerteza sobre os recursos do estado a universidade se vê obrigada a captar recursos externos para se afirmar como tal, desenvolvendo pesquisa e extensão, o que a leva a caminhar em um dos sentidos da privatização, conforme salienta Mancebo (2013, p. 34-35)

O segundo sentido da privatização pode ser localizado na própria rede pública. Em direta relação com a insuficiência de financiamentos, muitos docentes – em especial, docentes-pesquisadores – passam a participar do processo de captação de recursos para a pesquisa, para a instituição e até para si, gerando, em algumas situações, contratos com empresas privadas, que promovem o financiamento privado de instalações e investigações orientadas para o mercado, além do estabelecimento de sistemas de patentes sobre resultados científicos logrados e a transferência de tecnologia das universidades para empresas.

Portanto, a própria ausência de política se torna uma política, usualmente influenciada pelo movimento da ideologia dominante. Neste caso em específico, a inexistência de política definida dá abertura para a consecução das políticas dos

organismos internacionais e *pari passu* ainda não executa em esfera total suas orientações, pois ainda concorre com o financiamento da educação básica.

A fim de superar as problemáticas enfrentadas pela UEPA, nos posicionamos apontando que o financiamento da Universidade do Estado do Pará não deve competir e nem interferir no financiamento da educação básica, e que, portanto é necessário: a) ampliar o percentual destinado à MDE vinculando este recurso desde a constituição estadual, b) subvincular um percentual do MDE ou de algum imposto à educação superior para que o financiamento da instituição esteja assegurado pelo menos em termos mínimos e assim se inicie uma política efetiva de financiamento para a universidade, c) acumular esforços para debater alterações na Lei Kandir com vistas a ampliar a arrecadação do estado, o que por si só já contribui com incrementos de recursos na educação.

O Estado por sua natureza e ideologia, em especial o Estado brasileiro, não tem interesse nestas medidas, se o tivessem elas certamente fariam parte do receituário neoliberal e dos organismos internacionais. O Estado, como se viu, possui um caráter de classe e a educação serve ao Estado, atualmente, capitalista. Estes fatores, por mais entranhada que esteja a Teoria do Capital Humano, que dá centralidade a educação, impedem que seja de interesse do Estado formar sujeitos críticos e reflexivos por meio de uma educação superior amparada em recursos estatais e interesses coletivos. Na verdade a Teoria do capital Humano trata de formação para as competências e habilidades no sentido da empregabilidade.

Para exemplificar colocamos um movimento recente, onde a UEPA garantiu três emendas parlamentares individuais, uma feita pelo deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA) e as outras duas pela deputada federal Júlia Marinho (PSC-PA). Todas estão inclusas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), somadas totalizam R\$ 700 mil e aguardam liberação dos recursos, isto porque segundo Juarez Quaresma, reitor entre 2013 e 2017, acredita que:

[...] a articulação com o parlamento é fundamental para a obtenção de investimentos para melhoria da infraestrutura da Universidade. Diante do cenário econômico nacional, a busca por parcerias é um caminho salutar de investimento para melhoria serviço ofertado pela Uepa. (UEPA, 2017^a, s/p)

Ou seja, a saída proposta pelo ex-reitor aponta que o caminho buscado por parte da gestão se dá por fora da vinculação orçamentária. A “busca por parcerias” é o indicativo que se tem diante da crise econômica segundo o ex-reitor, ou seja, seguir a agenda dos organismos internacionais, no na busca por financiamento extra. Nesse caso, foi buscar recurso na ação do governo federal, de apoio para entidades de ensino superior não federais. Em ultima instancia o recurso se garantido será utilizado em discurso político eleitoral como uma iniciativa dos parlamentares envolvidos. (UEPA, 2017a)

Portanto, para atingir as demandas que se impõem sobre a UEPA em torno do seu financiamento aqui já mencionadas, é necessário mais do que aguardar pelo Estado ou pela gestão da instituição. É fundamental a organização coletiva, como os próprios servidores da Universidade demonstraram por meio de greves, que é possível obter ganhos, haja vista que os desafios ainda persistem.

O ex-reitor Juarez Quaresma reuniu também no início do ano de 2017 com outros dirigentes de IES filiadas à Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), juntamente ao secretário de Educação Superior do MEC, Paulo Baroni. Nesta reunião foi discutida uma proposta para a elaboração de uma política de investimentos de recursos federais nos sistemas estaduais e municipais de ensino superior, o que é um indicativo positivo tendo em vista que este segmento é, na ampla maioria dos estados, descoberto do ponto de vista legal no quesito financiamento. (UEPA, 2017b)

Por outro lado, acreditar que uma política de financiamento virá para as universidades estaduais em um contexto de crise econômica sem uma contrapartida que vise adequar estas instituições ao contexto de corte de gastos em políticas sociais, diante de um quadro de novo regime fiscal instituído por meio da Emenda Constitucional 95/2016, a qual vai limitar os gastos com despesas primárias, seria uma ingenuidade. Sobre este aspecto a comunidade acadêmica deve ficar atenta, pois mediante a heterogeneidade presente nas universidades estaduais é possível que se aproxime uma tentativa de alinhar minimamente tais instituições por meio de uma política de financiamento.

Assim, conclui-se que a redução dos recursos para manutenção das instituições estaduais se ajusta às transformações gerenciais nas ações do Estado brasileiro e que

também se refletem em seus entes federados, cujo objetivo central reside na redução dos gastos com as políticas públicas sociais e adequação à nova ordem internacional vigente de crescente acumulação de capital e fortalecimento da lógica de mercado.

Logo, a estratégia está em expandir a educação superior, também por via das universidades estaduais, mas sob o ângulo economicista: com a contenção de despesas e um estímulo a uma maior abertura para parcerias público-privadas, captação de receitas próprias, bem como qualquer estratégia que fortaleça a lógica mercantil no interior das universidades públicas estaduais.

Em vias de conclusão cabe ressaltar os limites impostos a este texto que inspira novas possibilidades de estudo. Ao passo em que optamos por utilizar como nossa fonte principal de dados os Balanços Gerais do Estado, enviesamos por pesquisa o financiamento da UEPA em perspectiva ampla, atendo-nos aos comparativos com as receitas do estado e com os desdobramentos por meio do GND, porém, como já explicitamos no texto, o BGE apresenta vários demonstrativos e não seria possível nos limites de uma dissertação de mestrado aprofundar em uma série histórica tão extensa como foi a nossa, em mais de um deles.

Nesse sentido a fim de desdobrar ainda mais o que acumulamos até aqui como ausência de política de financiamento na expansão UEPA é possível e necessário: a) analisar o movimento de execução orçamentaria da UEPA desde a previsão na LOA até sua efetivação final, para então perceber qual a relação política com que a ALEPA (conjunto de deputados) trata a previsão de recursos para a universidade e o tratamento que o governo dá, b) analisar como se constitui o montante de recursos da UEPA no que tange a função, subfunção, programa e atividade, portanto cotejar o que de fato é destinado a Ensino, Saúde, Administração, ou outra função, e de que forma é investido (programas e atividades), ou ainda c) O que garante o financiamento da pós-graduação na UEPA, *lato e strictu senso*, aspecto o qual abordamos de modo breve tratando apenas da expansão do *strictu senso*.

Sobre este último aspecto, é sabido que outras fontes de recursos não têm peso na composição orçamentaria da UEPA, entretanto, nossa tese é de para manter o *status* de universidade, promotora de ensino pesquisa e extensão, a fonte de recurso dos elementos que garantem pesquisa e extensão são prioritariamente externos ao tesouro e demonstram em maior medida a diversificação de fontes de financiamento, pesando

sobre o tesouro estadual o ensino e sobre a pesquisa e extensão recursos captados externamente.

Os três elementos acima citados dariam ótimas contribuições para este campo de estudo que a Rede Universitas Br vem pautando a responsabilidade de investigar, a expansão e o financiamento das universidades estaduais, seus alinhamentos com a política neoliberal e os impactos sobre a “vida” da universidade. É na clareza de que a produção do conhecimento da Rede tem dado subsídios importantíssimos para a reflexão, análise das políticas públicas educacionais e também elementos científicos para embasar a luta dos trabalhadores da educação e trabalhadores em geral, que afirmamos “Temos muito ainda por fazer, não olhe pra trás apenas começamos, o mundo começa agora, ahh! Apenas começamos.” (Renato Russo)

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In OLIVEIRA, Romualdo P. SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade** Brasília: UNESCO, 2010.

ALTHUSSER. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença 1970. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0Bxad4O1-hCVbNWdSeFpiYk91Rjg/edit?pli=1>>. Acesso em 16 set 2016.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMARAL, Nelson Cardoso. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ANDES. Com adesão da UVA, Ceará tem greve geral de docentes das universidades estaduais. **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior – Seção Nacional**. Brasília, 2014a. Disponível em:<<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7059>>. Acesso em 20 fev. 2015.

ANDES. Congresso do Andes-SN define plano de lutas do Setor das Estaduais e Municipais. **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior – Seção Nacional**. Brasília, 2015a. Disponível em:<<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7331>>. Acesso em 20 fev. 2015.

ANDES. Docentes das universidades estaduais do Paraná estão em greve geral **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior – Seção Nacional**. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7298>>. Acesso em 20 fev. 2015.

ANDES. Governador do RJ veta ampliação do orçamento para as universidades estaduais. **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior – Seção Nacional**. Brasília, 2014b. Disponível em:<<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7215>>. Acesso em 20 fev. 2015.

ANDES. Governo baiano promove novo corte no orçamento das Universidades Estaduais. **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior** – Seção Nacional. Brasília, 2015c. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7251>>. Acesso em 20 fev. 2015.

ANDES. Greve das universidades estaduais paulistas termina vitoriosa. **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior** – Seção Nacional. Brasília, 2014c. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7048>>. Acesso em 20 fev. 2015.

ANDES. Greve de 2012 dos docentes federais passa a ser a mais longa da história do setor. **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior** – Seção Nacional. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5576>>. Acesso em 20 fev. 2015.

ANDES. Greve nas universidades estaduais paranaenses continua. **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior** – Seção Nacional. Brasília, 2015d. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7309>>. Acesso em 21 de fev. 2015.

BARBALHO, Jader. **UEPA 20 anos**. 2013. Disponível em: <<http://www.jaderbarbalho.com/v3/index.php/tag/uepa/>>. Acesso: 28 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília (DF): MARE, 1995.

BRASIL. MEC/CFE/ Conselho Estadual de Educação do Pará. **Parecer N° 436/93**. Assunto: Aviso de Edital de concurso vestibular da UEPA. Denúncia de irregularidades na universidade do estado do Pará. Belém- Pará, 1993. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd002558.pdf>. Acesso em: 05 de out. 2016.

BRASIL. Decreto Presidencial s/n, de 04 de abril de 1994. Autoriza o funcionamento da Universidade do Estado do Pará. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 abr. 1994. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1058789/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-05-04-1994>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da

educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento MTO**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf>. Acesso em 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer n. 248/91 que reconhece os cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Fundação Educacional do Estado do Pará**. Brasília, 1991. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cd001928.pdf>.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Mapeamento do financiamento à educação superior estadual no Brasil: da vinculação de recursos e da evolução dos gastos com pessoal, custeio e investimento. **ANAIS DO XXII SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/Br**. Natal, 2014. Disponível em: <http://universitas.ce.ufrn.br/ANAIS_DO_XXII_SEMINARIO_NACIONAL_UNIVERSITAS.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **Universidade Estadual de Goiás: Histórico, Realidade e Desafios**. 2013 – Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3262>>. Acesso: 25 fev. 2015

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA**. 436f, 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/HJPB-6DRGWL>>.

CHAVES, Vera Jacob. Novas configurações da privatização do Ensino Superior brasileiro – a formação de oligopólios. **Anpae**, 2009. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simpos>

CHAVES, Vera Jacob. AMARAL, Nelson. Política de financiamento da educação superior – análise dos Planos Nacionais de Educação pós-constituição/1988 **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 95-120, jan./abr. 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7173/5299>>. Acesso: 20 mar. 2017.

CORREIA, Ciro Teixeira; MINTO, Cesar Augusto; MIRAGLIA, Francisco; POMAR, Pedro Estevam da Rocha. O devido financiamento da USP e a estrutura tributária perversa. **Revista Adusp**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/57/mat07.pdf>>. Acesso em: 20 de jun 2016.

DUSSEL, Henrique. **A produção teórica de Marx**: um comentário ao Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **A Lei Kandir e o Estado do Pará**: Inconstitucionalidades, Perdas e Impactos na Capacidade de Promoção de Políticas Públicas. Belém: Sectec, 2016. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1128.pdf?id=1474449950>>. Acesso em: 20 fev 2017.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração**. Apresentação. Belém, 2015. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/radar-ri/apresentacao.html>>. Acesso: 22 abr. 2016.

FATTORELLI, M. L. **Auditoria cidadã da dívida dos estados**. Brasília: Inove, 2013.

FERRAZ, Fernando Cardoso. **Crise Financeira Global**: Impactos na Economia Brasileira, Política Econômica e Resultados. 104f, 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/FernandoFerraz.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2017

FERREIRA, Luciana Rodrigues. **O trabalho do professor jovem-doutor na pós-graduação**: Produção de conhecimento e discurso do professor. 207f, 2015. Tese (Doutorado em Educação) Centro de educação e Ciências Humanas, Universidade federal de são Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2366/6733.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 69-90.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

GANDINI, Raquel P. C.; RISCAL, Sandra A. A gestão da educação como setor público não estatal e a transição para o Estado Fiscal no Brasil. IN: OLIVEIRA, Dalila A.; ROSAR, Maria de Fátima F. (Orgs.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002. p. 39-58.

GUIMARÃES, André Rodrigues. **Trabalho docente universitário**: participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA. 2014. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2014.

HADDAD, Sergio (Org). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1997, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013. Brasília: INEP. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=2065>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

LENIN, 2011. **O Estado e a Revolução**. Campinas: Navegando, 2011.

LENIN, Vladimir Ilytch. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Global, 1982.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a10.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

LIMA, Rosângela Novaes. CHAVES, Vera Lúcia Jacob. A educação superior no Pará: 1991-2004. In: RISTOFF, Dilvo (org.). GIOLO, Jaime. (org.). **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Brasileira+1991-2004+Par%C3%A1/5b398c5b-a882-49a6-a24a-340dd7ebf28e?version=1.1>>. Acesso em 12 ago. de 2016.

LIMA, Rosângela Novaes. **As relações intergovernamentais e as políticas educacionais**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000. Disponível em:

<<http://biblioteca.versila.com/2578297>>. Acesso em: 10 jul 2016.

MAGALHÃES, Luciana. **O financiamento da Universidade Estadual de Goiás: o Programa Bolsa Universitária e o custo aluno**. 2009 – Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Disponível em:

<http://www.cdn.ueg.br/source/avaliacao_institucional2/conteudo_compartilhado/7176/Dissertacao_Luciana_Castro_Magalhaes.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2015.

MANCEBO, DEISE. Educação Superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). **37ª reunião anual ANPED**. UFSC–Florianópolis, 2015. Disponível em:<<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-3726.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

MANCEBO, Deise. MAUES, Olgaíses Cabral. CHAVES, Vera Lúcia. Crise e Reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28>>. Acesso: 16 ago. 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.** vol.30 n.106 Campinas Jan./Apr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso: 24 ago. 2016.

MASSON, Gisele. Orientações para o desenvolvimento de investigação em políticas educativas a partir da teoria marxista. In: TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 55-76.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA JÚNIOR, William Pessoa da. **O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010)**. 269f, 2016.

Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

Disponível em:

<http://www.ppged.com.br/arquivos/File/Tese_William_Final_Revisada.pdf>. Acesso: 22 de abr 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo:

Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Crispiniano Carneiro de. **Educação superior pública na Bahia pós**

LDB/96: expansão e financiamento: 1995-2009. 2011. 291 f. Tese (Doutorado) -

Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2011.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em:

<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>>. Acesso: 29 mai. 2017.

PARÁ. Lei n. 6.065, de 10 de agosto de 1997. **Diário Oficial do Estado**. n. 28.519.

Ano CVI -107^a da Republica. Caderno 2. p. 01-07. Belém: IOEPA, 1997. Disponível

em: <<http://www.ioe.pa.gov.br:8080/diarios/1997/08/04.08.caderno.01.pdf>>. Acesso: 10 ago. 2014.

PARÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do estado do Pará. Belém:

SEPLAN, 1991. Disponível em:

<http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/mensagem/mensagem1991/mensagem_governo_1991.pdf>. Acesso: 04 out. 2016.

PARÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do estado do Pará. Belém:

SEPLAN, 1992. Disponível em:

<http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/mensagem/mensagem1992/mensagem_governo_1992.pdf>. Acesso: 04 out. 2016.

PARÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa. Governo do estado do Pará. Belém:

SEPLAN, 1995. Disponível em:

<http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/mensagem/mensagem1993/mensagem_governo_1993.pdf>. Acesso: 04 out. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral do Estado do Pará**. Belém:

SEFA, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015. Disponíveis em:

<<http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/receitas-despesas/contabilidade-geral/4593-balancos-gerais>>. Acesso: fev de 2016.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2ª. reimpressão, 2008, p. 67-107. Disponível em:> http://www.epsvj.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_2.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. ADRIÃO, Theresa. Noções Gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **EccoS**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23-46, 2006. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_gestao/modulo4/texto_financiamento_marcelino_e_thereza.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

PRIVATIZAÇÕES: a distopia do capital. (**Documentário**) – Direção de Silvio Tendler. Produção de Ana Rosa Tendler. Rio de Janeiro: Caliban, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU>>. Acesso: 25 fev. 2016.

REIS, Luiz Fernando. A concessão governamental de autonomia e financiamento nas universidades estaduais do Paraná. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano XXIII, n. 53. Andes, 2014. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-2001969914.pdf>>.

REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. 223f, 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Luiz-Fernando-Reis-Versao-Final-27DEZ.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2017

REIS, Luiz Fernando. MELO JR., Aroldo Messias de. Dívida Pública e Financiamento do Ensino Superior no Estado do Paraná (2003-2013). **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano XXIV, n. 55, 2015. Disponível em:< <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1421731825.pdf>>. Acesso: 09 jan. 2017.

RISTOFF, Dilvo (org.). GIOLO, Jaime. (org.). **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Educa%C3%A7%C3%A3o+Supe>

rior+Brasileira+1991-2004+Par%C3%A1/5b398c5b-a882-49a6-a24a-340dd7ebf28e?version=1.1>. Acesso em 12 ago. de 2016.

SAMPAIO, Helena; BALBACHESKY, Elisabeth; PEÑALOZA, Verónica.
Universidades Estaduais no Brasil: características institucionais. São Paulo: NUPES/USP, 1998. 138 p. Disponível em:< nupps.usp.br/downloads/docs/dt9804.pdf>. Acesso: 15 mar. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.
Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 152-180. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em 20 abr 2015.

SINDUEPA. SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UEPA. **O coordenador do SINDUEPA se manifesta...** São Carlos, 2012. Disponível em:
 <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:JzCY9nxyiuYJ:xa.yimg.com/kq/groups/21961879/1484673917/name/AUGUSTO_CARVALHO_SE_MANIFESTA_EM_APOIO_%25C3%2580_GREVE_DA_UEPA_%2BDE_2012.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 13 jun. 2014.

SINDICATO DOS DOCENTES DA UEPA. SINDICATO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UEPA. **Nota de esclarecimento da greve geral dos docentes...** Belém, PA: 2005. Disponível em:
 <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj1rOij9LUAhWCgZAKHRSDdfwQFggjMAA&url=https%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F21961879%2F609931881%2Fname%2FNOTA%2BDE%2BESCLARECIMENTO%2BDA%2BGREVE%2BGERAL%2BDOS%2BDOCENTES%2BE%2BT%25C3%2589CNICOS.doc&usq=AFQjCNFyF0y2qvSAPeTM3oHr9qkbQXdQ2w&cad=rja>. Acesso em 10 ago. 2014.

SILVA, Lucirene Barbosa. **Trajetória Histórica do Curso de Especialização em Enfermagem-Modalidade Residência no Hospital Ophir Loyola (Pará-1998-2007)**. 213f, 2011. Tese (Doutorado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de enfermagem Ana Nery, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
 <http://objdig.ufrj.br/51/teses/EEAN_D_LucireneBarbosaDaSilva.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SILVA, Maria das Graças Martins; MACIEL, Carina Elisabeth; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso à educação superior sob o debate da inclusão. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio (Org.). **A universidade brasileira e o PNE**: instrumentalização e mercantilização educacionais. São Paulo: Xamã, 2013.

UEPA. **Emendas garantem investimento em infraestrutura.** Universidade do Estado do Pará, 2017a. Disponível em: < <http://www.uepa.br/pt-br/noticias/emendas-garantem-investimento-em-infraestrutura>>. Acesso: 22 abr. 2017

UEPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2005-2014.** Belém, PA: UEPA, 2007a. Disponível em:<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jUIBGHCn7_kJ:paginas.uepa.br/engprod/index.php%3Foption%3Dcom_rockdownloads%26view%3Dfile%26task%3Ddownload%26id%3D97:pdi-2005-2014+%&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 13 jan. 2016.

UEPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia.** Belém: CCSE, 2006. Disponível em:<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:QEN-ESSRrej4J:paginas.uepa.br/prograd/index.php%3Foption%3Dcom_rockdownloads%26view%3Dfile%26task%3Ddownload%26id%3D187:projeto-pedagogico-curso-de-pedagogia+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 20 mai. 2016.

UEPA. **Reitores afiliados à Abruem reúnem com secretário de Educação Superior.** Universidade do Estado do Pará, 2017b. Disponível em: <<http://www.uepa.br/pt-br/noticias/reitores-afiliados-%C3%A0-abruem-re%C3%BAnem-com-secret%C3%A1rio-de-educa%C3%A7%C3%A3o-superior>>. Acesso: 22 abr. 2017

WAGNER, Carmen Lucia Furrer Arruda. **Financiamento da Educação Pública:** Análise da aplicação de recursos na educação no município de Campinas 1986 a 1999. Campinas: SP, 2001. 175p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000218737&fd=y>>. Acesso: 03 mar. 2015.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. Instituto Peterson de Economia Internacional, nov. 2002. Publicações. Discursos, depoimento, artigos. Disponível em: <<https://piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform>>. Acesso: 20 jul. 2016.